

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Daniel Barbosa Cassol

BRASIL DE FATO
A imprensa popular alternativa em tempos de crise

São Leopoldo, RS
Fevereiro de 2010

DANIEL BARBOSA CASSOL

BRASIL DE FATO
A imprensa popular alternativa em tempos de crise

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Prof. Dra. Christa Liselote Berger Ramos Kuschick

São Leopoldo, RS
Fevereiro de 2010

C345b Cassol, Daniel Barbosa
Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise / por
Daniel Barbosa Cassol. -- São Leopoldo, 2010.

157 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo,
RS, 2010.
“Orientação: Profª Drª Christa Liselote Berger Ramos Kuschick, Ciências
da Comunicação”.

1.Jornalismo – Aspectos sociais. 2.Jornalismo – Movimentos sociais.
3.Jornalismo alternativo – Brasil de Fato. 4.Imprensa alternativa – Brasil.
5.Publicações da imprensa alternativa – Brasil. I.Título.

CDU 070:316
070:321.74
070(81)

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ATA DA SESSÃO DE ARGÜIÇÃO PÚBLICA Nº 008/2010

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e dez, realizou-se na Sala de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, a sessão de *Arguição Pública da Dissertação* “**BRASIL DE FATO: a imprensa popular alternativa em tempos de crise**” apresentada pelo aluno **Daniel Barbosa Cassol**, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, nível Mestrado, à Comissão Examinadora constituída pelos professores doutores *Cicilia Maria Krohling Peruzzo* (UMSP), *Antonio Fausto Neto* (UNISINOS) e *Christa Berger* (Orientadora). Desenvolvidos os trabalhos nos termos da Norma Interna nº 01/03 e registrados os resultados nas Planilhas de Avaliação, a Comissão atribuiu ao aluno, o grau *10,0 (dez)*

Comissão Examinadora:

Cicilia Maria Krohling Peruzzo *C. Peruzzo*

Antonio Fausto Neto *A. Fausto Neto*

Christa Berger (Orientadora) *Christa Berger*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na pessoa da coordenadora Christa Berger, orientadora desta dissertação; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), essencial para a realização desta pesquisa.

*Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não.*

Manuel Alegre, “Trova do Vento que Passa”

Para minha irmã, Lina.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo interpretar o *Brasil de Fato*, um jornal popular alternativo, em relação ao contexto de crise das esquerdas identificado pelos movimentos sociais que lhe dão sustentação. Parte-se da ideia de que as pesquisas em comunicação popular e alternativa devem levar em conta os contextos sociais nos quais as práticas de comunicação estão inseridas, na medida em que as condições objetivas postas às forças sociais incidem sobre seus meios de comunicação, conferindo-lhes significados, impondo-lhes limitações e tornando-se objeto de seus discursos. Neste sentido, busca-se interpretar o *Brasil de Fato*, jornal lançado em 2003 por um conjunto de movimentos sociais, entidades e intelectuais da esquerda brasileira, com o objetivo de compreender a relação entre um modo tradicional de se fazer jornalismo desde uma perspectiva contra-hegemônica e os desafios e dificuldades impostos ao jornalismo popular alternativo nos tempos de crise. Desse modo, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre a imprensa popular alternativa na atualidade.

Palavras-chave: Jornalismo; imprensa popular alternativa; contra-hegemonia

ABSTRACT

The aim of this paper is to interpret the *Brasil de Fato*, a popular alternative newspaper, in relation to the context of crisis of the left identified by the social movements that support it. It begins with the idea that research on alternative and popular communication must consider the social context in which communication practices are integrated. This should be done to the extent that the objective conditions of social forces to put focus on the media and give it meaning imposes limitations and becomes the object of his speeches. *Brasil de Fato* was created in 2003 by a group of social movements, entities, and intellectuals of the Brazilian left. Their aim is to understand the relationship between a traditional way of doing journalism in a counter-hegemonic perspective and the challenges and difficulties imposed on the popular alternative journalism during times of crisis.

Key-works: Journalism; popular alternative journalism; counter-hegemony

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Temas das matérias do <i>Brasil de Fato</i>	115
TABELA 2	Temas das matérias de “Movimentos Sociais”	120
TABELA 3	Temas das matérias de “América Latina”	122
TABELA 4	Perfil dos assinantes do <i>Brasil de Fato</i>	137
TABELA 5	Distribuição de assinantes por Estados	138

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	Hebe de Bonafini no ato de lançamento do <i>Brasil de Fato</i>	90
IMAGEM 2	Visão geral do ato de lançamento do <i>Brasil de Fato</i>	90
IMAGEM 3	Charge para os cinco anos do Brasil de Fato	101
IMAGEM 4	Capa da edição 295, 23 a 29 de outubro de 2008	105
IMAGEM 5	Recorte da edição 301, 4 a 10 de dezembro de 2008	113
IMAGEM 6	Detalhe da capa, com o jogador de futebol Ronaldo	117

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Pré-texto teórico	17
2.1 O mito da objetividade no jornalismo	18
2.2 Potencialidades do jornalismo enquanto forma de conhecimento	21
2.3 Onde o autor expõe as razões de sua pesquisa	30
3. A imprensa popular alternativa	33
3.1 Comunicação popular alternativa e dinâmica dos movimentos sociais	35
3.2 Imprensa popular alternativa: em busca de um conceito mais específico	44
3.3 O jornal na tradição da esquerda marxista	51
3.4 A submissão dos fatos à análise política	57
3.5 O reducionismo da vida cotidiana e do mundo popular	60
4. Os tempos de crise	65
4.1 A crise da esquerda	67
4.1.1 Elementos que caracterizam a crise da esquerda	71
4.1.1.1 Ataques aos trabalhadores	72
4.1.1.2 Mudanças no campo	73
4.1.1.3 Refluxo dos movimentos sociais	74
4.1.1.4 O fim do Ciclo PT	75
4.1.1.5 Saídas: formação, trabalho de base unidade e luta	78
4.1.1.6 Renovar a utopia	81
4.2 Crise financeira	83
4.3 Crise do Jornalismo	86
5. O jornal Brasil de Fato	89
5.1 Como interpretar um jornal	93
5.2 A personalidade de um jornal	96
5.3 Jornal como dispositivo	97
5.4 Funcionamento e morfologia do Brasil de Fato	100
5.5 A “visão popular” do Brasil e do mundo	110
5.6 As notícias no Brasil de Fato	125
5.7 Notícia de uma tragédia no Brasil de Fato e na Folha de São Paulo	130
5.8 O leitor do Brasil de Fato	135
5.9 O Brasil de Fato enfrenta sua própria crise	139
6. Considerações finais	144
6.1 Brasil de Fato: um jornal popular alternativo em tempos de crise	144
6.2 Da parcialidade do jornalismo e do jornalismo parcial	147
6.3 Que jornalismo para os tempos de crise?	149
Referências Bibliográficas	152

1. Introdução

Voltada para a prática de um jornalismo de resistência frente ao pensamento dominante, a imprensa popular alternativa desempenha historicamente diferentes papéis e assume características distintas na medida da capacidade de articulação e intervenção política das organizações sociais. Os contextos histórico, social e político dão significado às práticas de comunicação popular e alternativa, impõem dificuldades e desafios, incorporam-se aos seus discursos, além de representar maior ou menor grau de influência no espaço público dos veículos de comunicação contra-hegemônicos, dada a relação destes com a conjuntura imediata e com os objetivos estratégicos dos movimentos sociais.

Dos jornais operários das primeiras décadas do século XX aos alternativos do período da ditadura militar (1964-1985), a centralidade da imprensa popular alternativa no Brasil, representada por aqueles jornais ligados a organizações sociais e políticas, em contextos de luta social e portadores de um projeto de transformação da sociedade, está relacionada à capacidade mobilizadora das organizações políticas e dos movimentos sociais vinculados às classes subalternas: “A experiência brasileira mostra claramente que a comunicação popular e alternativa aparece, desenvolve e reflui na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade” (FESTA, 1986, p. 30).

Se, historicamente, estes jornais foram instrumentos de resistência, articularam projetos de transformação social e organizaram as lutas contra-hegemônicas das classes populares, que papel terá um jornal popular alternativo num contexto em que, perplexa, a própria esquerda se diz em crise?

Neste sentido, o objetivo desta dissertação é interpretar o jornal *Brasil de Fato*, representante da imprensa popular alternativa, na sua relação com o atual contexto em que a esquerda brasileira se reconhece passando por um período histórico de crise.

Lançado em janeiro de 2003, o jornal *Brasil de Fato* foi criado por um conjunto de movimentos sociais, entidades e intelectuais, com o objetivo de contribuir para a “refundação da esquerda brasileira”, rearticulando-a em torno de estratégias comuns

para a superação deste período histórico de derrota. Vinculado a uma organização política chamada Consulta Popular, que tem como um dos principais integrantes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o *Brasil de Fato* nasce para “servir de subsídio, com informação e reflexão para toda militância social do país; estimular as lutas sociais, os movimentos de massa e o engajamento político dos leitores” (BRASIL DE FATO, 2002).

São as próprias organizações que sustentam politicamente o *Brasil de Fato* que reconhecem a crise vivida pela esquerda. Uma crise que tem origem há aproximadamente duas décadas, na convergência do fim do bloco socialista, da ascensão do neoliberalismo sobre as políticas e economias das nações e, no plano local, da derrota de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989. Processo que resultou, por uma série de fatores, numa profunda crise de valores, práticas, organização, pensamento e estratégia política da esquerda brasileira, mas que superam os meros dilemas internos das organizações e movimentos sociais.

São tempos de crise, na medida em que, como afirma Boaventura de Souza Santos (2007), vivemos uma imposição da inexistência de alternativas ao pensamento hegemônico, que postula a salvação somente pelo mercado, num processo de naturalização da sociedade capitalista na medida em que “o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa”. (SANTOS, 2007, p. 55)

A imposição do capitalismo como o sistema natural e inevitável de organização da sociedade representa uma derrota histórica para as organizações sociais, fragilizadas na sua capacidade de intervir nos rumos históricos e desorientadas desde o fim das experiências socialistas no mundo. Esta crise abala a esquerda e impõe a urgência de novos paradigmas e novos métodos de ação.

Mais do que um momento de indefinição das esquerdas, porém, os tempos de crise representam também a crise de paradigmas e de formas de narrar o mundo que afetam o jornalismo popular alternativo. Assim, além de enfrentar uma situação de fragilidade das forças sociais, o *Brasil de Fato* se movimenta em um contexto em que a tradição do jornalismo de resistência é igualmente posta em xeque, uma vez que

encontram-se em crise as formas pelas quais a esquerda interpreta e narra a realidade social.

Ao reconhecer ele próprio os tempos de crise e decidir enfrentá-los, que recursos utiliza o *Brasil de Fato*? Sobre o que fala, de quem fala, com quem fala, para quem fala o jornal? Qual é o mapa da realidade construído pelos seus discursos? Que papel joga o *Brasil de Fato* num cenário de debilidade das organizações de esquerda? Como o jornal sobrevive, há sete anos, a estes tempos de crise?

Diante deste cenário, nos moveu o desafio de compreender a relação de um jornal popular alternativo, o *Brasil de Fato*, na sua relação com os tempos de crise. Ao interpretarmos o *Brasil de Fato*, pretendemos contribuir, desde uma perspectiva crítica, para a reflexão sobre os limites do jornalismo popular alternativo, lançando pistas também sobre as potencialidades engendradas pelo que procuramos denominar jornalismo informativo contra-hegemônico.

Assim, orientamos a presente dissertação a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar os tempos de crise e as razões pelas quais um setor da esquerda brasileira se reconhece em crise.
- Compreender a relação do *Brasil de Fato* com a tradição teórica e prática do jornalismo popular alternativo, delimitando este conceito.
- Identificar de que formas os tempos de crise afetam e atravessam o jornalismo popular alternativo, no caso do *Brasil de Fato*.
- Compreender os textos do jornal na relação com o contexto de crise.
- Problematizar questões relacionadas às práticas e discursos da imprensa popular alternativa, seu lugar nos tempos de crise, seus limites e suas potencialidades.

Para tentar situar o lugar ocupado pelo *Brasil de Fato* tanto nos tempos de crise como na reflexão teórica sobre o jornalismo popular alternativo, a fim de buscarmos pistas sobre as possibilidades deste tipo de jornalismo, buscamos “cercar” nosso objeto para então interpretá-lo. A construção do relato de nossa pesquisa nos levou a elaborar o

título “*Brasil de Fato: a imprensa popular alternativa em tempos de crise*”, que faz menção aos três principais momentos desta dissertação.

No capítulo *A imprensa popular alternativa*, buscamos compreender as questões deste campo da pesquisa em comunicação que contribuíram para a compreensão do jornal *Brasil de Fato*. Neste sentido, em um primeiro momento elaboramos uma discussão sobre a relação do jornalismo popular alternativo com os contextos sociais, políticos e históricos, trazendo da literatura algumas reflexões sobre a trajetória do jornalismo alternativo brasileiro. Em seguida, esclarecemos as razões pelas quais optamos denominar o *Brasil de Fato* como um jornal popular alternativo, na tentativa de encontrar um conceito que desse conta de sua especificidade diante da abrangência do tema.

Ao longo do texto, algumas vezes nos referimos ao campo de uma forma geral como jornalismo alternativo, falando outras vezes em veículos populares e alternativos. Fizemos isso sempre quando nos referimos ao jornalismo alternativo de uma forma mais ampla e genérica. Porém, quando nos referimos ao *Brasil de Fato*, optamos por utilizar a expressão “popular alternativo”, na medida em que esta expressão encerra as características do jornal com maior precisão, afastando a possibilidade de incompreensões, além de se inserir na corrente de estudo que analisa a comunicação e o jornalismo no universo dos movimentos sociais.

No capítulo *Os tempos de crise*, trazemos a fala do movimento político que dá sustentação ao *Brasil de Fato* na tentativa de compreender porque este setor da esquerda se reconhece em crise e quais os elementos que a configuram. A análise é dos documentos e textos do Movimento Consulta Popular, bem como de reflexões de suas principais lideranças, com a qual buscamos promover um diálogo com outros autores. Ainda pontuamos, de maneira introdutória, que os tempos de crise que afetam o jornal não dizem respeito somente às inquietudes dos movimentos sociais, mas guardam relação com as transformações do próprio jornalismo e das formas alternativas de narrar o presente.

O capítulo *O jornal Brasil de Fato* é o da interpretação do jornal na relação com os tempos de crise e com a tradição da imprensa popular alternativa. Nosso esforço,

nesta etapa da dissertação, foi superarmos os pré-conceitos que tínhamos sobre o jornal, na medida em que decidimos tomá-lo como objeto de nossa pesquisa justamente por conta de nossas inquietações pessoais em relação ao *Brasil de Fato*, com o qual mantemos uma relação desde sua criação, seja como leitor ou colaborador.

O desafio ao qual nos propomos foi, portanto, o de interpretar o jornal sem abandonarmos as intuições que possuíamos a seu respeito, mas permitindo que o objeto falasse à pesquisa para além do que já intuíamos. Para tanto, buscamos construir um referencial metodológico que nos permitiu interpretar o jornal em toda sua complexidade – e se nos escaparam algumas questões e não conseguimos aprofundar outras foi por limitações de tempo, espaço e condições do próprio pesquisador.

Interpretar um jornal, noz diz Braga (1991), é resolver os problemas que nos colocamos a seu respeito e os “enigmas” que ele próprio nos coloca. Assim, o desafio foi encontrar bases metodológicas para realizar esta interpretação. O diálogo com diferentes autores nos permitiu compreender que um jornal se apresenta como uma figura social, com sua identidade e personalidade, apresentando-se de certa forma ao leitor e construindo determinada visão de mundo. Buscamos, portanto, compreender o *Brasil de Fato* a partir de sua trajetória, dos objetivos pelos quais foi criado, pelas suas condições de produção, mas principalmente pelo modo como configura um mapa da realidade social através de seus textos, e como eles se relacionam com o contexto de crise.

Para isso, tomamos como *corpus* da análise 134 edições do *Brasil de Fato* publicadas entre janeiro de 2007 e julho de 2009. Em um primeiro momento, fizemos um levantamento quantitativo de todos as manchetes de capa, títulos internos e títulos dos editoriais do jornal, a fim de identificar as regularidades do jornal em relação a temas e abordagens apresentadas. Em seguida, buscamos nos textos compreender a construção das reportagens, a presença das fontes no jornal e o modo como os temas são trabalhados, na expectativa de identificar o peso relativo de cada elemento no conjunto da publicação.

Para compreender de que modo o jornal se constrói no cotidiano, recorreremos a dados fornecidos pela redação, além de entrevistas com responsáveis pelo jornal e da

observação de uma das reuniões mensais do Conselho Editorial. Assim, além de analisar os textos, tentamos entender como o jornal se situa em relação a um contexto admitido como de crise para os projetos de transformação social.

Fizemos uma opção por dar menos peso à análise dos processos de produção do jornal, bem como das relações políticas dos movimentos sociais que o constroem, porque o que nos interessava desde o início era identificar os limites e as potencialidades do jornalismo popular alternativo num período histórico que o popular e o alternativo se encontram em crise. Foram os textos do *Brasil de Fato* que mereceram maior atenção, ainda que as referências das condições de produção e da história do jornal tenham contribuído para a compreensão do todo do jornal.

Antes destes capítulos e a título de introdução ao relato da pesquisa, decidimos apresentar brevemente alguns conceitos teóricos que orientam nossa visão sobre a natureza do conhecimento proporcionado pelo jornalismo, bem como nossa relação com o jornal *Brasil de Fato*. Desse modo, procuramos nos apresentar enquanto pesquisadores e elaborar um lastro teórico que orienta o restante da dissertação.

2. Pré-texto teórico

“[...] o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico deste consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza”
(Adelmo Genro Filho, em O Segredo da Pirâmide)

A ideia de elaborar um capítulo onde pudéssemos apresentar, mesmo brevemente, algumas noções que temos sobre o jornalismo e que orientaram nosso trabalho de pesquisa, surgiu da leitura do livro de Vera França, “Jornalismo e Vida Social” (Editora da UFMG, 1998). Na obra, a autora apresenta uma questão óbvia, mas muitas vezes negligenciada – por isso, original. Ora, se um trabalho teórico do campo da Comunicação Social tenta contribuir para desmontar o mito da objetividade jornalística, considerando que a subjetividade é inerente a todo processo de apreensão do real, e no caso particular do jornalismo a notícia é um processo que envolve não apenas a subjetividade do jornalista, mas uma construção mediada por regras, estratégias, rotinas, pressões, preconceitos e ideologias, parece claro que tal noção sirva também para a ciência.

Um trabalho de análise supõe inicialmente a atenção ao objeto – àquilo que vamos analisar. Ora, por contraditório que possa parecer, esse objeto não está lá antes da nossa chegada, mas é constituído por nosso olhar. [...] A construção de um problema de pesquisa está assentada em “pré-conceitos” teóricos que orientam nosso olhar e instituem o objeto. (FRANÇA, 1998, p. 25)

Ou seja, se o pesquisador escolhe analisar determinado objeto, o faz a partir de suas preocupações pessoais, vivência e visão de mundo. Apresentá-las não é apenas honestidade intelectual, mas uma forma de orientar o leitor quanto às ideias que motivaram as escolhas do autor na pesquisa, além de conferir à mesma uma coerência teórica necessária à sua compreensão.

Seguindo este raciocínio, pretendemos pontuar algumas noções teóricas que orientam nosso trabalho e sustentam, finalmente, nossa reflexão sobre os limites e as possibilidades do jornalismo popular alternativo.

2.1 O mito da objetividade no jornalismo

A teoria do jornalismo já pôs por terra o mito da objetividade no jornalismo. No entanto, o paradigma da objetividade segue orientando o discurso institucional dos próprios veículos, que têm na credibilidade uma arma estratégica para a conquista de leitores, prospecção de anunciantes e, muitas vezes, ocultação dos interesses políticos e empresariais em jogo. Além disso, a ideia de objetividade molda, em grande medida, a percepção do público sobre os veículos jornalísticos, vendo neles uma porta de acesso ao conhecimento sobre a atualidade.

Segundo a abordagem que trata o jornalismo na perspectiva da construção social da realidade, Traquina (1999) afirma que as notícias são o resultado de um processo de produção, constituído pela percepção, seleção e transformação dos acontecimentos do mundo em notícias, processo este realizado a partir de escolhas orientadas "pela aparência que a realidade assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas" (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Ao construírem as notícias a partir de determinados pré-conceitos os jornalistas constroem a própria realidade, na medida em que:

[...] os jornalistas não são simplesmente observadores passivos mas participantes activos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento. (TRAQUINA, 1999, p. 168)

Alsina (1989), por sua vez, sustenta que a notícia é uma representação social da realidade, produzida institucionalmente, e que se manifesta na construção de um mundo possível. O autor está querendo dizer, com isso, que as notícias são o resultado de uma dupla institucionalização, da organização informativa e do sistema dos meios de comunicação, o que pressupõe uma série de etapas e procedimentos de seleção e construção.

Noticia es una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible. Mediante esta definición pretendo poner de manifiesto, en primer lugar, la construcción de la noticia a partir de los

acontecimientos que diariamente se seleccionan. En segundo lugar, hay una doble institucionalización. La noticia se produce en una institución informativa que supone una organización compleja. Pero además el rol de los mas media está institucionalizado y tiene la legitimidad para producir la realidad socialmente relevante. Por último, recalco que la noticia es una producción discursiva y, como tal, tiene un proceso de elaboración textual. (ALSINA, 1989, p. 18)

É o mesmo Alsina quem nos alerta que, por mais que o mito da objetividade apareça hoje como resíduo nas teorias do jornalismo, ainda é um elemento chave para compreender a ideologia que sustenta o modelo liberal de imprensa. A noção de que os jornais são um espelho fiel da realidade não oculta apenas os interesses de classe que orientam as grandes empresas de comunicação, como guardam, no fundo, uma visão positivista de que o sistema capitalista é o modo “natural” de organização da sociedade, impossível de ser transformado pelos homens.

Mesmo na pesquisa acadêmica, a objetividade no jornalismo, ainda que criticada, aparece como algo alcançável e até mesmo desejável na profissão, tarefa esta que seria dificultada por fatores externos ou mesmo pela opinião dos jornalistas. O profissional precisaria afastar ao máximo a sua subjetividade do relato factual da realidade, uma percepção canhestra que enfoca apenas o objeto, ocultando o sujeito, separação impossível para se pensar o processo de apreensão da realidade. “El concepto capitalista es que la objetividad propugna la descripción de los principales hechos desconectados de las representaciones de clase en que se dan. Una objetividad así concebida no es objetiva” (ALSINA, 1989, p. 172)

Benedeti (2009) explica que a noção de objetividade, segundo a qual o processo de apreensão dos fatos e dados da experiência devam se dar sem a interferência da subjetividade humana, é uma marca do paradigma positivista da ciência, que acaba influenciando o jornalismo no ocidente. O problema desta concepção está, outra vez, na separação entre o objeto e o sujeito, desconsiderando que os fatos são construções humanas, não uma realidade exclusivamente objetiva. Na mesma direção, Wilson Gomes (2009) sustenta que os fatos, para existirem, dependem da colaboração de um intérprete: “[...] toda fala dotada de sentido, todo enunciado a respeito do mundo, toda interpretação da realidade é possível apenas enquanto o mundo, a realidade mesma, é disponível interpretada na língua histórica dos homens” (GOMES, 2009, p. 24).

Marilena Chauí (1980) explicou muito bem esta questão ao afirmar que a realidade não é feita simplesmente de coisas, mas de coisas que fazem sentido na experiência humana. Em outras palavras, a autora mostra que não é possível separar, de um lado, a "coisa" física ou material e, de outro, a "coisa" como ideia ou significação. O que ocorre, diz ela, é um "entrelaçamento do físico-material e da significação, a unidade de um ser e de seu sentido, fazendo com que aquilo que chamamos de 'coisa' seja sempre um campo significativo" (CHAUÍ, 1980, pp. 17-18). Chauí vê o real como um processo, que depende do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações sociais são produzidas pelos próprios homens e o resultado delas é a ideologia.

Nas palavras da autora:

[...] ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, [...] que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um 'fato' social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (CHAUÍ, 1980, p. 31)

Wilson Gomes (2009) opta por chamar de "interesse" este envolvimento entre sujeito e objeto, típico de qualquer relação cognitiva e não meramente um vício a ser extirpado tanto na ciência quanto na informação. "O interesse é a recíproca presença entre homem e mundo, entre consciências e fatos; um pertencimento recíproco que não permite a sobrevivência de descarte algum [...] entre este homem e as coisas que ele aborda ou os fatos que ele pretende conhecer" (GOMES, 2009, pp. 19-20). Para o autor, os fatos são muito mais do que aquilo que está disponível na natureza porque incluem, para além da dimensão objetiva, nossos desejos e temores, nosso repertório e nosso imaginário.

Se tomamos a ideologia - ou o interesse - não como uma sujeira a ser removida pelo alcance da objetividade pura e alheia aos sujeitos, mas como uma condição inerente e necessária a todo processo de conhecimento, podemos então reconhecer a "relativa autonomia e indiscutível grandeza" do jornalismo, da qual fala Adelmo Genro

Filho (1987). A complexidade do fato jornalístico, afirma, decorre da contradição inerente à produção do próprio mundo social: nem a projeção subjetiva pode estar separada da atividade prática, nem a revelação das significações objetivas pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade. A subjetividade, concorda Benedeti, é justamente o caminho para a atribuição de sentido histórico à realidade revelada.

Genro Filho, dialogando com o que anteriormente já trouxemos de Miquel Alsina, também critica a visão da objetividade como algo a ser buscado, apontando para a potencialidade da subjetividade no processo de apreensão da realidade:

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade. (GENRO FILHO, 1987, p. 186)

Para o autor, os fenômenos são objetivos, mas são apreendidos em sua essência somente com a participação dos sujeitos.

Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos. (GENRO FILHO, 1987, p. 49)

2.2 Potencialidades do jornalismo enquanto forma de conhecimento

A crítica ao mito da objetividade não inviabiliza as potencialidades engendradas pela forma de conhecimento proporcionada pelo jornalismo. Assim como nos afastamos da visão do jornalismo como descrição puramente objetiva e neutra dos fatos, não incorremos no erro de ver na atividade somente manipulação e superficialidade.

Na sociedade moderna, o jornalismo se consolidou como uma atividade essencial para o conhecimento sobre a atualidade. Gomes (2009) chama atenção para o fato de o jornalismo prover o mercado de informações sobre a atualidade. “O jornalismo contemporâneo é um sistema profissional que provê o mercado de informações de

discursos (enunciados, argumentos, descrições e relatos) sobre a atualidade” (GOMES, 2009, p. 11). Em direção semelhante, Benedeti (2009) reforça a particularidade do jornalismo em nos fornecer uma narrativa do presente:

[...] o jornalismo é considerado uma atividade de mediação de conhecimento fundamentada em compromissos éticos, socialmente institucionalizados, e realizada por meio de uma linguagem específica que reconstrói, com base em significações compartilhadas pela sociedade, os recortes da realidade atual e historicamente construída. (BENEDETI, 2009, p. 50).

Por fim, Alsina (1989) também destaca a importância do jornalismo como transmissor de informações sobre a atualidade. “La virtualidad del discurso periodístico informativo está en sus pretensiones referencialistas y cognitivas. Este tipo de discurso se autodefine como el transmisor de un saber muy específico: ‘la actualidad’” (ALSINA, 1989, p. 13).

Com sua crescente importância na sociedade contemporânea, o jornalismo foi consagrando determinadas técnicas de configuração das notícias, baseadas em procedimentos de apuração e verificação de informações, e numa organização institucional que o permite abarcar os diferentes aspectos e setores da vida em sociedade. Assim, o jornalismo, por mais críticas que se possa legitimamente se fazer à atividade, se constitui numa ferramenta por meio da qual as pessoas se informam sobre as coisas do mundo, das questões da atualidade e de interesse público àquelas relacionadas à vida privada e aos interesses pessoais.

Em grande medida, a importância do jornalismo decorre do fato de que as pessoas depositam nele um desejo de verdade, que vem de uma “promessa” da própria instituição jornalística e das técnicas consagradas pela atividade. Gomes (2009) nos diz que não existe notícia sobre a qual não se imponha uma obrigação de verdade.

O jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade. A notícia, o produto específico dessa atividade, ganha em geral a forma verbal de um enunciado declarativo, de uma descrição ou de uma narrativa sobre eventos reais. A opinião e a análise – espécie de argumentação sobre fatos reais e sobre a interpretação deles –, subproduto do jornalismo, é também um tipo de ato lingüístico essencialmente comprometido com uma pretensão de verdade. Não há notícia sobre a qual não se imponha legitimamente uma obrigação de veracidade. (GOMES, 2009, pp. 10-11)

Este tipo de percepção é importante para contrapor uma tendência, na pesquisa acadêmica, dos estudos que se propõem a uma postura crítica e acabam por reduzir-se à denúncia das mazelas da atividade. Como nos diz Meditsch (2001), os trabalhos acadêmicos têm se preocupado em apontar as patologias do jornalismo, “relacionando a atuação da mídia com a perpetuação e o agravamento de problemas da sociedade. Poucos destes trabalhos, no entanto, [...] trazem alguma indicação sobre o que poderia ser uma fisiologia normal do jornalismo” (MEDITSCH, 2001, p. 1).

Adelmo Genro Filho (1987) deu importante contribuição para a teoria do jornalismo ao propor uma abordagem alternativa - no seu dizer, marxista -, procurando perceber as potencialidades da atividade para além da submissão a interesses políticos e econômicos dominantes. Para o autor, o jornalismo é uma forma de conhecimento que se consolidou com o desenvolvimento da sociedade capitalista e com a universalização das relações humanas, sendo fundamental para a sociedade contemporânea e detendo um potencial que extrapola a mera funcionalidade ao sistema que o gerou. A notícia é uma mercadoria, mas como produto intelectual não é completamente controlada pelo capital.

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista. (GENRO FILHO, 1987, p. 47)

O jornalismo não é ou não deve ser, para o autor, mera crítica responsável e imparcial da sociedade, como afirmam os funcionalistas, tampouco é somente manipulação e dominação burguesas, como dizem os frankfurtianos, e por fim também não deve ser encarado como correia de transmissão da ideologia dominante. Contra outras abordagens do jornalismo, em resumo nos diz o autor:

De um lado, ele [*o jornalismo*] é visto apenas como instrumento particular de dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos ‘aparelhos ideológicos de Estado’, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como ‘crítica responsável’ baseada na simples

divulgação objetiva dos fatos, uma ‘função social’ voltada para ‘o aperfeiçoamento das instituições democráticas’. Na linguagem mais direta do mestre (Durkheim), uma atividade voltada para a correção das ‘patologias sociais’, portanto, para a coesão e a reprodução do estado ‘normal’ da sociedade, ou seja, o capitalismo. (GENRO FILHO, 1987, p. 37)

Buscando afastar-se destas concepções, Genro defende a “necessidade de um jornalismo informativo com outro caráter de classe, elaborado a partir de outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão principal não seja apenas a de propagandear tais pressupostos” (GENRO FILHO, 1987, p. 143). Ou seja, o autor reconhece a centralidade do jornalismo na sociedade contemporânea, mas defende que seu uso alternativo não represente uma redução das potencialidades desta forma de conhecimento às necessidades conjunturais das organizações políticas.

Para o autor, somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento oposto ao que anima a ciência, constrói-se na direção do singular, como ponto de cristalização da particularidade e da universalidade. Utilizando as categorias hegelianas de *singular*, *particular* e *universal*, como expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade, Genro considerava o jornalismo uma modalidade de conhecimento social que se constrói na direção dos aspectos singulares da realidade, enquanto a ciência seria uma forma de conhecimento que aspira ao que existe de universal nos fenômenos observados.

A questão do jornalismo como forma de conhecimento tem, como pioneiro, o jornalista e sociólogo estadunidense Robert Park (2008). O conhecimento gerado pelas notícias, dizia Park, se situava entre a familiaridade com as coisas (*acquaintance with*), que poderíamos chamar do conhecimento do senso comum, e um conhecimento formal sobre as coisas (*knowledge about*), que pressupõe algum tipo de elaboração intelectual e metodológica, como a ciência. Park dizia que a notícia era uma forma elementar de conhecimento, mas pressupunha algum tipo de elaboração sistemática, o que a diferenciava do conhecimento do senso comum. Do mesmo modo, não poderia ser substituída pela ciência. Segundo o autor, o conhecimento proporcionado pelas notícias tem a ver com o presente, sendo apresentadas em pequenas comunicações que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. Assim, Park sustenta que a “a notícia

desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo; isto é, não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia que está acontecendo” (PARK, 2008, p. 60).

Genro Filho reconhece o pioneirismo de Park e aponta as sugestões criativas propostas pelo autor, mas diverge das bases funcionalistas de seu referencial teórico, considerado conservador. Para Genro, a notícia não tem como função orientar o indivíduo em sociedade, pois via nesta concepção um conteúdo tipicamente positivista que tomava o capitalismo como um dado natural da realidade, sendo que ao jornalismo caberia preservar a “sanidade” deste sistema. A notícia não poderia ser comparada à percepção do indivíduo, na medida em que “na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada” (GENRO FILHO, 1987, p. 58).

Ou seja, a forma de conhecimento proporcionada pelo jornalismo seria resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica do presente em seus aspectos singulares. Para o autor, portanto, ao dizer que a notícia desempenha a mesma função da percepção individual, como forma muito mais de orientar o indivíduo em sociedade do que simplesmente informar, Park assume uma visão “positiva” em relação à sociedade burguesa, tomada esta como referência universal, e o jornalismo “como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no *status quo*, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente” (GENRO FILHO, 1987, pp. 59).

Para o autor, o jornalismo possui potencialidades emancipadoras e até mesmo revolucionárias, por sua capacidade de revelar os aspectos singulares da realidade. O singular é a realidade transbordando do conceito, diz Genro. "Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização" (GENRO FILHO, p. 160).

Benedeti (2009) situa o singular no mesmo sentido de factual, enquanto o

particular seria o contextual. A notícia, neste sentido, cristaliza-se no que existe de factual em determinada informação, ampliando-se para aspectos contextuais (particulares) e universais.

O jornalismo produz, então, uma modalidade de conhecimento que se concentra nos aspectos singulares da realidade (no efêmero, nos fatos), mas que, necessariamente, contém aspectos particulares e universais, relativos a essa singularidade. Dito de outra forma, apesar de serem construções intelectuais que se concentram no conhecimento da realidade aparente, as notícias também extrapolam a aparência. Essa visão pode servir de base para a compreensão de dois tipos de abordagens noticiosas da realidade, que chamamos de factual e contextual. (BENEDETI, 2009, p. 75)

Eduardo Meditsch (2001) coincide ao afirmar a especificidade do conhecimento produzido pelo jornalismo, que não é uma ciência menor, como querem muito de seus detratores, mas sim uma forma de conhecimento capaz de revelar aspectos da realidade que outros modos de conhecimento não são capazes de revelar.

Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências. (MEDITSCH, 2001, p. 14)

A força da revelação do singular se opõe às críticas corriqueiras sobre jornalismo, quanto à suposta fragmentação dos fatos realizada pelas notícias. A impressão de uma reprodução fragmentária da realidade existe porque as informações são apresentadas pelo ângulo da singularidade, nos diz Genro, o que não significa que o jornalismo é contrário à formação do conhecimento. Todo o processo de conhecimento é dado em base relacionais, afirma o autor, para quem o processo de produção e difusão das notícias pressupõe uma complexa rede de relações.

O conteúdo das informações, dada pela particularidade e pela universalidade que delas se projetam, implica um profundo relacionamento entre as diversas matérias – formalmente fragmentadas – de uma mesma edição, de um mesmo veículo e, inclusive, dos veículos em seu conjunto. (GENRO FILHO, 1987, p. 208)

Benedeti acrescenta que, além do fato de os aspectos singulares da informação convergirem para o seu contexto e para questões universais, as notícias estão inseridas num processo de circulação periódica de informações, que são relacionadas entre si pelo leitor.

As notícias produzem um tipo de conhecimento e construção, quando tratam do mesmo assunto periodicamente; esse conhecimento estabelece conexões entre as informações já veiculadas, à medida que a cobertura noticiosa se desenvolve. Dessa forma, a capacidade de associação dos fatos no conhecimento proporcionado pelas notícias pode ser avaliada tanto em relação a cada notícia isoladamente quanto em relação a uma série de notícias sobre o mesmo tema. (BENEDETI, 2009, p. 74)

Cristalizada no que há de singular na realidade, a informação jornalística é capaz de conter nela própria aspectos particulares e universais da realidade, donde reside sua potencialidade enquanto forma de conhecimento que se constitui em ferramenta fundamental para a revelação e crítica da sociedade, superando a funcionalidade ao sistema capitalista e assumindo feições emancipadoras. É aí que reside o “segredo da pirâmide”: o autor defendia que a notícia não deve caminhar do mais importante para o menos importante, e sim do singular para o universal. Ou seja: a pirâmide invertida deve ser posta de pé. Sua aposta era no poder de revelação do singular, no qual estão presentes os aspectos particulares e universais da realidade. Este seria o caminho para a concretização de um jornalismo informativo com potenciais revolucionários.

No processo constante de transformação da realidade, o novo aparece sempre sob a forma do singular, como fenômeno isolado, como exceção. Por isso, o singular é a forma originária do novo. Ele é a diferenciação da mesmice, aquilo que escapa da mera reprodução e da simples identidade em relação ao universal já constituído. Assim, a abordagem jornalística tende a apanhar a realidade pelo movimento e este como produção do novo. Contra essa potencialidade da abordagem jornalística, procurando neutralizá-la e submetê-la, volta-se a ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo. (GENRO FILHO, 1987, p. 212)

Como já assinalamos com Genro Filho e veremos adiante, a saída encontrada por aqueles que criticam o jornalismo no seu caráter superficial, manipulador e vinculado aos interesses da classe dominante, passa na maioria dos casos por uma espécie de negação do próprio jornalismo. No caso da imprensa popular alternativa, objeto de nossa pesquisa, esta questão fica evidente: os jornais desta linhagem

optam normalmente por uma linguagem mais analítica e reflexiva, buscando analisar os fatos sob a ótica das organizações sociais, mas priorizando apenas aqueles fatos que, por serem politizáveis, interessam à luta social. Assim, o campo do jornalismo informativo, ao qual se refere Genro, que proporciona uma forma de conhecimento sobre a atualidade e tem papel preponderante na organização da sociedade, fica hegemonizado pela chamada “imprensa burguesa”.

Reconhecer as potencialidades do jornalismo, e não apontar somente suas mazelas, pode ser um caminho a ser trilhado pela imprensa popular alternativa, objeto de nossa pesquisa. Para isso é preciso reconhecer no jornalismo uma modalidade social de conhecimento pela qual a sociedade apreende e elabora sobre aspectos da realidade, modalidade esta que ganhou centralidade com o desenvolvimento do capitalismo, mas que é dotado de uma especificidade capaz de superar a mera submissão ao sistema que o gerou.

Quando Genro defende a realização de um *jornalismo informativo antiburguês*, está afirmando que a saída para a imprensa popular alternativa não deve ser um regresso à etapa anterior ao jornalismo moderno, quando os jornais se dedicavam às polêmicas políticas. Ainda que reconheça a importância deste tipo de jornalismo, analítico, o autor defende que a esquerda deve considerar a possibilidade de disputar hegemonia no jornalismo informativo constituído ao longo do século XX.

Na medida das possibilidades concretas da esquerda revolucionária e socialista, a luta deve ser travada, também, no terreno desse moderno jornalismo, que não é abertamente propagandístico ou organizativo [...] mas que patrocina uma forma específica de conhecimento de realidade social. (GENRO FILHO, 1987, p. 143)

É interessante notar que Guillermo Sunkel (1987), que mais adiante aparecerá nesta pesquisa com sua crítica aos jornais das organizações de esquerda, faz uma menção na mesma direção. Ao afirmar que a capacidade hegemônica da imprensa alternativa chilena, a qual pesquisou, não era expansiva, em razão do discurso reducionista incapaz de dialogar com a cultura popular, o autor sugere a apropriação dos meios de comunicação massiva: “Sugerimos que uno de los pilares básicos de una política popular de comunicaciones en un proceso de democratización debe

considerar la apropiación de los medios de comunicación de masas para un uso alternativo” (SUNKEL, 1985, pp. 24-25).

Em certa medida, as duas propostas são semelhantes. Travar a luta no terreno do moderno jornalismo e apropriar-se dos meios de comunicação de massa para um uso alternativo significa, enfim, considerar a possibilidade de realização de um jornalismo de novo tipo, reconhecendo a presença da ideologia não como uma limitação, mas como potencialidade, e ao mesmo tempo evitando pensar a atividade jornalística no sentido de sua instrumentalização. A imprensa popular alternativa deveria superar esta “negação” do jornalismo, o que limita sua capacidade de expansão hegemônica: situando-se à margem e negando-se a travar a luta no terreno do moderno jornalismo, resigna-se com seu papel secundário e com o curto alcance de sua voz.

Pelo exposto, acreditamos ser possível falar que nos orienta, mesmo que introdutoriamente, a ideia de um *jornalismo informativo contra-hegemônico*, que se contraponha ao jornalismo hegemônico não no sentido de reproduzir seu caráter por vezes autoritário e manipulador em nome de uma suposta nobreza dos fins que justificassem os meios.

Como nos alerta Raquel Paiva (2008), o contra-hegemônico não pode ser visto como a tentativa de substituir o hegemônico, trocando de posição uma força por outra. O conceito de *hegemonia* nos termos do filósofo italiano Antonio Gramsci não tem a ver com a concepção comum de algo que vigora de maneira totalizadora e ditatorial. Hegemonia, afirma a autora, é “uma forma de poder caracterizada por uma postura totalizante, generalizada, mas que se dá com o consentimento e a aceitação dos demais. É, assim, uma configuração particular de dominação ideológica (PAIVA, 2008, p. 164). Neste sentido, o conceito de *contra-hegemonia* não deve ser encarado como a oposição ao hegemônico no sentido de substituí-la no mesmo viés totalizante e dominante.

A radicalidade do que se pode configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contraditório e oposto à hegemonia. É uma contraposição que pode vir acompanhada de

ações e atuações no cotidiano, que pode e deve vir acompanhada sobre uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante. (PAIVA, 2008, p. 165)

Em nossas palavras, não se trata de praticar o mesmo jornalismo da imprensa tradicional, com o “sinal trocado”. Trata-se, na verdade, de reconhecer no jornalismo sua “relativa autonomia e indiscutível grandeza”, aproveitando as potencialidades da forma de conhecimento proporcionada pela atividade não para efeitos de dominação e doutrinação política, mas para a consolidação da liberdade e da justiça social.

2.3 Onde o autor expõe as razões de sua pesquisa

A escolha do objeto de pesquisa tem a ver, em grande medida, com as opções pessoais do pesquisador. Se escolhemos determinado objeto, parece lógico, é porque de algum modo ele nos diz respeito.

No meu caso, a escolha do *Brasil de Fato*, jornal popular alternativo nascido em 2003, tem relação com grande parte de minha atuação profissional desde que me graduei em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também em 2003. Já atuei como assessor de comunicação de organizações sociais, ajudei a criar uma agência de notícias do movimento social e colaborei seguidamente com o *Brasil de Fato*, tendo inclusive desempenhado o papel de correspondente do jornal em Assunção, Paraguai, pelo período de seis meses.

Ao longo destes anos, participei de um sem número de reuniões – seja para avaliar ou tentar criar um veículo alternativo, seja para simplesmente conversar com jornalistas e comunicadores. Não foram poucas as vezes nas quais nos deparamos com frustrações, dúvidas, inquietações que invariavelmente terminavam na eterna dúvida daqueles que por alguma vez se lançaram a empreitadas contra-hegemônicas na comunicação: por que a imprensa alternativa não emplaca? Quem já teve a oportunidade de participar de uma reunião para discutir comunicação em partidos, movimentos, organizações não-governamentais ou coletivos sociais em geral, já deve ter presenciado o momento em que, depois de levantadas tantas idéias, alguém faz o questionamento, que por vezes se desdobra em outra pergunta também de difícil resposta: por que a

esquerda brasileira não tem um jornal diário?

Mesmo no caso do *Brasil de Fato*, um jornal longevo perto de outros semelhantes, existe a percepção de que ele poderia ser mais do que é: mais lido, mais abrangente, mais influente na sociedade. Normalmente, e falo por experiência de ter participado de muitas discussões, as respostas são buscadas em questões externas ao jornal: faltam recursos, faltam profissionais, faltam leitores, falta unidade à esquerda brasileira. Embora coerentes e importantes, as justificativas para as dificuldades impostas aos jornais alternativos deixam de lado a necessária autocrítica: não haveria algo de errado com o próprio jornalismo praticado pelos veículos alternativos?

Foi com essa inquietação que cheguei ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Tinha na bagagem algumas leituras esparsas sobre o tema e muitas impressões que fui colhendo pelo caminho. Com o tempo, aprofundando as leituras, discutindo as idéias e permitindo que o *Brasil de Fato* falasse à pesquisa, a pergunta foi sendo problematizada e desdobrada em outras, que resultaram na presente dissertação. Não temos a pretensão de resolver o problema da imprensa popular alternativa nas páginas que seguem – e a intenção nem é esta. O que buscamos, ao longo dos dois anos de pesquisa, foi dar qualidade e força teórica à tradicional inquietação sobre as dificuldades de expansão enfrentadas pela imprensa popular alternativa, buscando identificar o seu lugar na sociedade contemporânea e, se possível, contribuir para a pesquisa acadêmica do campo.

Trata-se, portanto, de um trabalho comprometido. Comprometido no sentido de que o autor da pesquisa atua no jornalismo popular alternativo, já contribuiu com o *Brasil de Fato* e, por isso, gostaria realmente que os veículos contra-hegemônicos conquistassem mais espaço. No entanto, isso não quer dizer que adotamos uma postura acrítica em relação ao objeto de pesquisa e recorreremos a uma metodologia não científica para analisar o objeto. Como sugere Boaventura de Sousa Santos, buscamos o conhecimento objetivo, no sentido de rigoroso metodologicamente, porém não neutro, pois é difícil não assumir um lado, principalmente quando vivemos tempos de crise: “objetividade, porque possuímos metodologias próprias das ciências sociais para ter um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos; e, ao

mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas, em relação às quais não podemos ser neutros” (SANTOS, 2007, p. 23).

3. A imprensa popular alternativa

É-lhe necessária a coragem de dizer a verdade, numa altura em que por toda a parte se empenham em sufocá-la; a inteligência de a reconhecer, quando por toda a parte a ocultam; a arte de a tornar manejável como uma arma; o discernimento suficiente para escolher aqueles em cujas mãos ela se tornará eficaz; finalmente, precisa ter habilidade para difundir entre eles. (Bertold Brecht, As cinco dificuldades para escrever a verdade, 1934)

A proposta de enquadrar o *Brasil de Fato* como um jornal popular alternativo, não utilizando simplesmente “popular” ou “alternativo” separadamente, precisa ser precedida de uma melhor compreensão do fenómeno que, por sua diversidade de práticas e contextos históricos, sociais e políticos nos quais ocorre, merece as mais diferentes denominações e abordagens no interior da pesquisa académica.

O fenómeno não é novo, mas ainda suscita divergências e possibilita diferentes tipos de aproximações. A existência, no Brasil, de meios de comunicação vinculados a organizações populares ou com uma linha editorial voltada à defesa dos interesses das classes trabalhadoras, populares, subalternas, remonta ao início do século XX. “Através de organizações político partidárias, sindicatos ou grupos de intelectuais identificados com as lutas das classes subalternas, diversos jornais desse tipo apareceram de forma irregular durante, pelo menos, quase todo o decorrer deste século” (LINS DA SILVA, 1981, p. 61).

A preocupação da academia com este tipo de prática, porém, é bem mais recente. De acordo com Peruzzo (1998), é apenas a partir das décadas de 1970 e 1980 que o fenómeno da comunicação popular aparece de forma mais sistemática e significativa na produção teórica do campo, na medida em que este tipo de comunicação adquiriu importância no contexto das lutas sociais do período. Trata-se, desta forma, de um campo recente, frágil conceitualmente e com abordagens diversas, uma vez que as experiências ocorrem de formas variadas no próprio âmbito da prática, envolvendo diferentes meios de comunicação, em diferentes contextos sociais, com temáticas e linguagens diversas e propósitos particulares em cada contexto. O carácter, a metodologia de trabalho e o grau de participação popular no meio de comunicação são fatores de diferenciação apontados por Peruzzo:

É necessário levar em consideração que por comunicação popular se

podem compreender processos variados, o que lhe confere características singulares. Primeiro, porque ela envolve desde os pequenos meios de comunicação dirigida até os de comunicação grupal e os de comunicação massiva. Segundo, porque os veículos especificamente populares não são elaborados com metodologias uniformes. Terceiro, porque enquanto existem instrumentos de uma comunicação realmente participativa, outros só abrem espaço ocasionalmente para a “voz do povo” e alguns nem chegam a isso, traduzindo até mesmo formas autoritárias de comunicação. (PERUZZO, 1998, p. 122)

Esta característica resulta também em algumas dezenas de formas de se denominar as experiências: popular, alternativa, nanica, participativa, horizontal, operária, sindical. Festa (1986) encontrou 33 nomes diferentes para se definir este tipo de comunicação de acordo com meios, conteúdos, caráter, lugar social, estilo, função, sentido e grau de participação nestes veículos.

Berger (1995) aponta a existência de quatro grandes eixos que norteiam a pesquisa sobre comunicação popular e alternativa no Brasil. O primeiro, relacionado às pesquisas que tomam a imprensa como ponto de partida, fundamentalmente descrevendo experiências de jornais operários, sindicais, populares e alternativos. Um segundo eixo estaria situado mais no esforço teórico para compreender a comunicação popular, buscando em Antonio Gramsci as referências para discutir hegemonia, contra-hegemonia e classes subalternas. O terceiro, o que trabalha a recepção das mensagens comunicacionais no pensamento popular. Por fim, um quarto eixo, identificado na relação feita entre a comunicação e os movimentos sociais, destacando a participação popular na sociedade civil.

Para Peruzzo (1998), as pesquisas em comunicação popular se orientam a partir do conceito de “povo” que aparece como sustentação teórica: a) povo como os que não possuem recursos, em oposição ao não-povo; b) povo na relação dicotômica entre elite e massa; c) povo como conjunto de indivíduos iguais e com interesses comuns; d) povo como aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro (nacional-popular); e) povo como as classes subalternas, em oposição às dominantes; f) povo como conceito dinâmico, aberto, conflitivo e histórico. Desta forma, a autora fala em três grandes correntes de estudo na pesquisa em comunicação popular: popular-folclórico (que trata das expressões culturais tradicionais e genuínas do povo), popular-massivo (o popular no universo da indústria cultural) e popular-alternativo (no universo dos movimentos

sociais).

Este terceiro eixo, nos diz Peruzzo, comportaria ainda duas tendências distintas: a primeira delas veria nos veículos de comunicação popular a função libertadora e revolucionária. A segunda tendência, por outro lado, não veria a comunicação popular em contraposição à comunicação massiva, admitindo o pluralismo e a incorporação de novas tecnologias de comunicação.

É importante considerar que a denominação de cada prática comunicacional deve levar em conta diferentes aspectos que envolvem esta prática. A partir de nossas leituras, pudemos identificar alguns deles: o lugar social no qual ocorre a prática de comunicação, o meio utilizado, os tipos de conteúdos e linguagens, a metodologia empregada e os modos de participação popular, a vinculação ou não com organizações políticas e os objetivos que se quer alcançar com o veículo.

Porém, mais importante que conceituar o que caracteriza a imprensa popular alternativa, é fundamental compreender que tal conceituação só é possível se for levado em conta o contexto social em que o fenômeno está inserido. Esta é a proposição de autoras como Festa (1986), Berger (1990 e 1995) e Peruzzo (1998). São os contextos sociais, políticos e históricos que vão dar significado às práticas de comunicação popular e alternativa, na medida em que, como nos diz Festa, “a comunicação popular e alternativa aparece, desenvolve e refluí na mesma medida da capacidade de os movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade” (FESTA, 1986, p. 30). Compreendendo esta relação entre a experiência de comunicação e a conjuntura social e política do período estudado, vamos poder definir, também, o que é popular e alternativo em termos de comunicação.

3.1 Comunicação popular alternativa e dinâmica dos movimentos sociais

Na medida em que o contexto social, histórico e político é o que vai determinar as características da prática em comunicação popular e alternativa, diversos autores defendem a necessidade de que a pesquisa em comunicação, nesta área específica, leve em conta estes contextos. Se a comunicação popular e alternativa “se manifesta sincronicamente com o movimento das forças sociais e com sua capacidade de articular

propostas políticas” (FESTA, 1986, p. 10), torna-se impensável fechar os olhos para as realidades que circundam e dão significado à prática comunicativa.

As investigações sobre a comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados. (PERUZZO, 1998, p. 114)

A exemplo de Festa (1986) e Peruzzo (1998), Berger (1990) também afirma que a centralidade da comunicação alternativa e popular está vinculada a contextos sociais, políticos e históricos determinados. Ou seja, a influência dos veículos está ligada à capacidade de mobilização das organizações sociais e de intervenção na arena política.

Neste sentido, Berger divide a trajetória da comunicação popular no Brasil em cinco momentos, desde os anos pré-ditadura militar até a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1989. Festa (1986) propõe divisão semelhante, porém considera três fases distintas: da instauração do AI-5 em 1968 até o início da abertura política, do período de abertura política compreendido entre 1978 e 1982 e, por fim, o processo de rearticulação das forças populares a partir de 1982.

De acordo com Berger (1990), o período anterior à ditadura militar, quando o Brasil é governado pelo presidente João Goulart, é caracterizado por intensa mobilização política e cultural, com a existência de uma imprensa “democrática, popular, nacionalista y de resistencia en el modelo económico multinacional” (BERGER, 1990, pp. 11-12), vinculada a intelectuais e organizações de esquerda, em ressonância à emergência dos movimentos operários e camponeses desde a década de 1950. Pereira (1986) chama atenção para que, nesta época, essa imprensa de oposição ao modelo capitalista era chamada de “imprensa popular”. Destacam-se neste período os jornais vinculados à organizações nacionalistas de esquerda, a partidos políticos, às emergentes Ligas Camponesas e aos setores progressistas da Igreja Católica. O líder camponês Francisco Julião, então deputado federal, mantinha o jornal *Ligas*. O também deputado federal Leonel Brizola comandava *O Panfleto*. Os padres dominicanos de São Paulo publicavam o semanário *Brasil Urgente*, enquanto uma dissidência do PCB imprimia o *Classe Operária*.

Nos primeiros anos após o golpe militar de 1964, há um refluxo nas experiências de comunicação popular, ainda que a produção intelectual e artística seja intensa. A censura e a repressão política acuam o movimento popular e a história deste período, como nos diz Berger (1990), transcorre principalmente pelo não dito. Logo após a instauração do Ato Institucional nº 5, em 1968, e a conseqüente radicalização do autoritarismo, a comunicação popular e alternativa adquire um caráter de resistência e acumulação de forças por parte dos grupos de oposição.

É este o período do que se convencionou chamar de imprensa alternativa, relativo a jornais como *Opinião*, *O Pasquim*, *Coojornal*, *Versus*, *Voz Operária* e *Libertação* que, nas palavras de Kucinski (1991), ou estavam vinculados a organizações de esquerda ou tinham como líder um jornalista que era a “alma” do jornal.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística, sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991, p. XVI)

Em sentido semelhante, Berger (1990) sustenta que esta comunicação de resistência que teve sua centralidade no período de dez anos após o AI-5 foi resultado da dupla motivação de intelectuais e militantes políticos.

Es en la prensa alternativa en donde los intelectuales van a buscar subsidios para sobrevivir en cuanto intelectuales y donde los militantes de los partidos políticos van a buscar material para sus análisis de coyuntura. Es también la lectura predilecta de los estudiantes de ciencias sociales y el único espacio de trabajo para muchos opositores del régimen. (BERGER, 1990, p. 15)

Para Capparelli (1986), o próprio sistema gerou uma válvula de escape, não apenas ao autoritarismo como também aos monopólios da indústria cultural. A legislação coercitiva, o modelo das mensagens e a concentração dos meios de comunicação teriam levado ao renascimento da imprensa alternativa. “A situação predominante provoca o aparecimento de alternativas, pois o conteúdo da grande imprensa estaria subserviente a um poder autoritário e não agindo no sentido de mudanças na estrutura da sociedade brasileira” (CAPPARELLI, 1986, p. 45)

Em polêmica com Capparelli, Pereira (1986) vai afirmar que a imprensa alternativa surgida no período da ditadura militar não foi um mecanismo de correção da grande imprensa, surgindo na verdade como a expressão de setores da sociedade que defendiam transformações sociais. A imprensa alternativa, diz o autor, foi “expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, [que] defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime” (PEREIRA, 1986, p. 56).

Para nossa pesquisa, não interessa aprofundar o debate existente na academia sobre a conceituação da imprensa alternativa no período da ditadura militar. Mas é interessante notar que, sob esta rubrica, existiram diversas publicações não só dedicadas à defesa das classes populares e à oposição ao regime, mas representaram também uma alternativa em termos de linguagem, valores e costumes, como nos jornais identificados com os movimentos feminista, gay e de contracultura. Como nos diz Berger (1995):

Pelos estudos realizados, podemos concluir que a imprensa alternativa compreende a imprensa operária, sindical e partidária popular, mas que estas formas não a esgotam. Nestas há uma clara opção pelas classes subalternas, mas há outros jornais em que a opção é ser “outra” em relação à grande imprensa, chamando a atenção para o que nela está ausente, representando um setor que, conjunturalmente, encontra-se excluído. Estes se caracterizam pelo conteúdo complementar, opinativo, inovador, analítico, produzido por intelectuais e dirigidos às lideranças multiplicadoras de opinião e quadros médios. (BERGER, 1995, p. 19)

O quarto período identificado por Christa Berger começa em 1978, com o processo de abertura política, em que surgem novos movimentos sociais e a esquerda se articula em torno de temas comuns, como a anistia política e as eleições diretas. Neste período, ocorre uma rearticulação movimento sindical, urbano e rural, e uma profusão de boletins, jornais e vídeos produzidos pelo movimento popular. Enquanto isso, os jornais alternativos se consolidam como jornais político-partidários e passam a fazer a defesa do seu projeto nacional.

Para Festa (1986), este período marca o nascimento da comunicação popular, uma vez que a autora considera que o termo alternativo está ligado aos setores médios da sociedade civil enquanto o popular se relaciona à comunicação de bases sociais. Berger vai em direção semelhante, na medida em que afirma que a abertura política no

Brasil a partir de 1978 resulta no entrelaçamento das formas de comunicação massiva, alternativa e popular:

La comunicación masiva se relaciona con los intereses del capital internacional; la comunicación alternativa con la organización de los intelectuales en torno de un proyecto histórico nacional y la comunicación popular con la organización de los movimientos sociales de base. (BERGER, 1990, p. 16)

Esta efervescência política ocorrida no período da redemocratização política brasileira, no qual ocorreram a campanha pelas Diretas e a campanha presidencial de 1989, termina justamente quando Luiz Inácio Lula da Silva é derrotado por Fernando Collor de Mello. Este é o quinto período da comunicação popular e alternativa identificado por Berger. Escrevendo em 1990, um ano após a derrota de Lula, a autora percebe o nascimento de um período de crise no pensamento marxista, com a queda do Muro de Berlim e o anúncio do “fim da história”, em termos mundiais, e com a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Brasil, o que atingiria a organização dos trabalhadores e, por conseqüência, a comunicação popular e alternativa.

La derrota electoral del candidato del PT (Partido del Trabajo) alcanza al movimiento popular que está perplejo al igual que la izquierda. Si la comunicación popular y alternativa fue desde un principio un asunto de la izquierda, resulta natural que la crisis del pensamiento marxista y del modelo socialista influya, tanto en la práctica como en la teoría, en este tipo de comunicación (BERGER, 1990, p. 27)

Bernardo Kucinski (1991) propõe uma abordagem diferente em relação às autoras, sustentando não haver uma relação direta entre a presença da imprensa alternativa do período da ditadura com a emergência ou refluxo dos movimentos sociais. O autor considera equivocado estabelecer uma relação direta da imprensa alternativa com a dinâmica social, pois este raciocínio não teria capacidade de compreender qual é o mecanismo formador dos jornais alternativos em cada uma das fases da ditadura. Como argumento, explica que nos anos de 1968 e 1969, marcados por grandes manifestações de rua seguidas dos focos de guerrilha urbana, a imprensa alternativa quase desapareceu. Para o autor, a explicação reside no fato de que o impulso para o surgimento dos jornais alternativos na época foi muito mais jornalístico do que político. Havia, para Kucinski, uma interação entre duas motivações distintas: uma de natureza jornalística, impulsionada por profissionais não apenas desejosos de espaços não proporcionados pela grande imprensa mas motivados com a criação de um modelo alternativo de jornalismo, e outra de natureza política, relacionada com as

estratégias das organizações de esquerda de acordo com a conjuntura de cada período. Trata-se, em suma, de uma aposta do autor no jornalismo sobre a política.

A ditadura, no entanto, não foi a única razão de ser da imprensa. Apesar de sua presença ter sido mais intensa no imaginário dos intelectuais, jornalistas e ativistas políticos do que já era nos âmbitos das relações de produção, o imaginário da imprensa alternativa não se constituía apenas dessa presença. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de suas manifestações ou a tentativa [...] de criar todo um ‘modelo ético político’, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção de uma contra-hegemonia ideológica, do que no campo conjuntural da resistência à ditadura. (KUCINSKI, 1991, p. XXV)

O autor sustenta que havia duas grandes classes de jornais alternativos no período da ditadura: a primeira daqueles fundamentalmente políticos, em geral pedagógicos e dogmáticos, com raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular (definidos como jornais alternativos portadores de projetos nacionais). A segunda mais existencialista, de crítica cultural e de costumes.

Baseado nesta abordagem, o autor propõe uma divisão diferente entre fases da imprensa alternativa na ditadura militar, levando em conta mais as características particulares das empreitadas jornalísticas – as influências, as formas de organização e até mesmo a presença de lideranças – do que a relação direta com um contexto político de maior abertura ou repressão.

A criação do *Pif-Paf* em junho de 1964 marca o início da imprensa alternativa, fase caracterizada pelo fechamento de espaços na grande imprensa e pelo desaparecimento dos jornais do campo popular pré-ditadura, que defendiam as reformas de base e estavam vinculados a organizações políticas nacionalistas e de esquerda. Também há na imprensa deste período a dupla presença tanto de resquícios da imprensa popular – principalmente nos jornais vinculados ao Partido Comunista – e a presença do humor como escárnio ao grotesco representado pela ditadura nos seus primeiros anos.

A segunda fase traçada por Kucinski tem origem do lançamento do jornal *Amanhã*, em 1967. É esta publicação que dá início ao mecanismo de “frente jornalística”, pela qual vários partidos de esquerda se unem na sustentação de um jornal voltado não só aos militantes mas também ao público externo. Outras publicações

seguiram no mesmo caminho, como *Opinião* e *Movimento*: entre suas características estava a formação de um conselho editorial amplo entre as forças de esquerda, montando com o objetivo de “ampliar a base de sustentação dos jornais frente às investidas da repressão e identificá-los com correntes expressivas de opinião” (KUCINSKI, 1991, p. XX). Eram, invariavelmente, experiências marcadas por rachas entre as organizações de esquerda, fazendo com que a maioria delas fosse de curta duração.

Todos esses jornais alternativos da primeira fase pós-golpe foram efêmeros. Os projetos mais importantes só seriam retomados após a derrota da proposta da luta armada. O envolvimento dos jovens na proposta de luta armada teria implicações profundas no fazer jornalístico, tanto o alternativo como o convencional. (KUCINSKI, 1991, p. 34)

Para o autor, o período pós AI-5 em 1968 parece dar à militância a consciência coletiva da derrota para a ditadura militar. Em 1969, com o refluxo das manifestações sociais, crise nas organizações políticas de esquerda e esgotamento das lutas abertas e clandestinas contra o regime, a imprensa alternativa passa a desempenhar um papel de encontro solidário dos derrotados: os jornais eram a própria resistência. O surgimento de veículos como *O Pasquim*, *Opinião* e *Ex* marca uma das fases mais ricas da imprensa alternativa. Na leitura de Kucinski, neste período confluem as figuras dos jornalistas e intelectuais como protagonistas e do empresário progressista como financiador. A pouca importância dos militantes políticos nestes jornais parece ser, para o autor, a explicação para a riqueza das experiências jornalísticas.

Nem chegava a haver explicitação de programas políticos comuns. Não havia, entre esses jornais, divergências táticas ou estratégicas decisivas, até porque não havia definições ou propostas precisas dessa ordem sendo colocadas ou dividindo a sociedade civil. Havia divergências ideológicas, e diferentes alinhamentos, mas os vários grupos e jornais enxergavam-se muito mais como complementares, coadjuvantes de uma mesma frente de resistência, não como competidores. (KUCINSKI, 1991, p. 47)

A quarta fase dos alternativos na ditadura começa em 1974, quando os presos políticos começam a sair da prisão e os jornais incham e se multiplicam. É nesta fase que o jornalista Vladimir Herzog é morto pela ditadura, em 1975. São postos em prática projetos ambiciosos, como o *Versus* e o *Movimento*, predominando neles o ativismo político sobre o jornalismo. É neste período também que aparecem os alternativos

regionais, como o *De Fato* (Minas Gerais) e o *Coojournal* (Rio Grande do Sul). Uma quinta fase apontada pelo autor começa em 1977, a partir de projetos editoriais motivados pela campanha da anistia. Com a abertura política gradual e o fortalecimento das oposições, começam a surgir propostas divergentes que redundam em rachas em jornais, como o próprio *Movimento*.

O desaparecimento da imprensa alternativa tem início, segundo autor, com o surgimento dos jornais basistas ligados a movimentos populares e que, diferente daqueles portadores de um projeto nacional, procuravam atuar junto a uma comunidade de base, buscando desenvolver uma prática alternativa de jornalismo, fora da grande imprensa, mais do que tomar o jornal como ferramenta para a defesa de um projeto nacional. A imprensa alternativa se configura ela própria num movimento de base, diz o autor.

Um movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional. Distinguem-se dos alternativos portadores de projetos nacionais de transformação, porque neles a primazia é o projeto nacional, sendo o jornal seu mero instrumento. Tanto nos alternativos basistas como nos que surgiram diretamente do fechamento de espaços na grande imprensa, a reivindicação específica fundamental, unificadora, é de natureza jornalística. (KUCINSKI, 1991, p. 103)

Por fim, a última fase da imprensa alternativa ocorre no final da década de 1970: os movimentos de massa emergem no cenário nacional, bem como as greves do ABC paulista revelam o “protagonista mítico das esquerdas”: o operário industrial. Ocorrem rachas nas organizações políticas, agora com possibilidade de fazer uma luta aberta. Ao mesmo tempo, os jornalistas passam a ter de volta os espaços na grande imprensa, e os protagonistas das experiências exitosas do período se dispersam. A imprensa alternativa, frágil economicamente, não resiste aos boicotes e aos atentados a bomba em bancas de jornal. Ainda, a pulverização de sindicatos, movimentos sociais e comunidades de base, bem como abertura aos partidos de esquerda, promovem uma mudança de lugar social da militância política: com a abertura, não existe mais a necessidade de articulação em torno de um projeto editorial.

A imprensa alternativa não era substituta da imprensa clandestina dos partidos, que de forma precária sobreviveu sob a ditadura, mas a atividade inerente aos jornais alternativos, suas assembleias e redações, suas campanhas de assinaturas e seus debates, eram um substituto do próprio partido como espaço social e de articulação nas

condições da ditadura, e dispensável sem ela. Com a abertura, essa função desapareceu. Os partidos se organizam abertamente. Abandonam a imprensa alternativa, na qual precisavam conviver forçosamente com outros partidos e facções, e lançam seus próprios jornais, quase que simultaneamente, a partir de junho de 1979. Estava selado o fim dos alternativos políticos portadores de projetos nacionais. (KUCINSKI, 1991, p. 123)

Em resumo, apesar de estabelecer relações entre os momentos políticos da repressão e das organizações de esquerda com as experiências de imprensa alternativa, Kucinski põe peso maior na motivação dos jornalistas da época na criação de um modelo ético-profissional alternativo. Na sua análise dos jornais alternativos, o autor afirma que o nascimento dos jornais alternativos normalmente combinava um episódio específico de fechamento de espaços na grande imprensa e algum incidente que empurrava um grupo de jornalistas rumo a uma alternativa, liderados por um jornalista de prestígio, “o jornalista-alma do projeto alternativo” (KUCINSKI, 1991, p. XVI). Da mesma forma, sustenta que o fracasso de algumas destas experiências não raro se deveu à presença dos militantes políticos, que submeteriam o jornal às lógicas da organização política, lançando mão de táticas de manipulação, disputas internas e sectarismo, transformando os jornais em publicações de seita.

“Os jornais alternativos de porte, tanto os políticos como os existenciais, foram vítimas também de traços culturais que desqualificam seus participantes como protagonistas de um novo modelo ético-político democrático. Ao contrário, uma forma própria de alienação instalou-se nos jornais alternativos. Protagonistas não organizados nos partidos clandestinos [...] viram-se reduzidos, se sujeitos do processo, a instrumentos de manipulação. (KUCINSKI, 1991, p. XXVI)

Ao tentar compreender porque os jornais alternativos desapareceram com o final da ditadura militar, Kucinski vai discordar dos autores que sustentam que a imprensa alternativa só tinha razão de ser por causa do regime autoritário. Essa tese não é corroborada pelos fatos, diz o autor, lembrando que não era tão direta a relação entre a emergência e o refluxo das organizações políticas e o papel dos jornais alternativos e defendendo que, antes de uma resposta à censura, havia na imprensa alternativa um espírito de criação de um outro jornalismo. Afirma o autor:

[...] a falha desse modelo está em atribuir a uma lógica única e exógena, a gênese e a morte da imprensa alternativa, fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário dos seus protagonistas, daqueles que a fizeram e não nas ações daqueles que

não a quiseram. A repressão, os seqüestros de edições, a censura prévia, os processos políticos, tudo isso precipitava crises latentes dentro dos jornais; raramente foram as causas diretas do seu fechamento. (KUCINSKI, 1991, p. XXV)

Alertando para as razões internas de cada projeto editorial como mais importantes até que a relação com o contexto repressivo, Kucinski defenderá, por fim, que o desaparecimento dos jornais alternativos tem a ver com a implosão do paradigma leninista que orientava a grande maioria dos alternativos portadores de projetos nacionais. O surgimento do movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores, em 1979, rompendo a dualidade entre o espaço clandestino e a esfera pública de atuação política, e reunindo diferentes setores sociais, quebrava o paradigma da necessidade de uma doutrina que orientasse a própria atuação da esquerda – pilar, segundo o autor, de sustentação dos jornais alternativos.

3.2 Imprensa popular alternativa: em busca de um conceito mais específico

Como vimos no início deste capítulo, o tema da comunicação popular e alternativa merece toda a sorte de abordagens, justamente pela diversidade de formas como aparecem os veículos de comunicação, em diferentes períodos históricos e com diferentes motivações de fundo. Disso decorre uma frequente confusão quanto à maneira de denominar os veículos que se propõem a fazer uma outra comunicação, diferente da hegemônica. No caso do jornal *Brasil de Fato*, qual é a denominação que melhor dê conta de suas características? Responder esta questão é o que pretendemos agora, de forma não a aumentar ainda mais as divergências sobre a questão, mas buscando apenas uma denominação que abarque as especificidades do nosso objeto.

O *Brasil de Fato* é um jornal alternativo? Sustentamos que sim, na medida em que o jornal se oferece como uma alternativa à imprensa de referência. No entanto, a expressão isolada não dá conta de explicar o *Brasil de Fato*, uma vez que no Brasil o termo “imprensa alternativa” adquiriu uma conotação específica e datada historicamente, relacionada ao período da ditadura militar,

[...] entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. (PERUZZO, 1995,

Berger (1995) igualmente afirma que o tema da imprensa alternativa é datado histórica e ideologicamente. “É a esquerda latino-americana, vivendo sob governos militares, sofrendo a derrota do modelo de luta armada e preocupada com a sua função de ‘intelectual orgânico’, quem busca outros espaços de resistência” (BERGER, 1995, p. 22)

A própria importância destes jornais alternativos que fizeram oposição ao regime autoritário e questionaram os costumes da época fez com que a denominação se tornasse de uso comum para definir aquelas publicações que não se alinham ao *status quo* político, econômico e cultural.

O termo *imprensa alternativa* é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político. (FESTA, 1986, p. 16)

Ao realizar um apanhado histórico dos jornais alternativos surgidos no período da ditadura, Bernardo Kucinski (1991) também reforça os vínculos da expressão *imprensa alternativa* ao período militar, ao afirmar que o traço comum aos jornais alternativos da época era a oposição ao regime, independente da divergência de táticas entre as correntes políticas de esquerda. Para o autor, o fenômeno surge da confluência de jornalistas e intelectuais em busca de espaços mais arejados e das esquerdas em organizar-se no enfrentamento à ditadura militar, o que lhe confere contornos nítidos no tempo.

Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais desta imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p. XIII)

Se no período da ditadura militar estava bem delimitado o que era a imprensa alternativa, no sentido de que ela se apresentava como "jornalismo de oposição" (BRAGA, 1991, p. 228), tanto é que alguns autores chegam a afirmar que a expressão é

datada historicamente, o que seria alternativo em um período de liberdades democráticas?

O dicionário Aurélio diz que alternativo pode ser aquilo “que não está ligado aos interesses ou tendências política dominantes”. Grimberg (1987) define a imprensa alternativa questionando frente a quem ela é alternativa. Para o autor, a alternativa é frente ao discurso dominante, em suas palavras, “a opção é sempre frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a propriedade e/ou controle dos meios de informação” (GRIMBERG, 1987, p. 21). A ideia de uma alternativa aos jornais de referência, detentores do discurso hegemônico ou dominante, é a mesma de Aguiar (2008), para quem a trajetória da imprensa alternativa brasileira tem a característica de "continuidade na descontinuidade", ou seja, aparecem, refluem, quase desaparecem e retornam, mantendo a peculiaridade principal de se opor "à pretensão hegemônica da imprensa de espírito oligarca e, hoje neoliberal, que é a dominante no Brasil" (AGUIAR, 2008, p. 235). De acordo com a percepção do autor, então, a imprensa alternativa não seria simplesmente oposição ao regime militar, mas uma opção frente às pretensões hegemônicas da imprensa empresarial.

Na história brasileira os freqüentes 'alternativos' seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira, que esta pretende tornar hegemônicas no país. Com isso não pretendemos fechar o conceito numa definição unívoca, mas ao contrário, abri-lo, mostrando seu dinamismo e seus aspectos também contraditórios. (AGUIAR, 2008, p. 236)

Dialogando com essa perspectiva, Oliveira (2008) propõe uma distinção entre a práxis jornalística hegemônica e uma práxis jornalística alternativa, que representaria uma confrontação com a atual estrutura monopolizada da mídia, cuja característica é a mercantilização da atividade jornalística. A alternativa hoje, não seria à ditadura militar, mas à ditadura do capital, que transforma a "sociedade em mercado, a cidadania em consumo e a ideologia em mercadoria" (OLIVEIRA, 2008, sem página). A práxis jornalística alternativa seria o espaço para manifestações da sociedade civil em defesa de um outro mundo possível.

A práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Não se trata apenas e tão-somente de defesa dos valores da democracia institucional, mas de

uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. (OLIVEIRA, 2008, sem página)

Em nossa opinião, as duas perspectivas não são excludentes. Ainda que a expressão "imprensa alternativa" mantenha forte relação com os jornais de resistência ao regime militar no Brasil, ela também pode definir aquelas práticas jornalísticas que se apresentam como uma alternativa ao modelo dominante de imprensa, vinculada aos ideais do neoliberalismo. No entanto, o radical "alternativo" dá conta de apenas parte das características de determinado veículo. No caso do *Brasil de Fato*, que se apresenta como "uma visão popular do Brasil e do mundo" e tem embutido, no próprio nome, a ideia de contraponto à grande imprensa - um Brasil de mentira e manipulação publicado pela grande imprensa e um Brasil de fato apresentado pelo *Brasil de Fato* - parece óbvio que se trata de um jornal alternativo ao discurso dominante. Mas é possível buscar um conceito mais específico, sem a pretensão de criar algo novo, mas sim encontrar uma denominação que dê conta de abarcar as especificidades do veículo em questão.

Um problema do conceito "alternativa" é justamente sua abrangência. Para Berger (1988), a imprensa alternativa compreenderia a imprensa operária, sindical e partidária popular, funcionando como uma espécie de guarda-chuva que abarcasse diferentes estilos e experiências de comunicação. Já Braga (1991) sugere a especificidade da imprensa alternativa, que não apenas estaria à margem do sistema dominante - como a imprensa *underground*, por exemplo: os jornais alternativos, para além da face militante, são informativos, desenvolvendo um trabalho mais complexo de produção de reportagens e apresentando-se ao público, de certa forma, como uma imprensa de interesse geral.

Estas características fariam da imprensa alternativa uma outra concepção de imprensa, oposta à produção dominante. É nisso que o conceito adquire todo seu sentido: enquanto 'alternativa', ela se propõe a ser a busca de uma outra forma, suscetível de substituir a grande imprensa. Não seria complementar ou secundária com relação ao jornalismo de grande empresa, mas igual ou equivalente. Esta equivalência, entretanto, não é proposta como real ou imediata. A pequena imprensa não saberia entrar em competição pelo mercado com a grande. (BRAGA, 1991, p. 229-230)

Ainda que reconheçamos esta especificidade do jornalismo alternativo, é

importante levarmos em consideração que diferentes práticas comunicacionais podem ser consideradas alternativas, por não alinhadas ao pensamento dominante, seja no campo cultural, de comportamento, dos movimentos ambientalistas, das minorias. É assim que o senso comum e mesmo os jornalistas costumam se referir a estes veículos.

Assim, poderíamos encontrar uma maneira de diferenciar o *Brasil de Fato*, que não somente é um jornal alternativo à imprensa de referência no Brasil, mas mantém vinculação com movimentos sociais e é portador de um projeto nacional (utilizando a expressão de Kucinski): trata-se de um jornal popular. Mas aqui, também, somente utilizar "popular" torna-se problemático. Mesmo que seja uma maneira possível de se referir a este tipo de imprensa, não abrange todas as características do jornal em questão e de outros com características semelhantes.

Em primeiro lugar, o termo também é datado, ainda que menos que o "alternativa": normalmente se denomina imprensa popular os jornais vinculados a organizações nacionalistas que apoiavam as reformas de base do presidente João Goulart no período anterior à ditadura militar no Brasil. Como já afirmamos acima, desta época destacaram-se jornais como *Ligas*, *O Panfleto*, *Brasil Urgente* e *Classe Operária*.

Mas há ainda outras ponderações: Berger pondera que “a expressão ‘alternativa’ [...] vem mais associada à imprensa, enquanto ‘popular’ a outras formas de produção comunicativa” (BERGER, 1988, p. 1). Como já vimos, Festa (1986) sustenta que a expressão “alternativo” se refere à comunicação praticada por setores médios da sociedade civil, enquanto a comunicação popular seria aquela praticada pelas bases sociais.

Gomes (1990) aprofunda esta distinção ao afirmar que a comunicação alternativa denota uma oposição à comunicação massiva, produzida pelas grandes empresas de comunicação. Enquanto isso, comunicação popular é aquela que tem relação com o povo, inscrevendo-se num contexto de luta por emancipação. No mesmo sentido, Gomes dirá que “embora o jornalismo popular também possa se contrapor à grande imprensa, não é esta a característica que o define como popular” (GOMES, 1990, p. 58).

A comunicação popular não tem valor em si mesma, mas enquanto se integre num processo de luta com uma perspectiva de nova sociedade. Que luta? A luta autônoma, a que põe em crise a estrutura social dominante. Deste modo, o contexto ideal da comunicação popular é o da luta autônoma. É no interior das organizações, de movimentos de massa, que travam uma luta que tende a unir o que a sociedade fragmenta e, portanto, convulsionar as estruturas do capital. É aqui onde ela adquire lógica. A lógica mais profunda do popular, enquanto alternativo, porque é o contexto que a torna popular. (Id., p. 45)

O autor concorda com a conceituação proposta por Lins da Silva (1981), para quem a divisão da sociedade em classes sociais e a utilização de um meio impresso periódico para a defesa das classes trabalhadoras são fatores fundamentais para a definição da imprensa popular. Para Lins da Silva, o jornalismo popular é praticado por aqueles “periódicos que têm em sua linha editorial uma preocupação de defesa das classes trabalhadoras” (LINS DA SILVA, 1981, p. 61). Faz-se necessário pontuar aqui que, tanto para Gomes como para Lins da Silva, jornalismo popular não é o mesmo que jornal popular. Lins da Silva parte da divisão entre os jornais de prestígio, os jornais populares e jornais políticos. De acordo com esta conceituação, o jornal popular seria aquele veículo pertencente à grande imprensa, mas dirigido às classes populares, os quais comumente são chamados “sensacionalistas”.

Na tentativa de identificar, na literatura, os traços comuns que caracterizam a comunicação popular nos movimentos sociais, Peruzzo (1998) cita cinco características principais que perpassam o conjunto da produção teórica sobre o tema: a comunicação popular se desenvolve num contexto de luta social; no seu conteúdo encerra uma crítica da realidade e um anseio de emancipação; constitui-se num espaço de expressão democrática, tanto na sua metodologia quanto na sua forma e conteúdo; tem como protagonistas o próprio povo e/ou organizações ligadas a ele; e é considerada um instrumento das classes subalternas.

Os periódicos da imprensa popular, nos termos utilizados na nossa pesquisa, poderiam ainda ser classificados de acordo com a relação que mantêm com as classes populares. Lins da Silva (1981) propõe três distinções entre os jornais: a) aqueles que defendem as classes trabalhadoras, mas estas não os produzem nem são os destinatários principais; b) aqueles que defendem os interesses das classes trabalhadoras, sendo estas os destinatários principais, mas não são elas que o produzem; e c) aqueles que defendem

os interesses das classes trabalhadores, são por elas produzidos e a elas se destinam.

Por fim, é importante mencionar que os veículos da imprensa dita "sensacionalista" são comumente chamados de "jornais populares". Neste sentido, sem a pretensão de criarmos um novo conceito, que seria desnecessário, optamos por utilizar a expressão *imprensa popular alternativa* para se referir ao tipo de jornalismo praticado pelo *Brasil de Fato*.

Na nossa busca por um conceito mais específico, que contribua para a consolidação deste tema, acabamos por encontrar no termo "imprensa popular alternativa" a maneira mais apropriada de definir um meio de comunicação com as seguintes particularidades: a vinculação política, ideológica, editorial e até mesmo administrativa, com organizações do movimento social; a defesa em sua linha editorial das classes populares e de um projeto nacional; a estrutura profissionalizada; a pretensão de expandir-se hegemonicamente no sentido de competir com os jornais de referência.

O conteúdo do *Brasil de Fato* é voltado para a defesa das classes subalternas, o que o coloca como representante da imprensa popular. Possui, além disso, vínculos estreitos com organizações populares, ainda que sua redação seja profissionalizada, comandada por jornalistas. O uso do *alternativa*, portanto, inscreve o jornal na tradição brasileira de jornais que se apresentam como uma postura crítica e alternativa à grande imprensa, porém não são produzidos "pelo povo", mas por profissionais do jornalismo e intelectuais, "para o povo". Por fim, o uso da expressão *imprensa popular alternativa*, além de diferenciá-lo do popular massivo, situa o jornal à noção trazida por Peruzzo (1998), como esta sendo uma maneira de pensar o popular, que se ocupa da comunicação no contexto de organizações e movimentos sociais vinculados às classes subalternas, buscando sempre problematizar a noção de popular e compreendê-la como um espaço conflitivo em relação ao massivo e às classes dominantes.

No entanto, mesmo a expressão *popular alternativa* pode não contemplar todas as características do jornal *Brasil de Fato*. Concordamos que seja adequado denominá-lo como um "jornal de esquerda", por exemplo, expressão que aparece tanto na

academia quanto no senso comum. Como se verá, os próprios organizadores do jornal, quando das primeiras reuniões que definiram o projeto editorial da publicação que ainda não tinha nome, utilizavam a expressão “jornal de esquerda” ou “jornal das esquerdas” para divulgar a iniciativa. É inegável, como veremos adiante, que o *Brasil de Fato* é herdeiro de uma longa tradição de jornais vinculados a organizações políticas de esquerda, que possuem um projeto de poder como horizonte estratégico. Mas, como dissemos, a denominação *imprensa popular alternativa* consegue dar conta da maior parte das características do jornal.

3.3 O jornal na tradição da esquerda marxista

São poucas as pesquisas acadêmicas sobre o jornalismo popular e alternativo que buscam refletir sobre os objetos a partir da tradição da esquerda marxista sobre o jornalismo. No entanto, tanto os alternativos do período militar como jornais atuais ao estilo do *Brasil de Fato* são tributários desta tradição, e a reflexão crítica sobre ela deve pressupor uma visita aos textos mais importantes, que postularam a importância do jornal para as organizações políticas, como um instrumento de agitação e propaganda dos valores socialistas e revolucionários e também como o fio condutor da organização política dos trabalhadores. De modo geral, parte-se da idéia de as massas oprimidas, que devem ser agentes das transformações sociais, vivem sob o jugo da ignorância. A organização, o movimento, o partido, necessitam de um instrumento para ampliar sua voz em direção às massas, esclarecendo-as, denunciando a opressão, de modo a levá-las à ação revolucionária.

Para los teóricos marxistas de los medios de difusión, la prensa debe desempeñar funciones de *propagandista, organizadora, educadora y crítica de masas*, dentro de los marcos de una orientación política (...) del partido de la clase obrera, que se presume, expresa de manera más exacta que algunos individuos aislados (sean periodistas o políticos) los intereses de las grandes mayorías nacionales. (TAUFIC, 1977, p. 85)

As formulações mais significativas sobre o jornal da organização política, na tradição da esquerda marxista, vêm de reflexões teóricas do líder revolucionário russo Vladimir Lenin, especialmente em dois textos escritos com intervalo de menos de um ano, entre 1901 e 1902. São destes dois textos clássicos, cujos títulos estão em forma de pergunta – “Por onde começar?” (1901) e “Que fazer?” (1902) – que vêm as idéias da

função do jornal como o organizador coletivo da classe trabalhadora.

Preocupado com a tendência meramente “economicista” das revoltas populares no período anterior à Revolução Soviética de 1917, Lenin ressentia-se da ausência de uma organização revolucionária capaz de dar a direção política à “massa dispersa dos descontentes, que protestam e estão prontos para a luta” (LENIN, 1901, p. 3). Neste sentido, propunha que o ponto de partida para criar esta organização fosse a fundação de um jornal político para toda a Rússia: um órgão que desempenhasse as funções de agitação e propaganda do Partido Operário Social-Democrata Russo, superando a fragmentação da organização, cujos militantes estavam absorvidos em atividades locais, e levasse o descontentamento da população a um salto qualitativo. O jornal seria a ferramenta para “elevar o nível de consciência” dos trabalhadores, expressão cara à esquerda marxista.

Sem um órgão de imprensa política é absolutamente impossível cumprir nosso dever de concentrar todos os elementos de descontentamento de protesto político, de fecundar com estes o movimento revolucionário do proletariado. Demos o primeiro passo, despertamos na classe operária a paixão pelas denúncias “econômicas”, de fábrica. Devemos completar o passo seguinte: despertar em todos os estratos do povo mais ou menos consciente a paixão pela denúncia política. (LENIN, 1901, p. 5)

Mas o jornal, escreve Lenin, não teria a função apenas de difundir as idéias do partido, educar politicamente as massas e conquistar novos aliados políticos. É aí que aparece com mais clareza a idéia do jornal não apenas como um propagandista e agitador coletivo, mas também como um organizador coletivo. O funcionamento pleno de um jornal político para toda a Rússia exigiria o trabalho de militantes na sua administração, no envio de materiais e na sua divulgação, o que resultaria no esqueleto da organização necessária para a revolução, estendida por todo o país, ampla e preparada para a ação. A partir do jornal, e com o jornal, uma organização permanente se formaria, no sentido da ação revolucionária.

Se nós unirmos nossas forças para desaguar em um jornal de escala nacional, tal trabalho fará surgir e formará não somente os propagandistas mais hábeis, mas também os organizadores mais provados, os chefes políticos mais capazes de saberem lançar no momento exato a palavra de ordem da luta decisiva e dirigir essa luta. (LENIN, 1901, p. 7)

Publicado onze meses depois, “O que fazer?”, de 1902, representa um

aprofundamento das reflexões de Lenin sobre “as questões palpitantes de nosso movimento”, como diz o título secundário do texto. Ali, o líder revolucionário sustenta uma polêmica com L. Nadejdine sobre o papel dos pequenos jornais locais, vinculados a organizações de trabalhadores, em relação à necessidade de um jornal político para toda a Rússia, tendo como pano de fundo a crítica de Lenin às concepções que viam nas organizações locais, voltadas para ações mais concretas, o caminho para o movimento revolucionário.

Mais uma vez, Lenin vai apresentar sua visão sobre o jornal político para toda a Rússia como o fio condutor da organização. Não subtraía a importância das organizações locais, pelo contrário, mas acreditava que só um jornal de âmbito nacional seria capaz de educar as pessoas para a participação política. A elaboração de um jornal, reforça Lenin, seria o fio condutor para a ampliação da organização revolucionária, assim como fazem os pedreiros que constroem um edifício: esticam um fio que os ajuda a encontrar o “lugar justo” das pedras. Lenin vai dizer que o partido possuía muitas pedras e pedreiros, faltando-lhe justamente o fio que fosse visível para todos.

E insisto em sustentar que apenas se pode começar a criar essa ligação efetiva com um jornal comum, empresa única e regular para toda a Rússia, que resumirá as mais variadas atividades e incitará as pessoas a progredir constantemente por todos aqueles numerosos caminhos que conduzem à revolução, da mesma forma que todos os caminhos levam a Roma. Se queremos nos unir não apenas em palavras, é preciso que cada círculo local imediatamente reserve, digamos, um quarto de suas forças para a participação ativa na obra comum. E o jornal mostrará prontamente os contornos gerais, as proporções e o caráter dessa obra; as lacunas que se fazem sentir mais fortemente na ação conduzida em escala nacional, os lugares onde a agitação é deficiente e onde a ligação é precária, as engrenagens do imenso mecanismo comum que o círculo poderia reparar ou substituir por outras melhores. (LENIN, 1902, pp. 118-119)

Kucinski (1991) chega a afirmar que foi o predomínio da visão leninista sobre o jornal o motivo pelo fracasso de alguns jornais alternativos no período da ditadura. Para o autor, os militantes dos partidos de esquerda acabavam por "aparelhar" os jornais, colocando interesses partidários acima da necessidade de construir uma práxis alternativa de jornalismo, tanto nos conteúdos como nos métodos internos de decisão. O resultado, invariavelmente, era a perda de qualidade dos jornais e a transformação dos mesmos em panfletos só compreensíveis para os diminutos grupos de militantes de determinada organização

As estruturas de poder da imprensa alternativa explicitavam propósitos democráticos e participativos mas, invariavelmente, sucumbiam frente aos métodos dos partidos clandestinos na sua luta pela conquista da hegemonia dos jornais. Seguiam-se os rachas e a formação de estruturas mais sofisticadas, igualmente impotentes frente às novas divergências. Havia entre as concepções vigentes, uma forte presença de inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional. (KUCINSKI, 1991, p. XIX-XX)

O problema de fundo tinha a ver, segundo o autor, com concepções diferentes, entre jornalistas e militantes, em relação ao papel do jornal alternativo: enquanto os primeiros tinham uma concepção gramsciana do jornalismo, vendo nele a possibilidade de forjar uma consciência coletiva homogênea, através da prática de um “jornalismo integral”, os segundos tomavam o jornal como um instrumento a serviço do partido. O jornalismo integral, explica Kucinski, seria uma entidade mais autônoma do que o jornal do partido, capaz de ampliar-se hegemonicamente e construir a revolução pela super-estrutura.

Gramsci havia definido ‘jornalismo integral’ como o que vai além da mera satisfação das necessidades aparentes de seu público ou de seus jornalistas; como o jornalismo capaz de criar e desenvolver essas necessidades e ampliar seu público. Trata-se de um corolário direto da concepção gramsciana de revolução através de uma função hegemônica de natureza essencialmente ideológico-cultural, em cuja constituição os jornais teriam um papel importante, em oposição ao modelo leninista que concentra todo o poder no partido. Embora também operasse com conceitos de partido e de vanguarda, Gramsci não subordinava jornal a partido. Considerava que o jornalismo integral só poderia ser praticado se o jornal fosse uma entidade em si mesma, geradora do seu próprio conhecimento, e portadora de uma ética específica, embora ligado aos grandes movimentos. Não poderia, portanto, ser mera correia de transmissão de um partido ou comitê central. (KUCINSKI, 1991, p. 76)

No texto mais conhecido em que Gramsci fala sobre o jornalismo, o filósofo expressa sua visão sobre a importância do jornalismo como ferramenta para a disputa de hegemonia na sociedade.

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda a camada social elabora sua consciência e sua cultura com os métodos dos intelectuais profissionais. (GRAMSCI, 1978, p. 173)

Na idéia de utilizar o jornal para elevar a consciência das massas, superando o imediatismo das revoltas populares para uma luta política na direção do socialismo, Lenin deixa transparecer outra noção importante na tradição da esquerda de se pensar o jornalismo. Trata-se da noção que vê no jornal o instrumento para revelar as verdades e denunciar a opressão para um auditório de ignorantes, posto que “somente essas revelações podem formar a consciência política e suscitar a atividade revolucionária das massas” (LENIN, 1902, p. 54).

Às portas da Revolução Soviética, Lenin sustentava que a classe operária compunha o auditório ideal para o qual falariam os homens capazes de fazer as denúncias. Era ela a única a mostrar um interesse pelo conhecimento político, apenas esperando apenas que o jornal ilegal do partido viesse trazer esse conhecimento, processo pelo qual o jornal penetraria em outras categorias e classes sociais, configurando-se num “verdadeiro jornal político popular” (LENIN, 1901, p. 5-6). Porém, se naquele momento as vozes a se levantarem contra o regime czarista ainda eram débeis, era justamente devido ao fato de que os homens capazes de levar a denúncia política às massas não dispunham de uma tribuna, tampouco de um público que os escutasse.

Esse auditório ideal para as revelações políticas é precisamente a classe operária, que tem necessidade, antes e sobretudo, de conhecimentos políticos amplos e vivos, e que é a mais capaz de aproveitar esses conhecimentos para empreender uma luta ativa, mesmo que não prometa qualquer “resultado tangível”. Ora, a tribuna para essas revelações diante de todo o povo, só, pode ser um jornal para toda a Rússia. (LENIN, 1902, p. 67).

O jornal não funcionaria, portanto, apenas como fio condutor da organização política, mas também como uma ferramenta pela qual os líderes, capazes, ampliariam sua voz para esclarecer e elevar o nível de consciência das massas, especialmente as operárias, que se conscientizariam a partir do reconhecimento dos fatos e acontecimentos políticos da atualidade. Lenin destaca a importância dos fatos e acontecimentos “concretos e de grande atualidade”, capazes de revelar por si próprios o funcionamento do sistema de classes sociais, mais do que qualquer discurso político. Reside aí, mais uma vez, esta crença na revelação do fato em si, da verdade, como arma de agitação política. “Apanhar alguém em flagrante delito e acusá-lo perante todos e em

toda parte é mais eficaz do que qualquer apelo, e constitui uma forma de agitação” (LENIN, 1902, p. 56).

É uma idéia que, de certa forma, aparece dispersa em pequenos textos que Karl Marx produziu sobre o jornalismo. Para o intelectual alemão, o dever da imprensa livre deveria ser tomar a palavra em favor dos oprimidos, minando as bases de todo o sistema político a partir da denúncia concreta contra autoridades. Em texto publicado originalmente em 1849, vai afirmar: “Não basta combater as condições gerais e as altas autoridades. A imprensa precisa decidir entrar na liça contra **este** policial em particular, *este* procurador, *este* administrador municipal” (MARX, 2006, pp. 106-107, *grifos do autor*).

Em direção semelhante, Leon Trostky escreverá, em 1923, que a alma de um jornal está na informação atual, abundante e interessante, que só pode ser um “instrumento de educação” eficaz se esta for também correta e judiciosamente exposta. Neste texto, Trotsky também afirma que a publicação da informação clara tem mais poder do que gastar rios de tinta para explicar que a “a burguesia é a burguesia e que o proletariado é o proletariado”. O fato em si seria revelador das lições necessárias.

Caros colegas jornalistas, o leitor suplica-vos que evitem dar-lhes lições, fazer-lhes sermões, dirigir-lhe apóstrofes ou ser agressivos, mas antes que lhe descrevam e expliquem clara e inteligivelmente o que se passou, onde e como se passou. As lições e as exortações ressaltarão por si mesmas. (TROSTKY, 1979, p. 3)

Neste sentido, analisando os jornais de agitação e propaganda do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) na época, ele critica a apresentação gráfica dos veículos ao ponto de afirmar que a técnica em jornais é a vergonha dos revolucionários, principalmente em relação à paginação e à impressão dos jornais que, mal feitas, imporiam dificuldades à aceitação do jornal pelos leitores.

Para Adelmo Genro Filho (1987), constitui-se num equívoco a aplicação mecânica de alguns escritos ocasionais dos teóricos marxistas sobre o jornalismo, escritos em uma época em que o moderno jornalismo sequer havia se desenvolvido. Ainda assim, o autor afirma que Lenin e Trotsky apenas intuíram algumas possibilidades do jornalismo informativo.

Para Lenin, diz Genro Filho, os fatos deveriam servir como objeto de análise ou como ilustração para as denúncias políticas, chegando a abordar a questão do cotidiano. Mas foi Trotsky, segundo o autor, quem mais bem compreendeu que o fenômeno jornalístico implicava uma forma nova de abordar a realidade.

3.4 A submissão dos fatos à análise política

Todas estas questões vistas até agora, como a vinculação dos jornais populares alternativos à pauta dos movimentos sociais e a herança desta tradição da esquerda marxista, conferem a estes veículos determinadas características editoriais presentes em maior ou menor grau nos veículos que se propõem a realizar um jornalismo contra-hegemônico. Entre as mais importantes, podemos destacar: a opção por uma pauta mais analítica e menos factual; a apropriação do cotidiano apenas para efeitos de politização e o privilégio, nos critérios de noticiabilidade, a pautas relacionadas à conjuntura imediata ou estratégica dos movimentos sociais.

Eloísa Klein (2008) sintetiza muito bem algumas das características ao afirmar que os jornais alternativos, basicamente, possuem um jeito diferente de falar, um jeito diferente de fazer e um jeito diferente de construir o leitor. Ou seja, mantêm um discurso alternativo ao dominante, relacionado à defesa das classes trabalhadoras, é bancado muitas vezes pelo trabalho voluntário ou militante de jornalistas e intelectuais, em contraponto às estruturas empresariais da grande imprensa, e, por fim, busca oferecer uma análise aprofundada dos fatos aos leitores, geralmente "iniciados" nos temas da imprensa alternativa.

Sobre esta questão, Braga (1991) explica que a imprensa popular alternativa busca sempre perspectivas mais globais sobre o social e o político, ou seja, opta pela análise dos fatos como forma de explicitar a desigualdade entre as classes existente na sociedade. Esta prioridade à análise, em detrimento do factual, faz com que “o texto dos alternativos tenda a ser muito acadêmico para o leitor médio. [...] O fato político é substituído pelo conceito político. Os jornais produzem assim, freqüentemente, uma visão teórica das coisas e têm a tendência de se afastar da realidade imediata” (BRAGA, 1991, p. 233).

Fazendo uma digressão, podemos traçar um paralelo entre a distinção de fato

político e conceito político pela oposição, de ordem teórica, das formas de narração da história que oscilam entre a “narrativa” e a “estrutura”. Peter Burke (1992) verifica esta oposição na historiografia: de um lado, historiadores da narrativa tradicional optam por explicar a história em termos de caráter e intenção individuais dos personagens, no que incorrem na superficialidade, enquanto os historiadores estruturais priorizam as relações políticas e econômicas por trás dos fatos históricos, incorrendo por sua vez em reducionismo e determinismo. O autor propõe que uma das saídas possíveis para este impasse seja a síntese entre as duas formas de contar.

A opção pela estrutura na historiografia, própria do marxismo, pode ser verificada também no jornalismo popular alternativo, como afirma Braga (1991). Faz-se isso, possivelmente, em função da criticada superficialidade da imprensa comercial e pela necessidade de expor as contradições de classe na sociedade, explicando o que está por trás dos fatos. No fundo, trata-se de um aspecto desta herança do jornalismo de tradição marxista, que encontra na atividade uma ferramenta para esclarecer e elevar o nível de consciência das massas populares.

Um desdobramento desta prioridade ao “conceito político” reside na apropriação de aspectos da vida cotidiana somente em termos de politização, ou seja, o cotidiano só é abordado quando serve para explicar os mecanismos de dominação capitalista.

Trotsky (1979) alertava para a importância de um jornal publicar os chamados “faits divers”, que na sua visão sensibilizam largas camadas da população. Um jornal não tem o direito de não se interessar pelo que interessa às massas, afirmava Trotsky, propondo que a tarefa do jornal dos revolucionários é dar a sua interpretação dos fatos, de modo a educar e elevar o nível intelectual de seus leitores. A publicação de notícias sobre crimes, dramas familiares, poderia ser útil para a crítica da sociedade burguesa, caso fossem esclarecidas de forma adequada para o bom esclarecimento das massas.

A imprensa burguesa de sensação tira enorme partido dos crimes e dos envenenamentos, jogando com a curiosidade doentia e com os mais vis dos instintos do homem. Mas de modo nenhum se segue que tenhamos muito simplesmente de nos afastar da curiosidade e dos instintos do homem em geral. Isso seria da mais pura hipocrisia. Somos o partido das massas. Somos um Estado revolucionário e não uma confraria espiritual ou um convento. Os nossos jornais devem satisfazer não só a curiosidade mais nobre mas também a curiosidade

natural; precisa-se apenas que elevem e melhorem o nível dessa curiosidade, apresentando e esclarecendo os fatos de forma adequada (TROTSKY, 1979, p. 4).

De acordo com uma percepção comum, Trotsky estaria se opondo a Lenin ao defender a publicação de notícias do cotidiano, contrapondo-se à publicação das revelações políticas defendida por Lenin. Para Taufic (1977), porém, não haveria tal oposição, uma vez que Lenin percebeu que o jornalismo é uma forma peculiar e singular da superestrutura, uma vez que está ligado a todas as esferas da superestrutura. Desta forma, caberia a um jornal diário abordar todo o tipo de assuntos que fossem do interesse cotidiano. Para ele, Lenin foi brilhante ao perceber que toda a informação é organizadora. Portanto, somente a publicação de um mosaico com todos os principais fatos, acontecimentos e fenômenos da atualidade seria capaz de lograr a desejada orientação da sociedade, convertida em ação social.

A imprensa dos países socialistas em todo o mundo, porém, teria feito uma aplicação mecânica dos postulados de Lenin sobre o jornal político para a conscientização das massas. Estes jornais se constituiriam em monótonos depositários das doutrinas do partido, desprovidos da criatividade necessária para conquistar a direção política da sociedade. Optando por textos longos e títulos repetidos ano após ano, em vez de apresentar e interpretar os fatos, os diários não alcançariam o objetivo de mobilizar as massas a sustentarem a revolução e combater os inimigos do povo.

Parece-nos que esta concepção resulta de uma leitura instrumental da clássica tese de Marx de que as idéias da classe dominante são as idéias dominantes de uma época; e mesmo do conceito de hegemonia de Gramsci, que atualizou e complexificou a reflexão de Marx. Neste sentido, a percepção é de que as classes sociais, os partidos e o Estado tentam controlar o jornalismo para “para configurar – con su auxilio – el mundo según sus intereses” (TAUFIC, 1977, p. 76). De acordo com esta tradição, é por este motivo que as organizações de esquerda devem se lançar à tarefa de fazer jornalismo. A diferença da imprensa burguesa para a imprensa socialista, de esquerda ou popular estaria apenas no objetivo final a ser alcançado – a dominação dos povos ou a revolução proletária.

Mientras el diario capitalista tiene por objeto – en último término – mantener y perfeccionar la explotación asalariada de los trabajadores,

el diario socialista está concebido como un instrumento de *educación* y *cohesión* de las clases avanzadas, como un órgano de *movilización* de las mismas hacia el derrocamiento de toda explotación y toda opresión entre los hombres. Naturalmente, los temas preferidos en uno u otro caso tienen que ser fundamentalmente contradictorios. (TAUFIC, 1977, p. 77)

3.5 O reducionismo da vida cotidiana e do mundo popular

Uma crítica importante a esta tradição – ou às leituras reducionistas dela – é realizada pelo trabalho de Guillermo Sunkel (1985), que analisou os principais *diários populares de massa* que circulavam no Chile no período anterior ao golpe militar de 1973. Na obra “Razón y Pasión en la Prensa Popular”, o autor faz uma crítica da cultura política da esquerda marxista. Seu ponto de partida são as representações do popular empreendidas pelos jornais da esquerda chilena. Sunkel conclui que os jornais analisados trabalhavam com uma visão reducionista e estática do povo, associando-o sempre à idéia de revolução e conflito de classes, em detrimento aos aspectos cotidianos da vida dos trabalhadores fora do espaço da fábrica.

A diversidade dos atores populares e a heterogeneidade das suas formas de vida eram reduzidas, pelos discursos do jornal, à categoria dos operários, estes reconhecidos como *os* agentes fundamentais da transformação social, que só apareciam naqueles espaços considerados como politizáveis. Além disso, a não incorporação, pelo marxismo, de elementos básicos da cultura popular, fez com que sua capacidade hegemônica não fosse expansiva.

Esta reducción del mundo popular a aquello que el discurso marxista constituía como “lo político”, implicaba, entonces, un alejamiento del modo de representación que los sectores populares tenían de sí mismos. Alejamiento que implicaba “el olvido” del contenido cultural de las demandas de los sectores populares, “dejar de lado” los aspectos de la vida cotidiana y a esto agregamos, “poner al margen” la realidad subjetiva de los sujetos y “sustituir” el lenguaje popular por el lenguaje sobre lo popular. (SUNKEL, 1985, p. 34-35)

Semelhante crítica é feita por Armand Mattelart (1981), tendo como pano de fundo também o processo chileno. O autor relembra o episódio de uma manifestação de mulheres da burguesia do Chile, contra o presidente Salvador Allende, e como a

imprensa de esquerda tratou o acontecimento como uma marcha de “múmias”, ignorando que a direita estava interpelando setores sociais os quais a esquerda esquecia.

Y, además, es un proceso en la cual la burguesía captó los vacíos dejados por las fuerzas de cambio en inmensos campos de la problemática social: el problema de las mujeres, el problema de la universidad, el problema de la cultura, el problema de la vida cotidiana. (MATTELART, 1981, p. 83)

Sunkel pontua a existência de uma divergência entre um modo de representação do popular de caráter mais político e um tipo de representação que apela para elementos da subjetividade popular. A hipótese do autor é de que os *diários populares de massas* têm duas linhas de desenvolvimento: uma matriz racional-iluminista, marcada por uma ideologia política de corte iluminista, cuja linguagem característica é a da generalização e que se introduz na cultura popular como um elemento externo, procurando transformar a matriz pré-existente, que é a matriz simbólico-dramática, na qual predomina a concepção religiosa do mundo, os termos dicotômicos como “bem e mal”, “paraíso e inferno” e os elementos do chamado “sensacionalismo”. Os diários de esquerda, diz Sunkel, constituídos no interior da matriz racional-iluminista, tendem a produzir um discurso reducionista sobre o popular, dada a sua incapacidade de incorporar nos seus discursos aspectos da realidade de grande significação popular. Quando se utiliza desses aspectos relacionados à matriz simbólico-dramática, ou seja, quando fala sobre o que interessa às massas, nas palavras de Trotsky, os diários praticam o que Sunkel chama de “sensacionalismo marxista”: um discurso doutrinário que se utiliza dos elementos de apelo popular em função da doutrina política.

Neste sentido, apareciam nos diários duas figuras discursivas específicas: o *popular autêntico* e o *popular passivo*, um em oposição ao outro. Enquanto popular passivo era apresentado como uma soma de valores pequeno burgueses introjetados na cultura popular, o popular autêntico aparecia como uma atitude de enfrentamento ao sistema.

Ao buscar determinar o tipo de identidade – não apenas políticas, mas sobretudo identidades sociais – que os *diários populares de massas* constroem para o popular no nível do discurso, ele propõe uma análise dos *modos de representação do popular* a partir do material informativo dos jornais que se relaciona com o povo. Para tanto,

utiliza-se de três categorias na análise dos textos: a) os *atores* interpelados, ou seja, o tipo de ator popular que encarna o conceito de povo; b) os *conflitos* através dos quais estes atores são interpelados, seja na relação capital/trabalho ou com outros tipos de conflito; e c) os *espaços* em que esses conflitos são apresentados, isto é, os contextos em que aparecem os atores.

Dessa forma, Sunkel pretende identificar quais são os atores populares privilegiados nos discursos dos jornais, isto é, que tipo de ator popular encarna o conceito de povo que organiza o discurso de cada um dos diários. Em seguida, enfoca os contextos de significação, ou seja, os espaços representados nos discursos e os contextos nos quais aparecem o ator popular. Por fim, tenta analisar o modo de definição dos atores populares nos diários: os conflitos nos quais aparecem envolvidos os atores populares.

Em direção semelhante, Sardá (1998) propõe a identificação dos cenários, os protagonistas e os arquétipos interpelados pelo discurso do jornal. Em outras palavras, interessa à autora compreender *quem* o jornal enfoca, *a quem*, *fazendo o quê* e *em que circunstâncias*. A partir destas categorias, o pesquisador não terá apenas um quadro dos atores sociais considerados relevantes pelo discurso do jornal, mas também poderá seguir pistas daqueles atores excluídos pelo discurso. A autora chama atenção para “la enorme carga significativa de lo considerado secundario, no significativo o insignificante, y hasta de lo excluído, para poder captar las dimensiones de realce que se pretende dar a lo incluído y valorado positivamente” (SARDÁ, 1998, p. 81).

Também preocupado em identificar que atores eram privilegiados pelos jornais da esquerda chilena, Sunkel identifica, nos textos, um *popular representado*, um *popular não representado* e um *popular reprimido* pelos discursos do jornal. O popular representado pelos jornais seria aquele considerado politizável: fundamentalmente, o operário e o camponês, nos espaços políticos de conflito contra o inimigo de classe. Já o *popular não representado* seria constituído por atores, espaços e conflitos não interpelados pelos partidos políticos de esquerda da época, como a mulher, o jovem, os sem-teto, os aposentados, inválidos e indigentes, cada um com suas reivindicações específicas e não exclusivamente econômicas. O popular não representado também incluiria o espaço das tradições culturais, das práticas simbólicas e dos sistemas de

representação da realidade pelos setores populares. Por fim, a categoria do *popular reprimido* seria formada pelos setores “condenados” a subsistir nas margens do social, como as prostitutas, os homossexuais, os delinquentes, alcoólatras e viciados em drogas. O espaço desse setor – as boates, os prostíbulo – não são “politizáveis” na visão do marxismo tradicional, e seus conflitos são contra a lei, as autoridades e os costumes.

Neste ponto, Sunkel utiliza o conceito de “coro” para caracterizar aqueles atores populares não representados pelo discurso da esquerda marxista nos *diários populares de massas*. Sua crítica reside na percepção de que o discurso marxista não foi capaz de interpelar novos atores, como os movimentos feministas, religiosos, indigenistas, de sem-teto, considerando conflitos que se dão não somente no âmbito da produção, mas também no campo da distribuição, do consumo e das práticas institucionais. Este discurso também não levaria em conta aspectos da vida cotidiana do trabalhador, como sua sexualidade, suas fantasias, seu tempo dedicado ao ócio, bem como os aspectos da vida cotidiana da burguesia.

A proposta de Sunkel é no sentido da articulação entre os populares, não localizados apenas nas suas reivindicações econômicas, mas também nas suas reivindicações políticas e culturais. É aí que reside sua proposta de “rebelión del coro”, reunindo o popular não representado e o popular reprimido, que pretende fazer visíveis e legitimar aqueles atores, espaços e conflitos esquecidos pelo discurso da esquerda.

(...) el concepto de coro tiende a revelar aquellos actores, espacios y conflictos que no tienen representación y, particularmente, representación política. (...) el coro se constituye como aquello que los discursos (políticos) tradicionales sobre lo popular (particularmente el marxismo) no consideraron como ‘politizable’ y que, por tanto, se engendraba al margen de la escena pública. (SUNKEL, 1985, p.40)

Como antídoto a esta limitação que parece intrínseca aos meios de comunicação populares e alternativos, Sunkel propõe que uma imprensa popular de caráter progressista deve assumir a articulação das matrizes culturais na cultura popular, quebrando esta oposição entre o massivo e o popular a partir da constatação de que o massivo constitui-se num outro modo de existência histórica do popular e também se constitui como espaço de luta política, “puesto que es este un terreno principal donde se constituyen las identidades de lo popular” (SUNKEL, 1985, p. 197).

Por fim, Mattelart dirá que este desafio não é apenas um desafio dos meios de comunicação de esquerda, se não da própria organização política. A incapacidade de assimilar valores e interpelar atores que não aqueles tradicionalmente conhecidos como os agentes da transformação explicariam a incapacidade de expansão hegemônica dos jornais de esquerda e, conseqüentemente, da própria esquerda:

no hay una teoría crítica de la comunicación sin una teoría de las clases sociales, sin una teoría del Estado, sin una teoría de las ideologías. Pero más aún: he llegado a la conclusión de que no habrá teoría crítica y práctica crítica de la comunicación, si no empezamos a ligar el problema de la comunicación con el problema de la teoría del partido, con la teoría de la organización de masas. (MATTELART, 1981, p. 84)

4. Os tempos de crise

Nossa palavra de ordem é preparar-se (Ricardo Gebrim, 2005).

A atenção ao contexto que circunda o jornal, mais do que uma tarefa formal da pesquisa, é um caminho fértil pelo qual podemos extrair significados do objeto de pesquisa com maior riqueza de detalhes. No caso de um jornal popular alternativo, o contexto histórico social tem importância ainda maior, na medida em que diz sobre a capacidade de organização e mobilização das organizações sociais, assim como confere determinadas características aos veículos, em suas estruturas e discursos.

Vimos no capítulo anterior que na análise de um jornal popular alternativo é imprescindível levarmos em consideração a situação histórico-social que circunscreve o veículo de comunicação. Compreender a imprensa popular alternativa em relação ao seu contexto não é mera tarefa formal no desenvolvimento de uma pesquisa deste tipo.

Como nos alerta Braga (1991) em sua reflexão sobre a análise do *Pasquim*, além do estudo dos textos do jornal é preciso compreender o que se passa no entorno a este dispositivo, uma vez que o contexto acaba incidindo sobre suas práticas e discursos em razão de sua própria natureza: um veículo ligado às perspectivas e linhas políticas do movimento social, geralmente colocado em situação de oposição a determinada ordem vigente ou, no caso do *Brasil de Fato*, diante de dilemas e desafios impostos por uma situação de crise. Do mesmo modo, Festa (1986), Berger (1990 e 1995) e Peruzzo (1998) destacam a importância do contexto no qual se inserem os veículos de comunicação popular e alternativa, na medida em que sofrem influência da conjuntura favorável ou não às organizações sociais.

O contexto que circunda o jornal *Brasil de Fato* é de crise. Uma crise particular das organizações de esquerda, que viram desmoronar o bloco socialista e sofreram derrotas atrás de derrotas com o avanço do pensamento neoliberal em todo o mundo. Mas também uma crise mais profunda, imposta por um pensamento único que buscou provar, pelo menos nos últimos 20 anos, que não havia saída fora do mercado. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007), em um pequeno texto, sintetiza bem este sentimento de perplexidade vivido por todos aqueles que lutam, em seu cotidiano, por

transformações na sociedade.

O neoliberalismo, diz o sociólogo, traz consigo a utopia – conservadora – da salvação pelo mercado. Ideário abalado pela crise dos mercados financeiros que estourou em 2008, mas que ainda constitui a matriz de pensamento dominante.

A utopia do neoliberalismo é conservadora, porque o que se deve fazer para resolver todos os problemas é radicalizar o presente. Essa é a teoria que está por trás do neoliberalismo. Ou seja: há fome no mundo, há desnutrição, há desastre ecológico; a razão de tudo isso é que o mercado não conseguiu se expandir totalmente. Quando o fizer, o problema estará resolvido. (SANTOS, 2007, p. 54)

Na imposição do mercado como solução para os problemas do mundo, o neoliberalismo promoveu uma transformação na ideia de hegemonia, ou seja, a liderança política, ideológica e cultural de uma classe sobre as outras. A hegemonia, sustenta o autor, não ocorre mais nos termos gramscianos, segundo os quais a classe dominante impõe, por consenso, um interesse particular como se fosse interesse de toda a sociedade. Hoje, a hegemonia está baseada na ideia da inexistência de alternativas fora da capitulação ao mercado.

Até agora, ela se baseava na ideia do consenso, de que algo é bom para todos e não somente para os que diretamente se beneficiavam dele; é bom inclusive para os que de fato vão sofrer com isso. A hegemonia é uma tentativa de criar consenso baseada na ideia de que o que ela produz é bom para todos. Mas houve uma mudança nessa hegemonia, e hoje o que existe deve ser aceito não porque seja bom, mas porque é inevitável, pois não há nenhuma alternativa. (Id., 2007, p. 55)

A ideia de mudança no processo de dominação hegemônica do neoliberalismo resume com riqueza e exatidão estes tempos que vivemos, em que questionar se as coisas poderiam ser de outra forma aparece como algo fora do tempo ou do lugar. A imposição do capitalismo como o sistema natural e inevitável de organização da sociedade representa uma derrota histórica para as organizações sociais, fragilizadas na sua capacidade de intervir nos rumos históricos e desorientadas desde o fim das experiências socialistas no mundo. Esta crise abala a esquerda e impõe a urgência de novos paradigmas e novos métodos de ação.

É a leitura de que a esquerda está em crise e fragmentada, precisando ser refundada e reorganizada, que orienta a própria criação do *Brasil de Fato* no ano de

2003, fazendo com que o jornal assuma determinadas posturas e determinados discursos.

Esta esquerda, que considera a si própria fragilizada e sem condições de intervir no processo político em curto prazo, se vê diante de uma outra crise: a desencadeada em 2008 em virtude da implosão do mercado imobiliário e financeiro nos Estados Unidos. Considerada como uma crise do sistema capitalista pelo jornal *Brasil de Fato*, o processo se apresenta como uma oportunidade histórica para a esquerda reorganizar-se em torno de uma bandeira comum, a da resistência em não pagar os custos de uma crise provocada pelo capital. Ao mesmo tempo, um processo que demonstra a própria fragilidade de uma esquerda incapaz de participar nesta disputa de narrativas sobre as causas da crise e intervir no processo político em relação às alternativas existentes.

Por fim, há um terceiro tipo de crise, mais difuso, que termina também por interferir no jornal: a crise do próprio jornalismo engendrada pelo desenvolvimento sobretudo da internet, que impôs dificuldades concretas a grande parte dos jornais impressos no mundo e colocou em xeque o modelo tradicional de produção e veiculação de notícias das redações.

São esses tempos de crise que colocam dificuldades e desafios à imprensa popular alternativa, não apenas estruturais, mas quanto ao sentido histórico de sua própria existência, e nos permitem questionar a viabilidade e o lugar deste jornalismo que busca as transformações sociais no atual contexto de crise.

4.1 A crise da esquerda

Durante as apresentações prévias desta dissertação, não foram poucas as vezes em que nos foi solicitado definir o que ser de esquerda nos dias de hoje. Trata-se, para nós, de prova cabal de que a esquerda está mesmo em crise, afinal de contas, muitos duvidam de sua própria existência. Acreditamos, no entanto, que tal questionamento guarda relação direta com o atual contexto de fragmentação e dispersão das ideologias, confusão nas análises e, até mesmo, exemplos concretos do abandono de ideais de transformação por partidos e organizações que um dia se arvoraram de esquerda. Este processo representa justamente alguns dos sintomas da crise da esquerda, mas não significam seu desaparecimento.

Ricci (2009) recorre à distinção proposta por Norberto Bobbio, no clássico “Direita e Esquerda” (1994), para quem o tema da igualdade e da liberdade separa a esquerda da direita. Enquanto a esquerda busca promover a igualdade entre as classes sociais, a direita tende a ser não-igualitária e defensora das liberdades individuais. Mas Ricci atualiza a concepção de Bobbio, buscando identificar marcas, na política contemporânea, que diferenciariam os partidos de direita e de esquerda.

A direita, sugere o autor, teria como características a defesa da centralização da decisão e do poder, da facilitação dos mecanismos de investimento e movimentação do capital como ação prioritária dos governos, da definição das relações sociais pela livre competição de mercado e da proteção social (assistencialismo) no lugar da promoção social. A direita estaria identificada, ainda, com ideias de xenofobia e nacionalismo, principalmente em países da Europa. Pela negação, a esquerda estaria identificada com ideais de controle social dos governos e democracia participativa, descentralização da política, solidariedade e promoção humana, internacionalismo, igualdade e justiça social.

Além disso, é importante destacar que a organização política que dá sustentação ao *Brasil de Fato* opta por distinguir a esquerda social, dinâmica e de luta, identificada normalmente nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, da esquerda partidária, institucionalizada, e que em alguns casos teria até mesmo se afastado da tradição da esquerda no sentido de que se dedicam mais a administrar a máquina do Estado, buscando reformar a sociedade capitalista, do que lutar por sua transformação estrutural.

Nas palavras de um dos principais líderes do Movimento Consulta Popular, grupo que sustenta o *Brasil de Fato*:

Ser de esquerda, desde o surgimento da expressão e até os dias de hoje, significa a posição de forças populares e políticas que querem mudanças estruturais na sociedade capitalista e burguesa. Portanto, ser de esquerda é quem se organiza e sobretudo organiza os trabalhadores e a população em geral para lutarem por mudanças sócio-econômicas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socialista. (STEDILE, 2009)

A linha política seguida pelo *Brasil de Fato* é orientada pela reflexão de diferentes movimentos sociais e organizações políticas reunidos no Movimento Consulta Popular, ou simplesmente a Consulta Popular, que tem como principal líder e ideário o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre seus compromissos organizativos, o movimento Consulta Popular propõe-se a “divulgar e construir os meios de comunicação do projeto popular, com destaque para a sustentação material e política do jornal *Brasil de Fato*” (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 80).

A Consulta Popular nasce em 1997, a partir de um encontro em Itaiçi (SP), reunindo militantes e dirigentes de diferentes movimentos sociais, com maior predominância do MST, mas também com a participação de pessoas ligadas aos movimentos rurais da Via Campesina, intelectuais de esquerda, sindicalistas e integrantes dos movimentos de base da Igreja Católica. Como relata Gebrim (2005), a reunião em Itaiçi ocorreu após a realização de uma série de marchas do MST por reforma agrária em 1997, das quais participaram diferentes organizações sociais. A conclusão, à época, era de que a esquerda precisava se reorganizar, a partir de uma crítica ao imobilismo da chamada “esquerda institucional”, representada pelos partidos políticos de esquerda.

O processo de construção das marchas resultou na realização de uma primeira Conferência em Itaiçi, com objetivo de sistematizar as idéias e propostas surgidas durante as marchas no sentido de questionar o rumo de uma esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à revolução brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil. (GEBRIM, 2005)

O descontentamento com os rumos tomados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a identificação de um processo de refluxo nas mobilizações populares e do fim de um ciclo da esquerda brasileira, todo ele centrado na luta eleitoral em torno da figura de Lula, são princípios que movem a criação da organização.

A Consulta Popular é a expressão orgânica da idéia da necessidade de se resgatar um Projeto Popular para o Brasil e uma proposição de que a esquerda precisa ser refundada, partindo da avaliação de que o “ciclo PT” chegara ao fim, compreendendo que não se tratava de um evento, uma sigla ou forma de luta, mas da construção de um processo necessário – a refundação da esquerda brasileira. (CONSULTA POPULAR, 2005)

Movimento de movimentos, a Consulta Popular tem grande influência do MST. Segundo Gebrim (2005), esta influência decorre do fato de o MST ter sido um dos poucos “sobreviventes” da ofensiva neoliberal sobre as organizações sociais, mantendo uma coerência ideológica que o tornou referência para a chamada “esquerda social”. É de se ressaltar que, para esta pesquisa, não interessa aprofundar a análise sobre a leitura política do MST e da Consulta Popular. O que nos interessa é compreender qual é a visão de mundo apresentada pela organização política que dá sustentação ao *Brasil de Fato*, e de que modo esta visão incide sobre os procedimentos e discursos do jornal.

Em linhas gerais, a crise da esquerda tem origem no fim das experiências socialistas e na conseqüente hegemonia do neoliberalismo. Este processo teve, como resultados, a precarização das relações trabalhistas, atingindo principalmente as organizações sindicais, e as transformações no modelo de produção agrícola, agora controlado por grandes empresas transnacionais e representado pelo agronegócio. Soma-se a este processo mais amplo um movimento de refluxo das organizações sociais, fruto da derrota para o neoliberalismo mas também resultado de um processo de acomodação e pragmatismo na luta social, muito mais centrada em disputas eleitorais do que no enfrentamento ao inimigo de classe, situação agravada com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Neste sentido, a refundação da esquerda brasileira estaria sustentada em quatro pilares: formação política de militantes, trabalho de base, unidade entre as organizações e lutas e mobilizações sociais. A formação, para identificar os novos inimigos de classe; o trabalho de base como forma de retomar tarefas organizativas esquecidas pela esquerda; a unidade para superar as recorrentes e desgastantes disputas internas e as lutas sociais para garantir conquistas e estimular novos atores a também lutarem.

O objetivo estratégico é a construção de um programa de mudanças estruturais na sociedade brasileira, definido pelas organizações como Projeto Popular para o Brasil. Em resumo, a construção do Projeto Popular para o Brasil, de acordo com a Consulta Popular, passa pela superação dos seguintes problemas estruturais da sociedade: a) a dominação do capital internacional sobre as riquezas e a natureza, b) a concentração da riqueza e da renda, c) a concentração da propriedade da terra, d) o domínio do capital financeiro sobre a economia e a sociedade, e) o desemprego, f) o caráter burguês e não

democrático do Estado, repressor a serviço do capital, g) o caráter elitista e excludente do sistema de educação, h) a concentração dos meios de comunicação de massa, i) a dominação da cultura pelo capital.

4.1.1 Elementos que caracterizam a crise da esquerda

Na leitura da Consulta Popular, a esquerda brasileira vive uma crise com raízes profundas. Trata-se de uma crise de valores, de prática e de pensamento. De valores, “porque em vez de objetivos coletivos, predominam as carreiras individuais; em vez de humildade, estrelismo; em vez de coerência, objetivos de curto prazo; em vez de lealdade, esperteza” (GEBRIM, 2005). Uma crise de prática, porque os militantes se tornaram burocratas e os líderes, em chefes de máquinas eleitorais ou sindicais, distanciados da base social. Por fim, uma crise do pensamento, porque envolvidos em disputas internas e obcecados com eleições, os dirigentes políticos “tornaram-se incapazes de formular um pensamento abrangente, ao mesmo tempo generoso e radical sobre o Brasil” (Id., 2005).

As origens desta crise estão relacionadas ao avanço do neoliberalismo no mundo. A decepção com o Partido dos Trabalhadores seria consequência e fator adicional desse processo. Estaríamos vivendo um momento histórico marcado pelo fim das experiências socialistas, de desmobilização dos movimentos sociais e de reestruturação produtiva do capitalismo. Enquanto esta reestruturação do capitalismo transforma a natureza do inimigo de classe, impondo novos desafios à esquerda, a guinada à direita do PT, que segundo a Consulta Popular passou a adotar práticas semelhantes a dos partidos conservadores, representa um período de desmobilização popular e descrença na política. Trata-se de uma crise que não terá soluções de curto prazo, na medida em que, à ofensiva do capital financeiro internacional, os movimentos sociais não têm contraposto uma alternativa, limitando-se a lutas pontuais de estreito horizonte político.

Há uma crise da classe política (...). E há uma crise ideológica na sociedade brasileira, não naquele sentido de utopias, mas no sentido de que as pessoas estão lutando pela sobrevivência, e isso afeta o povo, na base, os militantes e os dirigentes. Essa crise ideológica talvez seja uma das consequências mais graves do neoliberalismo. (STEDILE, 2006, p. 151)

O neoliberalismo seria a atual etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que emerge após a crise do modelo de industrialização dependente, organizador da economia brasileira desde a década de 1930, período no qual a industrialização superou o modelo agroexportador e a agricultura subordinou-se à indústria, com a presença do Estado e do capital estrangeiro. Este modelo entra em crise a partir da década de 1980: a produção industrial diminui, o desemprego aumenta, empresas quebram e os governos perdem o controle sobre as dívidas interna e externa. A burguesia nacional submete-se então ao capital internacional, numa nova aliança entre as classes dominantes, com a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo.

Esse controle do capital internacional se aprofundou e se ampliou por meio dos bancos internacionais, das empresas transnacionais, dos acordos internacionais, dos organismos controlados pelo capital internacional, como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio, e das Bolsas de Valores e de Mercadorias instaladas nos países centrais. Essa nova aliança se chamou de “neoliberalismo”. (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 21)

4.1.1.1 Ataques aos trabalhadores

Na política, as medidas estratégicas de cunho neoliberal são implementadas principalmente a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, com mais força nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002). Controle da inflação, privatizações e abertura do País aos investimentos estrangeiros marcam este período que resultou em derrotas para a classe trabalhadora e em transformações na natureza do inimigo a ser combatido.

Para a Consulta Popular, o Brasil não dispõe mais de uma burguesia nacional. O antigo pólo dinâmico representado pelos industriários nacionais estaria agora associado e subordinado ao capital financeiro, nacional e internacional. Este processo teria levado ao desemprego em massa e à precarização das relações de trabalho, uma vez que a acumulação de capital no mundo contemporâneo necessita cada vez menos das pessoas.

A partir desta reflexão sobre as transformações no capitalismo e as reconfigurações nas formas de exploração, a Consulta Popular vai concluir que também ocorreram mudanças no mundo do trabalho, buscando portanto identificar quem são os novos sujeitos da transformação necessários para que a organização política supere a

crise da esquerda. A precarização das relações de trabalho, as privatizações e o desemprego extraíram do operário fabril, pólo dinâmico da esquerda brasileira na décadas de 1970 e 1980, sua capacidade de organização política, uma vez que atualmente esta categoria se encontra inclusive reduzida numericamente.

No atual modelo neoliberal, que reduz o peso da mão-de-obra fabril, as classes dominantes usam a migração para criar os bolsões marginalizados da periferia, onde passam a adotar os mecanismos de repressão policial e social para controle dessa massa desvinculada do processo produtivo. (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 25)

A análise da Consulta Popular e de suas principais lideranças coincide, por óbvio, com a opinião do *Brasil de Fato* expressa em seus editoriais e reportagens. Sobre o tema das mudanças no mundo do trabalho provocadas pelas políticas neoliberais no Brasil, o jornal afirma, na matéria de capa da edição 217 (26 de abril a 2 de maio de 2007), que a flexibilização dos direitos trabalhistas não gerou novos empregos nem estimulou a economia, como defendiam os neoliberais. Pelo contrário, atingiu as organizações sindicais que, com os ataques, teriam se voltado à burocracia e disputas internas, cuja superação somente seria possível com reorganização dos trabalhadores na base.

O modelo neoliberal, que vem sendo implantado no Brasil desde a década de 1990, impôs uma nova configuração do mundo do trabalho. Para os sindicalistas, criou dificuldades para a organização da base ao flexibilizar direitos, precarizar relações trabalhistas e aumentar a instabilidade no emprego. (BRASIL DE FATO, 2007c)

4.1.1.2 Mudanças no campo

A nova composição da classe dominante no Brasil trouxe também transformações no campo. Os problemas extrapolam as questões de acesso à terra, uma vez que o tradicional latifundiário deu lugar às corporações multinacionais do agronegócio, que investem agora não apenas sobre a posse da terra, mas sobre a biodiversidade e os recursos naturais. O agronegócio, resultado da aliança do latifúndio com o capital internacional, marginaliza os camponeses e expulsa os trabalhadores rurais do campo.

De um tempo pra cá, a dominação do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a agricultura brasileira impôs um novo modelo de organização da produção no campo, que

concentra terra e se apropria dos recursos naturais. Transforma tudo em mercadoria, aumenta a exploração do trabalho, mecaniza e expulsa a mão-de-obra e abusa do uso de agrotóxicos, que destroem a natureza e envenenam os alimentos. (BRASIL DE FATO, 2009c)

Na atual fase de desenvolvimento, o capitalismo se reconfigura e avança sobre as reservas naturais e a matriz energética, controla a biomassa, as regiões estratégicas, a água doce, além de buscar a privatização de serviços públicos básicos, atacando direitos fundamentais do cidadão.

As transformações ocorridas no meio rural também resultam em prejuízo aos trabalhadores do campo, uma vez que a produção em larga escala e altamente mecanizada não só exige menos mão-de-obra, como agride o meio-ambiente e avança sobre o território, expulsando do campo os camponeses proprietários de terra.

Nesse novo modelo agrícola do agronegócio, resultado da aliança com as transnacionais, há um processo de marginalização crescente dos camponeses, que perdem sua função, nem mesmo como fornecedor de mão-de-obra para o exército industrial de reserva. E o modelo vai, paulatinamente, substituindo a produção de subsistência e para o mercado interno para as importações ou produção em larga escala. (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 22)

4.1.1.3 Refluxo dos movimentos sociais

A ofensiva do neoliberalismo sobre as organizações de trabalhadores é um dos motivos que geram apatia nos sindicatos e movimentos sociais. Sem conquistas econômicas concretas, a classe trabalhadora sente-se derrotada, sem perspectivas.

Então se chega à conclusão de que os movimentos sociais estão desanimados porque estão satisfeitos, quando de fato eles estão desanimados justamente porque não têm conquistas, porque há uma crise da economia. Além do fato de que o operariado industrial sofreu uma grave derrota histórica durante o neoliberalismo, com o desemprego e os avanços da produtividade do trabalho e pela revolução tecnológica. (STEDILE, 2006, p. 150)

No entanto, além de fragilizadas pelos ataques do modelo neoliberal, as organizações sociais, sobretudo as sindicais, segundo a leitura da Consulta Popular e do *Brasil de Fato*, sofrem um processo de corrosão: burocratização, prioridade às disputas internas, afastamento da base social e despolitização da luta sindical. É o que afirma o

editorial do jornal sobre as manifestações do Dia Internacional do Trabalho em 2007, transformadas em grandes eventos de marketing na avaliação do veículo.

Infelizmente, a organizações da classe trabalhadora e seus dirigentes (apesar das exceções) não estão à altura dos atuais desafios da luta contra o capital e o Estado_burguês. Deixando de lado as organizações e dirigentes cooptados pelo sistema – em troca de cargos políticos e salários astronômicos para a realidade brasileira –, prevalece nas fileiras da classe trabalhadora muito mais a disputa_interna do que o enfrentamento com o capital. (BRASIL DE FATO, 2007d)

A derrota histórica para o projeto neoliberal, a fragilização das organizações e a ausência de conquistas concretas redundam nisto que é chamado de refluxo do movimento popular brasileiro. Um refluxo que é também causa e consequência de uma crise ideológica da esquerda que, após tantas derrotas, começa a questionar seus próprios valores e práticas.

Portanto, vivemos no Brasil um período de refluxo do movimento de massa. E, para completar, há uma crise ideológica explícita nas organizações políticas da classe trabalhadora. Tudo isso faz com que os trabalhadores brasileiros não tenham conseguido produzir uma unidade de classe em torno de um projeto popular. (BRASIL DE FATO, 2008a)

4.1.1.4 O fim do Ciclo PT

Além das derrotas provocadas pela ofensiva do neoliberalismo sobre a organização dos trabalhadores, a crise da esquerda identificada pela Consulta Popular também é uma crise de valores, de práticas e de pensamento, e guarda relação direta com a perda de referência no Partido dos Trabalhadores como instrumento político para a transformação social. Ao afirmar o fim do Ciclo PT, a Consulta Popular está se baseando na idéia de que a esquerda possui ciclos históricos. São três os elementos que configuram um ciclo de vida da esquerda: a) a predominância de uma certa interpretação da sociedade; b) a união em torno de uma forma de luta estratégica; c) a presença de uma organização política que seja referência para a esquerda.

O fracasso eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, momento de intensas mobilizações sociais no País, marca este período histórico de refluxo da esquerda brasileira: dali em diante, as políticas neoliberais avançaram, as lutas populares arrefeceram e o PT empreendeu uma guinada à direita.

Na nossa leitura, a eleição de 1989 é enigmática porque só agora compreendemos que ali decidimos um momento da nossa história e a nossa derrota política produziu um descenso do movimento de massas que tem reflexos até hoje. (STEDILE, 2006, p. 152)

A Consulta Popular entende que o ano de 1989 representa o começo do fim do Ciclo PT, na medida em que a esquerda brasileira, organizada em torno do partido, passou a adotar valores e práticas dos partidos conservadores tradicionais. Oportunismo, afastamento das lutas sociais, corrupção e pragmatismo são algumas características que foram se tornando, ao longo do tempo, majoritárias dentro do PT. Esta guinada conservadora do partido, aliada à derrota da classe trabalhadora diante da ofensiva do capital, são elementos centrais para a desmobilização das lutas sociais. Desse modo, o líder popular Lula chegou à Presidência da República sem a sustentação política dos movimentos populares.

Com a chegada de Lula ao governo federal, inclinações que estavam presentes há vários anos e que, para muitos, já eram determinantes na trajetória do PT – inclinações ao oportunismo, à burocratização, ao pragmatismo, à corrupção – tornaram-se irreversíveis. A elas, soma-se a adesão doutrinária a um neoliberalismo radical. Pela palavra de suas principais lideranças e pela sua prática, o PT já não esconde sua condição de partido tradicional, integrado política e moralmente à ordem em vigor. Ele continuará a existir no espectro da política institucional, cada vez mais divorciada do país real, mas não mais poderá ser o eixo de gravitação de uma esquerda digna deste nome. (GEBRIM, 2005)

Numa relação ambígua, a Consulta Popular mantinha expectativas em relação ao Governo Lula, como fica evidenciado nas motivações para a criação do próprio jornal *Brasil de Fato*. Durante bom tempo vigorou a tese de que o governo estava em disputa e que era preciso pressioná-lo para as transformações de interesse dos movimentos sociais. No entanto, as decepções tornaram-se cada vez mais freqüentes, ao ponto de se afirmar que o Governo Lula foi desastroso para a própria esquerda.

O governo Lula não correspondeu ao sentido histórico do voto que recebeu. A maior frustração é que o líder popular Lula em nenhum momento sinalizou para as massas que era necessário e possível construir uma força social para mudanças; ao contrário, desqualificou e enfraqueceu os setores que foram à luta, fortalecendo lideranças e setores reacionários da sociedade. Sua ação e seus discursos deseducam o povo ao estimular confusão sobre os verdadeiros inimigos e fazem a apologia da desmobilização. A consequência cruel dessa política é o rebaixamento do horizonte da luta popular.

Em editorial de março de 2007, ainda no começo do segundo mandato do Governo Lula, o *Brasil de Fato* mantém suas críticas ao presidente, apesar de seus resultados positivos nas pesquisas de opinião pública. O jornal aponta uma reforma ministerial direcionada pelo fisiologismo, critica a prioridade dada a grandes empresas nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), denuncia a transposição do rio São Francisco como um projeto que beneficiaria apenas o agronegócio, além de condenar a presença de tropas militares no Haiti e acordos com os Estados Unidos na área de energia.

Desse modo, o jornal reconhece a liderança de Lula, mas sustenta uma postura crítica em relação ao seu governo:

Lula segue sendo uma importante liderança popular, mas seu governo está cada vez mais vinculado à agenda política do neoliberalismo. O discurso adotado pelo presidente no segundo turno foi rapidamente abandonado e as pressões do imperialismo serão cada vez mais intensas. Os objetivos das classes dominantes estão ainda mais nítidos: transformar o Estado numa polícia a serviço das grandes corporações, impossibilitando qualquer alternativa soberana à nossa nação. (BRASIL DE FATO, 2007b).

Stedile (2009) segue o mesmo caminho ao afirmar que a popularidade de Lula não significa que seu governo tenha promovido mudanças estruturais na sociedade brasileira, como gostaria a esquerda que o ajudou a se eleger.

O presidente Lula é muito popular. Assim como na história do Brasil muitos outros foram muito populares. Isso está relacionado com carisma, correlação de forças e algumas medidas paliativas. Mas o governo Lula não representa um programa de mudanças estruturais, nem tem correlação de forças para fazê-lo, dadas as alianças e a forma como ganhou as eleições. (STEDILE, 2009)

A afirmação do fim do Ciclo PT e as críticas a Lula à frente do governo federal têm como pano de fundo a conclusão de que a luta eleitoral já não é mais prioritária para as organizações que desejam promover transformações estruturais na sociedade. Despolitizadas e orientadas basicamente por estratégias de marketing, as eleições não desempenhariam o papel de organizar a esquerda. Além disso, seria ilusão acreditar na possibilidade de administrar um Estado a serviço do capital nacional e estrangeiro e orientado para a repressão aos movimentos sociais.

Infelizmente, muitos ainda se iludem com estratégias eleitorais. É fato que participar de eleições e eleger companheiros progressistas de esquerda é necessário; porém, esse caminho não pode ser o centro da tática em períodos tão complexos. Por isso, a reflexão da maioria dos movimentos sociais tem sido no sentido de que é necessário colocar nossas energias prioritárias, agora em 2008, para estimular todas as formas de lutas sociais que consigam avançar e conquistar melhorias na vida do povo. (BRASIL DE FATO, 2008a)

4.1.1.5 Saídas: formação, trabalho de base unidade e luta

A saída para a crise da esquerda passa por sua refundação, segundo a leitura política que orienta o *Brasil de Fato*. E esta refundação significa justamente um retorno às origens: retomar a formação política e o trabalho de base, tarefas organizativas esquecidas pela esquerda, buscar a unidade das fragmentadas organizações sociais e realizar e estimular toda a sorte de lutas sociais. O sentimento é de que a retomada das mobilizações sociais não ocorrerá no curto prazo, sendo o momento de preparar-se e reunir forças.

Estamos ainda em tempo de plantar. Precisamos colocar nossas energias para retomar o trabalho de base, que eleve o nível de consciência das massas. Formar mais e melhores militantes. Estimular todo tipo de luta social, como única forma capaz de obter conquistas de melhoria de vida, e fazer a disputa na sociedade. (BRASIL DE FATO, 2006b)

Os editoriais do *Brasil de Fato* são espaços de reafirmação desta proposta política centrada na formação, na unidade e na luta. O texto publicado na edição 218, logo após as mobilizações sociais do Dia Internacional do Trabalho, de 3 a 9 de maio de 2007, faz um chamamento às organizações de trabalhadores após constatar um processo de despolitização das manifestações do 1º de Maio, com muita festa e pouca luta.

Essa despolitização e dispersão num dia tradicionalmente de luta, no entanto, é consequência de duas décadas de descenso da mobilização social, da falta de elaboração de projetos populares e estratégicos para o País. Por isso, é urgente retomar o trabalho de organização de base, de formação política e promover mobilizações populares por todas as ruas e latifúndios deste país. (BRASIL DE FATO, 2007d)

No mesmo texto, o jornal exalta o sucesso das forças políticas de esquerda que conseguiram, mesmo com as dificuldades, articular uma agenda de reivindicações comuns nas mobilizações do Dia do Trabalhador. E reforça a necessidade de unidade entre as organizações e o desenvolvimento de lutas sociais.

Cada vez mais, é decisivo que as forças populares construam sua unidade de forma autônoma. E somente se consolida esse processo em torno de lutas populares e ações planejadas conjuntamente. Trata-se de construir uma agenda de interesses comuns do povo brasileiro que acabe com a fragmentação das forças sociais que vem ocorrendo desde a primeira posse de Lula em 2003. (BRASIL DE FATO, 2007e)

Dentro do objetivo de refundar a esquerda e retomar um ciclo dos movimentos sociais, as organizações articuladas em torno do *Brasil de Fato* afirmam a necessidade de estudar e identificar os novos inimigos de classe, forjados na reconfiguração produtiva do capitalismo, bem como os novos atores da transformação social nascidos neste mesmo processo de esfacelamento da referência no operário fabril como sujeitos da revolução.

Neste sentido, a Consulta afirma a necessidade de conhecer melhor a realidade em mudança no mundo do trabalho, a fim de compreender a nova configuração do capital e definir os sujeitos sociais estratégicos para a transformação, contribuindo para sua organização política.

O desafio central é construir a unidade de classe entre os trabalhadores formais, em processo de redução, com os trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário. Esse desafio passa pela auto-organização dos desempregados e por iniciativas que possibilitem ações comuns entre os trabalhadores. (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 44)

Como veremos no próximo capítulo, o *Brasil de Fato* parece sintetizar o esforço da Consulta Popular em mapear os novos agentes da transformação, indicar os novos inimigos de classe e assim servir de subsídio para a esquerda identificar e superar sua crise.

Para além das questões relacionadas às transformações no mundo do trabalho, que levam a Consulta Popular refletir sobre os novos sujeitos da transformação social a serem interpelados pelos movimentos sociais, percebe-se também uma reflexão sobre uma possível identidade do povo brasileiro. Identidade esta que, se encontrada, levaria o povo brasileiro a se perceber enquanto classe, em contraposição às classes dominantes, na medida em que idéias de etnia e religião, por exemplo, não serviram como síntese para um povo que se forjou através da cultura.

Debruçados em ampla visão da aventura humana, nos percebemos como um povo que ainda está no começo de sua própria história e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não se pode basear em etnia, religião, vocação imperial, xenofobias ou vontade de isolar-se. Um povo que tem na cultura – uma cultura de síntese – a sua razão de existir. Um povo-nação. (CONSULTA POPULAR, 2007, p. 10)

A Consulta Popular também vai afirmar que o inimigo da classe trabalhadora é a burguesia nacional e internacional, sujeito social do capitalismo, em suas múltiplas formas de exercer a dominação: capital comercial, capital produtivo, capital de serviços e capital financeiro. A expressão internacional desta nova etapa do capitalismo é o imperialismo, apontado como o inimigo principal da humanidade e materializado no governo dos Estados Unidos, nas corporações multinacionais e nas instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, BIRD, etc.). As guerras seriam o instrumento utilizado pelo capitalismo para construir sua rede de dominação política, econômica e militar dos países pobres, consolidando o poder hegemônico estadunidense e garantindo o controle estratégico dos recursos naturais. Interessante observarmos como o inimigo de classe se apresenta não mais como um sujeito, mas como uma estrutura e uma relação:

Definir o imperialismo como o inimigo principal não significa eleger um inimigo que se encontra apenas fora de nossas fronteiras nacionais ou mesmo propor uma aliança com os setores capitalistas brasileiros. O imperialismo não é um ente externo, distante das fronteiras territoriais. É uma estrutura e uma relação. Sua estrutura inclui a imensa rede econômica que se apropria de riquezas por meio das grandes corporações, as agências e institutos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), BIRD, etc.), seus recursos e investimentos em empresas associadas com o capital local e seu controle ideológico dos meios de comunicação de massa. (CONSULTA POPULAR, p. 40)

Esta forma de compreender a natureza do inimigo de classe leva a Consulta Popular à reflexão sobre estratégia política que a diferencia de outras organizações de esquerda. O movimento prega a conquista revolucionária do Estado, entendido como a principal forma de organização política da classe dominante. Para tanto, é necessário construir, de imediato, espaços de poder popular, o que traz uma nova configuração para as lutas sociais, que devem acontecer agora não apenas no espaço do trabalho, mas também no espaço do território.

Neste processo de criticar a própria esquerda e propor sua refundação, o *Brasil*

de Fato se propõe claramente a ser um instrumento para reaglutinar diferentes organizações sociais, dispersas em razão da crise. Além de tal objetivo estar expresso no próprio projeto político do jornal, seus editoriais reafirmam a necessidade de refundação da esquerda.

A sociedade brasileira precisa de um verdadeiro mutirão de debate sobre um projeto de país. Algo que não se constrói apenas com boas propostas de intelectuais ou artigos em jornais. É necessário conseguir aglutinar um amplo leque de forças sociais, populares, que pautem essa tarefa e levem o debate para toda a sociedade. Um processo que faça uma radiografia dos graves problemas econômicos e sociais que nos afetam. Que identifique suas raízes e proponha soluções concretas, para resolver os principais problemas do povo. (BRASIL DE FATO, 2007f).

4.1.1.6 Renovar a utopia

A afirmação de uma crise da esquerda é respaldada também pelo grande número de intelectuais que têm se dedicado a repensar o ideário socialista, no sentido de “renovar as utopias” para o século 21. O próprio Fórum Social Mundial, cuja décima edição ocorria durante a finalização deste texto de dissertação, vem realizando essa reflexão sobre a necessidade de renovar as utopias, transformar antigos paradigmas e repensar as formas de ação das organizações sociais em todo o mundo.

Aliás, o “encontro” da emergência dos movimentos sociais no Fórum Social Mundial com a crise financeira de 2008 mostrou que a história ainda não havia chegado ao fim, pois eram necessárias novas respostas para os problemas que o neoliberalismo não conseguiu responder e que, de outra parte, os paradigmas do socialismo do século XX já não davam conta de compreender. Atílio Borón (2008) sustenta que ao pensamento único do neoliberalismo, que se mostrou fracassado nas respostas às necessidades da população, não deve ser oposto um pensamento único “de esquerda”. É preciso, diz o autor, renovar o pensamento crítico e o projeto socialista, dentro de uma batalha de idéias que questione a inevitabilidade do capitalismo e construa uma sociedade pós-capitalista.

El sentido de la ‘batalla de ideas’ es precisamente ese: demostrar que hay vida después del neoliberalismo, que otro mundo es posible y que la historia todavía no ha dicho su última palabra. Pero para esto es preciso que las fuerzas políticas y sociales de izquierda tengan claridad teórica para ‘leer’ correctamente la coyuntura nacional e internacional y determinar con precisión la correlación de fuerzas en pugna. (BORÓN, 2008, p. 134)

Uma das questões da conjuntura que se coloca justamente como desafio para a esquerda é a configuração de um novo mundo do trabalho e o surgimento de novos atores sociais. Se no capitalismo dos séculos XIX e XX era possível postular a centralidade do proletariado industrial para os projetos de transformação da sociedade, no capitalismo contemporâneo, globalizado e expandido para as periferias do mundo, as massas populares excluídas, como camponeses, indígenas e setores marginais dos centros urbanos ganharam um novo protagonismo na luta social. Caberia à esquerda, na avaliação do autor, compreender a emergência destes novos atores e sua diversidade de demandas frente a um modelo de expansão capitalista que cria novas formas de exclusão social, para além da dicotomia entre patrão e operário fabril.

En la elaboración de este proyecto la izquierda debe demostrar su capacidad para sintetizar la enorme diversidad de reivindicaciones – económicas, sociales, culturales e identitarias – del campo popular en una fórmula integral y totalizante que dé cuenta de la pluralidad de situaciones que caracterizan a las distintas clases y formaciones sociales subalternas. (BORÓN, 2008, p. 89)

Porém, o próprio autor reconhece que estas mudanças na configuração das classes populares mostraram a incapacidade dos instrumentos tradicionais de mediação da esquerda, como os partidos políticos e os sindicatos, que não conseguiram se adaptar a esta nova realidade. Este vazio, sustenta, foi ocupado por novos movimentos sociais, mais propícios à diversidade de reivindicações e formas de organização de comunidades de bairro, mulheres, jovens, ecologistas, pacifistas e outros setores.

Sousa Santos (2007), não por acaso um dos entusiastas do próprio Fórum Social Mundial, também compreende que existem hoje outras formas de exclusão, para além daqueles geradas na relação entre capital e trabalho. Há um sistema de desigualdade típico nas sociedades capitalistas, explica, que reside na relação capital/trabalho, porém existe um sistema de exclusão de natureza diferente, que tem a ver com a não participação de grandes parcelas da população no sistema de mercado.

[...] cada vez mais gente passa do sistema de desigualdade ao sistema de exclusão; de estar dentro de uma maneira subordinada a estar fora, a sair do contrato social, da sociedade civil: são os desocupados que não têm esperança de voltar a ser ocupados; e os jovens em milhares de guetos urbanos das grandes cidades. (SANTOS, 2007, p. 63)

A partir desta análise, Sousa Santos distingue pelo menos seis espaços-tempo estruturais em que diferentes tipo de poder geram novas formas de exclusão. Em outras palavras, são espaços e atores sociais que deveriam ser interpelados pela esquerda neste processo de renovação das utopias e das formas de ação: o espaço-tempo doméstico (relações sociais de sexo), o espaço-tempo da produção (relações de exploração capital/trabalho), o espaço-tempo da comunidade (diferença entre quem pertence à comunidade e quem não pertence), espaço-tempo do mercado (fetichismo da mercadoria), espaço-tempo da cidadania (relação entre cidadãos e Estado) e o espaço-tempo mundial (intercâmbio desigual entre países).

4.2 Crise financeira

À crise da esquerda, que orientou a própria criação do *Brasil de Fato* em 2003, se interpôs uma outra crise, que se apresenta aos movimentos sociais como oportunidade de chegar às desejadas unidade e luta, porém os encontra fragilizados e desorganizados. Trata-se da crise financeira, tomada pelo jornal como uma crise do próprio sistema capitalista, desencadeada em 2006 com a quebra de instituições financeiras dos Estados Unidos, cujo ápice ocorre ao longo do ano de 2008.

O primeiro editorial do *Brasil de Fato* a mencionar a crise financeira foi publicado na edição 258, de 7 a 13 de fevereiro de 2008. O título do texto fala em uma “crise dos EUA”, que em breve deveria atingir os países periféricos. Trata-se de um momento de desestabilização da economia capitalista, como outros que ocorreram ao longo do século XX, que pode ser aproveitado pela classe trabalhadora num sentido revolucionário, a depender da sua capacidade de organização frente à hegemonia capitalista. Para tanto, é preciso ter claro que a saída para a crise é eminentemente política, o que tem a ver com a luta de classes. O próprio jornal parece imbuir-se da missão de analisar a natureza da crise e seus desdobramentos, para que as forças sociais possam ser capazes de disputar rumos.

Para enfrentar esse quadro, é fundamental perceber como essa quebra econômica se expressará em termos políticos, tanto no plano internacional quanto no nível das classes que compõem a nação, e traçar, no interior dessa dinâmica, um caminho que leve à acumulação de forças de modo que tenhamos condições de disputar a nova hegemonia e nos fazermos poder. (BRASIL DE FATO, 2008b)

Na edição 264, de 20 a 26 de março, o jornal volta a reforçar em seu editorial que a saída para a crise financeira passa pela política, isto é, pela capacidade das forças de esquerda intervirem na disputa política pelas alternativas à crise financeira. Neste sentido, o *Brasil de Fato* lamenta que, diante da crise do sistema capitalista, a esquerda também se encontre em crise, sem organizações fortes o suficiente para enfrentar a ofensiva do capital.

Cumpre-nos, isto sim, no quadro político (= da luta de classes) internacional hoje, em que as organizações e movimentos de trabalhadores e do povo, na maioria dos países –especialmente nos centrais – se encontram em refluxo e/ou são pouco expressivos, a partir da Queda do Muro (1989), se desmontou qualquer possibilidade de freio, em termos de Estados, às ambições dos EUA; definirmos uma política e construirmos os instrumentos necessários para a disputa da hegemonia quando se desorganiza a economia capitalista. (BRASIL DE FATO, 2008c).

Em outubro de 2008, o *Brasil de Fato* já se sente em condições de considerar a crise como sendo do próprio modelo capitalista. “Oriunda do mercado imobiliário estadunidense – e que segue para o mercado acionário e para o mercado de crédito –, essa grave crise financeira internacional dá agora sinais concretos de esgotamento desse modelo”. É um momento de afirmação dos paradigmas que orientam a esquerda, uma vez que o próprio editorial ironiza: “O capitalismo deu mais uma vez razão ao velho Marx”. Ao mesmo tempo, há uma certa apreensão com o que virá após a crise:

Tradicionalmente, o capitalismo sai das crises sempre com guerras e/ou cobrando da classe trabalhadora seus empregos e salários, levando mais miséria e desemprego a milhões de pessoas. Porém, esperamos que, agora, os povos, estando mais bem preparados, mais organizados, possam fazer frente para se defender e exigir que o capital assuma sua conta. E que, no mínimo, saiamos dessa crise com o dólar deixando de ser a moeda internacional. (BRASIL DE FATO, 2008d)

A convicção na crise do modelo capitalista neoliberal faz o jornal afirmar até mesmo o fim do ciclo histórico iniciado nos anos de 1990, após a queda do Muro Berlim e a consolidação hegemônica do neoliberalismo pelo mundo.

O abalo da hegemonia do imperialismo e a fratura dos setores dominantes abrem uma brecha fundamental para a superação deste último período histórico, marcado pela ofensiva capitalista e o conseqüente descenso da luta de massas. O quadro histórico iniciado no início dos anos 90 chegou ao fim! (BRASIL DE FATO, 2009a)

O risco, porém, é de que as saídas à crise representem mais ataques aos direitos dos trabalhadores e baixas às organizações sociais. No editorial da edição 318 (2 a 8 de abril de 2009), o jornal alerta para possíveis medidas prejudiciais aos trabalhadores que poderiam ser tomadas por empresas e governos para enfrentar a crise.

Aumentar a exploração da classe trabalhadora, buscando baixar os salários médios, retirar direitos trabalhistas já conquistados, fragilizar as organizações sindicais dos trabalhadores (quando não conseguem cooptá-las!) fazem parte, sempre, da estratégia de privatizar os lucros e socializar os prejuízos. (BRASIL DE FATO, 2009d)

Neste sentido, ao ver na crise financeira uma brecha no sistema capitalista ao mesmo tempo em que reconhece a crise enfrentada pela própria esquerda, o jornal *Brasil de Fato* conclui que as tarefas prioritárias das forças sociais são as mesmas de antes: formação política, trabalho de base, unidade e luta. Só assim a classe trabalhadora tem condições de forçar uma saída à esquerda para a crise econômica.

Se a classe trabalhadora demonstrar unidade, clareza nos seus alvos, capacidade de organização e força de mobilização, estimulando as lutas sociais, poderemos ter uma saída pelo projeto da classe trabalhadora. Se resolver apenas antecipar o cenário eleitoral, seremos derrotados de antemão. (BRASIL DE FATO, 2008e).

Ao analisar o desenvolvimento da crise financeira, o *Brasil de Fato* constata a gravidade da crise e reafirma a necessidade de organização da esquerda.

É preciso engendrar um processo de construção de novas e maiores mobilizações populares. A crise tende a ser prolongada e a se agravar ainda mais. A classe trabalhadora precisará estar mais bem organizada, com maior unidade e com maior capacidade de mobilizar a sociedade, inclusive a parcela que se encontra fora de qualquer organização social e popular, se quiser realmente enfrentar a sanha e a força do capital. (BRASIL DE FATO, 2009e)

Em maio de 2009, o jornal volta a defender a organização, a unidade e as lutas como saída para a esquerda.

A crise sugere saídas que serão adequadas aos setores populares ou aos interesses da burguesia e do imperialismo. Temos de nos preparar, buscar alternativas que possibilitem a construção de um projeto popular para o Brasil. Nosso desafio é construir unidade nas lutas e forjar nesse processo um bloco capaz de lutar pelo poder político, avançando na construção de uma sociedade socialista. (BRASIL DE FATO, 2009f).

Na avaliação de Stedile (2009), o *Brasil de Fato* não se precipitou ao alardear que a crise financeira seria grave e prolongada. O jornal, diz ele, deu espaço para a análise de economistas ligados à esquerda que tinham essa visão. As medidas tomadas pelo governo brasileiro teriam sido pontuais, contribuindo apenas para salvar as empresas privadas, com uso de dinheiro público, e apesar das poucas consequências sociais da crise financeira, ela ainda não teria acabado.

A crise capitalista segue seu curso, é grave, estrutural e portanto será muito prolongada. Seus efeitos no futuro certamente serão muito mais graves do que vimos até agora. Já estamos percebendo suas consequências, como a maior concentração do capital, maior centralização e desnacionalização. Na área dos recursos naturais e do meio ambiente, houve uma corrida do grande capital para se apoderar das riquezas naturais brasileiras, como nunca se viu. E isso também terá consequências futuras imprevisíveis. (STEDILE, 2009)

4.3 Crise do Jornalismo

Por fim, vale mencionar que incide sobre o *Brasil de Fato* um outro tipo de crise, que é a que a afeta o próprio fazer jornalístico. Ainda que não tenhamos a pretensão de aprofundar as características deste fenômeno, que além de recente não constitui o eixo central de nosso trabalho, é importante abordarmos pelo menos dois aspectos que impõem dificuldades e desafios ao jornal.

O primeiro deles tem a ver com os abalos sofridos pela crescente importância e abrangência da internet, que vem provocando profundas transformações no fazer jornalístico e, além disso, gerando crises financeiras em jornais tradicionais, principalmente nos Estados Unidos, que acabam fechando suas portas. No Brasil, o fenômeno do fechamento de jornais ainda não ocorreu e alguns dados apontam até mesmo para o crescimento na circulação dos jornais diários. Porém, para Venício Artur de Lima, em diálogo sobre a crise do jornalismo com Bernardo Kucinski, alguns elementos da crise dos jornais estadunidenses já aparecem na sociedade brasileira, que pode viver o mesmo processo vivido nos Estados Unidos quanto à quebra de determinados veículos de informação.

O jogo está posto. Quando digo isso é porque num futuro impreciso, mas não está distante, quando houver a consolidação da internet, da inclusão digital, tudo indica que passaremos pelo mesmo processo.

Por que acredito nisso? Porque não são só as notícias dos jornais que nascem velhas. Há outras formas de obter informação, dentro das quais as gerações mais novas estão sendo socializadas, estão crescendo com novos hábitos. (KUCINSKI & LIMA, 2009, p. 70)

Os jornais em papel vêm adotando diversas estratégias para não sucumbir à concorrência da internet. Uma delas é aproveitar-se dos recursos proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação, criando novas modalidades de cobertura jornalística e mudando a rotina das redações. Assim, os jornais diários vêm se tornando mais opinativos e analíticos, de forma a organizar o turbilhão de informações que circula pela internet. Esta é uma possibilidade cada vez mais concreta para os jornais, na visão de Kucinski, no diálogo sobre o tema:

A internet quebrou tudo. Então, virou uma transição muito séria. O próprio critério de produto jornalístico, como o que tem novidade, periodicidade e atende o interesse público, foi implodido. Porque a periodicidade acabou. A notícia vem continuamente. Por isso, os jornais não podem mais ser informativos. E cria, também, uma necessidade de você trabalhar *on line* o tempo todo. Como os jornais fazem? Primeiro, eles se tornam mais opinativos e ideológicos já nas manchetes, e, segundo, criam *sites* onde vão exercer a profissão informativa, tentando algum acoplamento financeiro e mercadológico com a forma impressa. (KUCINSKI & LIMA, 2009, p. 83)

Neste sentido, podemos pensar que o *Brasil de Fato*, semanal, pode encontrar seu papel de organizador das idéias de determinada corrente política, ainda mais porque se destina para o público muito específico dos militantes de esquerda. De certa forma, um jornal posicionado politicamente encontra seu papel de organizador do fluxo contínuo de notícias e informações que circulam a todo momento, proporcionando uma leitura mais analítica dos fatos e colaborando com seus leitores no sentido de dar uma interpretação da realidade, desde uma perspectiva de classe.

No entanto, os novos processos de circulação das informações gerados pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação esbarram na arraigada visão instrumental dos meios de comunicação pela esquerda marxista, como vimos no capítulo anterior. As organizações de esquerda, historicamente, mantêm uma relação instrumental com a mídia, no sentido de que ela é uma ferramenta de ampliação da voz das organizações. É de se pensar como esta visão dialoga com as transformações provocadas sobretudo pela internet, que quebra rotinas e periodicidades, transforma todos em produtores de conteúdo e cria um ambiente de circulação de informações que

muda as tradicionais formas de difusão de notícias.

Por fim, há que se reconhecer que a crise das ideologias também cria dificuldades de sustentação ao jornal, na medida em que a fragilidade das organizações de esquerda representa uma redução no número de apoiadores e leitores do jornal. Os tempos de crise, portanto, trazem dificuldades e desafios ao *Brasil de Fato*, assim como à toda a imprensa popular alternativa.

5. O jornal *Brasil de Fato*

Dizem que a Astronomia é muito complicada, que é difícil calcular, com precisão de segundos, há quantos bilhões de anos aconteceu o BigBang que deu origem ao Universo... mas, mesmo sendo complicada Astronomia, é muito simples saber que o Sol nasce de manhã bem cedo e só se põe ao entardecer. Os modernos meios de comunicação, com o avanço da ciência e da tecnologia, são coisas complicadas... mas é simples saber quem controla a informação. Os donos dos jornais, rádios e TVs informam o que lhes convém e, para que tudo fique como está, nos mostram um Brasil de mentira, onde tudo é difícil e complicado... mas é simples entender que, se o povo, os trabalhadores quiserem conhecer a verdade, deverão criar seus próprios meios de informações. Se quiserem conhecer o Brasil onde vivemos, este BRASIL DE FATO, os trabalhadores têm de produzir o seu próprio jornal. (Augusto Boal, mensagem ao lançamento do jornal Brasil de Fato, 25 de janeiro de 2003)

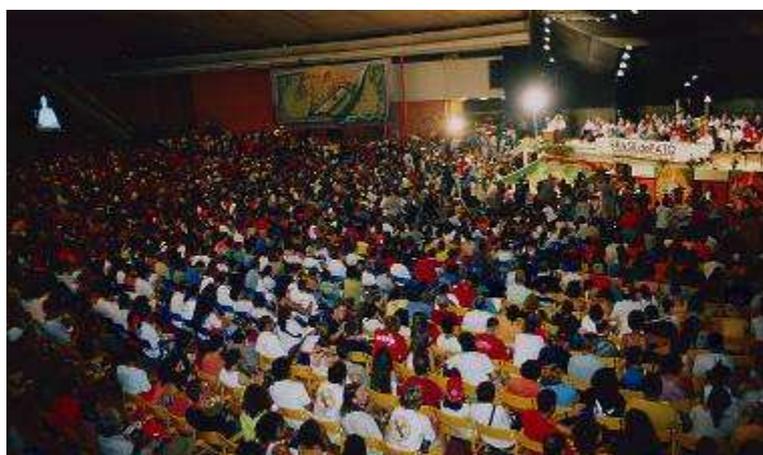
Porto Alegre, noite quente de 25 de janeiro de 2003. A capital do Rio Grande do Sul recebe a terceira edição do Fórum Social Mundial, poucas semanas depois da posse histórica de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Reunidos no abafado Auditório Araújo Viana, palco de grandes assembleias de trabalhadores e espetáculos artísticos, cerca de 4,5 mil militantes sociais cantam o grito de guerra improvisado: “*Brasil de Fato!* O povo organizado!”. De lado de fora, 2,5 mil pessoas não conseguem entrar. Na mesa montada no palco, nomes expressivos da esquerda latino-americana: Hebe de Bonafini, Aleida Guevara, Eduardo Galeano, Plínio de Arruda Sampaio e Sebastião Salgado, entre outros, cantam a Internacional Socialista. Há um clima de esperança no ar, e a memória de um passado de lutas sociais se une à esperança de que os povos terão sua vez. Necessário para estes tempos de otimismo e incerteza, nascia um jornal de esquerda, com vocação nacional.

“Lula precisa ter coragem”, estampava a primeira manchete do *Brasil de Fato*, lançado naquele evento em Porto Alegre, presenciado pelo estudante de jornalismo que ora escreve esta dissertação. A edição número zero trazia uma entrevista com o economista Celso Furtado, autor da frase publicada na capa, e traduzia o clima de entusiasmo da festa, não perdendo de vista a cobrança necessária a Lula, que por mais de duas décadas personificou o desejo por mudanças da esquerda brasileira.

O editorial da edição zero explicava os motivos da criação da nova publicação. Os Estados Unidos reforçavam sua política imperialista, em nome do combate ao terrorismo, o que resultava na eclosão de diversos movimentos de resistência pelo mundo e na eleição, na América Latina, de presidentes não-alinhados à política estadunidense. O momento político no Brasil e no mundo demandava a criação de um jornal com amplitude nacional, capaz de fornecer uma análise dos acontecimentos a

partir da ótica dos trabalhadores, para amplas parcelas da militância social e das pessoas progressistas no Brasil. Que abrisse combate ao imperialismo e defendesse os direitos fundamentais do ser humano. Para essa tarefa nascia o jornal.

Brasil de Fato quer ser tal veículo: plural, abrigará distintas vozes representativas da luta pela construção de um projeto popular e democrático; brasileiro, procurará mostrar um país ocultado e aviltado pela “grande mídia”; crítico, não fará pacto com a mediocridade. Trata-se de um desafio imenso, já várias vezes enfrentado ao longo do século XX, mas ainda assim inadiável, dadas as graves circunstâncias históricas. (BRASIL DE FATO, 2003a)



Imagens 1 e 2: Hebe de Bonafini e visão geral do ato de lançamento do Brasil de Fato

A expectativa com o momento de mudanças no cenário político brasileiro refletia-se também no planejamento do jornal. A nota “Quem Somos”, na edição zero, anunciava que a publicação teria 16 páginas a partir de março de 2003, em edições semanais, com previsão de aumento de páginas ao longo do ano. A mesma indicação aparece em documento divulgado em 2002, no qual os idealizadores do jornal diziam

que, entre as características da publicação, estava a tiragem mínima de cem mil exemplares por semana, com a perspectiva de se tornar um jornal diário “num futuro próximo”.

Desafio “várias vezes enfrentando ao longo do século XX”, a esquerda brasileira voltava a se lançar à difícil missão de manter um jornal. Dada a tiragem inicial e a expectativa de se tornar diário em pouco tempo, percebe-se a disposição do *Brasil de Fato*, desde sua origem, de disputar hegemonia com os veículos da grande imprensa empresarial.

Uma das razões para o otimismo em relação ao crescimento do jornal pode ser encontrada na entrevista realizada para esta dissertação com Nilton Viana, editor-chefe do *Brasil de Fato*. O raciocínio era de que o jornal tinha um público potencial de até 20 milhões de pessoas, representadas pelos tradicionais eleitores do Partido dos Trabalhadores nas eleições nacionais. E que a eleição de Lula representaria um momento de retomada das lutas sociais. “Fizemos uma média em torno de 18 e 20 milhões de pessoas que, no mínimo, eram do campo de esquerda e progressista. E nós queríamos atingir este público” (VIANA, 2008).

O próprio lançamento do jornal foi acelerado para aproveitar a onda de otimismo na esquerda com a chegada de Lula à Presidência, mesmo que os movimentos e as entidades envolvidos em sua construção só houvessem reunido recursos necessários para seis meses de manutenção do jornal. A avaliação dos dirigentes políticos que participaram de sua concepção era de que os movimentos sociais poderiam vivenciar um novo ciclo de crescimento.

O jornal *Brasil de Fato* havia sido articulado para ser um jornal de massas, para as bancas, e disputar a hegemonia na sociedade, fazendo seu papel como meio de comunicação impresso. Nossa avaliação era de que a vitória do Lula poderia desencadear um novo período histórico de reascenso do movimento de massas, e daí a necessidade e urgência de um jornal de esquerda, mas que fosse plural, de unidade das diferentes forças, dentro do campo de um projeto popular para o Brasil, com uma estratégia de socialismo. (STEDILE, 2009)

A iniciativa da criação do jornal parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em consonância com as ideias do Movimento Consulta Popular,

“movimento de movimentos” do qual o MST faz parte. Durante o processo de discussão no ano de 2002, é o MST quem se apresenta publicamente como proponente do jornal, sinalizando o papel a ser desempenhado pelo *Brasil de Fato* para conquistar as mudanças no Brasil:

O MST, em consonância com outros movimentos sociais, como a Via Campesina e a Consulta Popular, intelectuais, artistas e jornalistas, propomos a criação de um jornal político, de circulação nacional, que contribua para o debate de idéias e para a análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. (BRASIL DE FATO, 2002)

Neste período anterior ao lançamento, os proponentes da criação do jornal apresentavam a futura publicação como “o jornal de esquerda” ou “o jornal das esquerdas”, como atesta uma mensagem eletrônica enviada em agosto de 2002, cujo título era “Nos ajude a definir o nome do jornal de esquerda”¹.

Embora tenha nascido num momento de expectativas com a posse de Lula, e com ela esperar um rápido crescimento do jornal, o *Brasil de Fato* possuía, no fundo, o objetivo de reorganizar uma esquerda que estaria dispersa e em crise, promovendo valores humanistas e socialistas, subsidiando a militância com a análise dos fatos e contribuindo para a sua reorganização. A vocação de veículo massivo convivia também com a leitura de que o jornal deveria servir como um instrumento para a reorganização das forças populares, na medida em que, entre os objetivos apontados no projeto editorial, constavam os de subsidiar a militância e estimular as lutas sociais e os movimentos de massa, além de evitar o sectarismo, sendo plural dentro do espectro político das organizações de esquerda brasileiras. Uma visão popular do Brasil e do mundo, como diz o lema do jornal. De certo modo, as expectativas em torno de eventuais transformações com a chegada de Lula à Presidência conviviam com a desconfiança quanto às possibilidades de transformação com a administração da máquina do Estado pelo Partido dos Trabalhadores. A análise era de que a esquerda, em crise, fragmentada e fragilizada, não teria muitas condições de exercer pressão para as mudanças. O jornal nascia, portanto, com a tarefa de contribuir para a sua organização.

¹ Também tivemos acesso a diversos textos e mensagens trocadas entre as pessoas que participaram da discussão para a criação do jornal. Estes materiais, embora não apareçam identificados no texto, nos ajudaram a compor a trajetória do *Brasil de Fato*.

a) Expressar a visão da esquerda sobre os fatos e a realidade nacional e internacional e promover seu debate; b) Expressar a postura da solidariedade internacional entre os povos; c) Ser plural nas idéias, sem vinculação com correntes partidárias, e profundamente comprometido com os interesses do povo brasileiro nas transformações sociais necessárias ao país; d) Subsidiar, com informação e reflexão, a militância social e as pessoas que querem mudanças; e) Estimular as lutas sociais e os movimentos de massa; f) Promover incansável e incessantemente os valores humanistas e socialistas; g) Ter como referencial político a necessidade de um Projeto Popular para o Brasil. (BRASIL DE FATO, sem data)

5.1 Como interpretar um jornal

Um jornal oferece diferentes caminhos de entrada para sua análise. No caso do *Brasil de Fato*, nossa primeira motivação tinha a ver com a preocupação de todos aqueles que atuam na imprensa popular alternativa: por que os alternativos não emplacam? Por que não são lidos? Por que têm vida curta? É possível que a história dos jornais populares e alternativos seja diferente?

Se escolhemos determinado objeto de pesquisa é porque, de algum modo, ele nos diz respeito, ocupando nosso rol de preocupações. Assim, temos opiniões formadas sobre o objeto antes de qualquer reflexão metodologicamente sistematizada. A primeira tentação do pesquisador é jogar alguns de seus pré-conceitos sobre o jornal, de forma a comprová-los. Depois vem a compreensão de que, se não precisamos nos desfazer completamente das intuições a respeito do objeto de pesquisa – afinal, é por isso que decidimos pesquisá-lo – é preciso estar atento aos outros elementos que o próprio objeto oferece sobre si mesmo.

Braga (2002) alerta que a análise de textos e outros objetos de cultura implica uma escolha entre diferentes abordagens possíveis. Normalmente, afirma o autor, as pesquisas centram-se ou na análise formal dos textos ou na análise sociológica do conteúdo e suas relações com o contexto social. O autor sustenta que não precisamos tomá-las como contraditórias, sendo possível elaborar uma abordagem integrada entre as duas concepções.

Berger (2003) tem opinião semelhante: são muitas as possibilidades de se aproximar do objeto de estudo jornal. Enquanto a problemática textual permite uma

compreensão tanto dos conteúdos ideológicos como das estruturas narrativas ou das estratégias de discurso, a perspectiva sociológica enfatiza as estruturas de poder. No entanto, apesar das conclusões interessantes que tais análises possam gerar, ambas são apenas parciais, não abarcando a totalidade do jornal.

Refletindo sobre sua análise do *Pasquim* na sua relação com os anos 70, Braga (1991) conta que suas posições preconcebidas sobre o papel representado pelo jornal em um momento específico da história brasileira não eram um dado da razão, mas uma intuição do pesquisador, ponto de partida para a pesquisa. Desse modo, ele procurou compreender a estrutura do jornal – seu texto e como este funcionava –, uma vez que produzia o efeito que atraiu o autor para a pesquisa. Porém, compreender a estrutura implicava prestar atenção ao contexto social, que agia sobre ela e se apresentava como objeto de discurso. “A questão que se colocava era a de observar o lugar que o jornal ocupava para interagir com seu entorno político-social. Ou seja: o lugar criado pela construção de sua resposta” (BRAGA, 1991, p. 324).

O desafio, nos diz o autor, era encontrar bases metodológicas para a pesquisa que pretendia “contar” o *Pasquim*, ou seja, dar sentido a palavras como história, discurso, contexto, lugar, percurso, elementos necessários para contar o jornal. “Como apreender uma história, que dados observar no contexto, que tipos de análise adotar para interpretar o discurso, que coordenadas para definir um lugar e um percurso” (BRAGA, 1991, p. 324). Neste sentido, uma das questões postas pelo autor dizia respeito à dificuldade de encontrar marcas no discurso do *Pasquim*, uma vez que ele não faria uma comparação com outro jornal. Era preciso então olhar para o jornal, jogar sobre ele as intuições do pesquisador, mas ao mesmo tempo encontrar regularidades e fazê-lo falar por si: como superar esta aparente falta de rigor metodológico?

Braga afirma que é possível estudar o lugar relativo e o peso diferencial dos materiais que compõem um jornal, uma vez que o sentido de cada unidade redacional é dado não apenas por ela mesma, mas pela participação no conjunto. O autor toma o cuidado de se afastar de algumas abordagens excessivamente quantitativas, optando por um caminho que leve em consideração a interpretação do pesquisador.

As linhas de força que atravessam as diversidades do jornal clareiam o funcionamento de cada unidade da estrutura e do

seu conjunto. A interpretação de um dado artigo é assim enriquecida por uma compreensão do campo de forças em que ele se inscreve no jornal. (BRAGA, 1991, p. 327)

Braga prossegue sugerindo que uma completa interpretação de um jornal deve levar em conta, além dos enunciados, aquilo que não está enunciado. Na sua pesquisa sobre o *Pasquim*, procurou analisar alguns aspectos que levassem à compreensão do papel desempenhado pelo jornal no contexto da época. No discurso, o pesquisador se ocupou a) dos textos b) das estruturas produzidas pela realização destas matérias e c) das estruturas de integração entre os diversos tipos de matérias. No contexto, o autor levou em conta a) os acontecimentos que servem de referência ao jornal para a criação de suas representações do contexto, b) a imprensa alternativa contemporânea ao *Pasquim*, c) a imprensa brasileira em geral e d) o contexto social, enquanto jogo de forças do poder político e da economia. Além disso, o autor assinala a importância de o pesquisador observar também as condições materiais da produção jornalística, as relações entre as forças em presença dentro de um jornal e também as relações entre jornalistas e leitores que levam a determinadas configurações dos enunciados.

Contar o *Pasquim*, escreve o autor, significa então interpretar sua fala, observando as relações que ela mantém com o contexto. “A história do jornal deve corresponder à observação das circunstâncias em que seu texto foi produzido, e do lugar em que o periódico se posicionou para analisar sua realidade política e social” (BRAGA 1991, p. 13). Assim, o autor revela que optou pelo estudo do jornal em si mesmo, pela observação das relações entre o jornal e o contexto e pelo levantamento de hipóteses sobre as posições do jornal.

Em resumo, Braga oferece a interessante proposta de “interpretar um jornal”:

Interpretar um jornal é resolver os problemas que nos colocamos a seu respeito – atividade ao final da qual podemos dizer que chegamos a uma certa compreensão desse objeto. Se nos colocamos estes problemas, é porque o jornal não se apresenta de si mesmo como um objeto transparente. É um enigma a resolver, é ele que nos põe questões. A pesquisa oscilará sempre entre esses dois pólos: o enigma que está no objeto, enigma objetivo; e as questões que *eu* escolho colocar. Escolha subjetiva, mas não menos válida, porque os preconceitos que comandam essa escolha definem a localização do olhar do pesquisador. (BRAGA, 1991, pp. 331-332)

A partir de nossa preocupação inicial ao nos lançarmos à análise do *Brasil de Fato*, percebemos que a reflexão sobre um jornal popular alternativo pressupõe a compreensão do contexto social que lhe impõe dificuldades e desafios, lhe configura significados e aparece em seu discurso. No caso, o contexto no qual o *Brasil de Fato* está inserido é identificado, por ele mesmo, como de crise da esquerda, a qual se agregam os dilemas do colapso financeiro e das transformações do jornalismo. Porém, achávamos que era necessário extrair algo mais do jornal, de forma que pudéssemos superar a mera aferição de nossas impressões pessoais.

5.2 A personalidade de um jornal

Um dos caminhos para se chegar a uma razoável interpretação de um jornal, que dê conta de seus diferentes aspectos, passa primeiro pela compreensão de sua personalidade. Diferentes autores utilizam esta expressão para explicar que o jornal é uma figura cuja personalidade se expressa em determinadas estruturas e marcas dele próprio.

Berger (2003) afirma que o jornal deve ser encarado como um sujeito: tem personalidade jurídica, estatuto, razão social. Mais do que isso, está integrado a um determinado espaço social e precisa responder, aos seus leitores, às expectativas quanto ao conhecimento das novidades do dia, produzindo, assim, um tempo social objetivado, uma história do presente.

Assim, se compreende o jornal como uma 'figura social', com nome próprio, identidade e contrato de leitura, integrado a uma determinada comunidade, buscando rotineiramente a comprovação de sua aceitação. Esta descrição deve levar em conta, ainda, a situação do jornal no mercado, ou seja, seu lugar em relação a outros jornais locais. (BERGER, 2003, p. 46)

Em linha semelhante, Amparo Moreno Sardá (1998) também se ocupa em analisar o que chama de personalidade do jornal, o que nos ajuda a compreender porque ele difunde uma ou outra visão da realidade social.

A autora propõe como ponto de partida para a análise a identificação da *personalidade do periódico* (estrutura jurídica, condição de fabricação, condição de

distribuição, organização da redação e linhas e ações políticas) e da *morfologia e estrutura do periódico* (a partir dos elementos e unidades redacionais que o compõem).

Para a autora, “los periódicos generan hábitos de lectura que se proyectan sobre la realidad social” (SARDÁ, 1998, p. 71). Preocupada em analisar os tratamentos dados pela imprensa às mulheres, a autora sustenta que esta mirada informativa não se limita apenas a focar um ou outro personagem em determinados espaços sociais. A posição de onde se fala e o sistema de valores imposto sobre a realidade repercutem sobre o que se está enfocando:

Además de enfocar en una u otra dirección y con un alcance u otro, siempre se mira desde una determinada posición y con un sistema de valores que repercute en lo enfocado: siempre se hace un determinado tratamiento que afecta a la visión que se obtiene de lo que se mira, y nos hace verlo más próximo o más lejano, valorarlo positiva o negativamente. (SARDÁ, 1998, p. 73)

É a partir desta identidade que o jornal vai estabelecer determinadas relações com determinado tipo de público leitor. Se ele se apresenta ao público com uma certa identidade, o faz também a partir do modo como conta as coisas do mundo, projetando um leitor imaginário que terá interesse nas coisas ditas daquele modo, processo o qual é denominado como “contrato de leitura” entre jornal e seu público.

Para Fausto Neto (2007), contrato de leitura é o modo pelo qual o jornal se apresenta e fala ao receptor, processo este baseado em certas regras e procedimentos, na maioria das vezes tácitos, que visam à instituição de vínculos entre veículo e leitor, o que acaba configurando determinada identidade.

Para tanto, este processo produtivo obedece a um conjunto de operações que antes de se fazerem textos, estão presas às lógicas de uma ação discursiva, ou seja, os fundamentos de um trabalho que estrutura o ‘modo de dizer’ do jornal. É nesta complexa enunciação que o jornal faz emergir sua identidade, e as características do seu modo de falar, bem como possibilidades do leitor estabelecer processos de reconhecimento da sua presença. (FAUSTO NETO, 2007, p. 4)

5.3 Jornal como dispositivo

Maurice Mouillaud (2002) alerta para que o estudo de um jornal não incorra no equívoco de separar, mecanicamente, o dispositivo e o sentido, como se fossem instâncias separadas, a primeira de ordem técnica e a segunda, discursiva. Para o autor, o discurso não está solto do espaço, pelo contrário, está envolvido neste dispositivo, que não se trata de uma simples entidade técnica, mas de algo que prepara o sentido.

Descrevemos os dispositivos como sendo matrizes (muito mais do que suportes) em que se vinham inscrever os textos. Neste sentido, o dispositivo (livro, jornal, canção, disco, filme etc.) existe antes do texto, ele o precede, comanda sua duração (a duração de uma canção ou de um filme é um *a priori* de sua produção) e a extensão (um romance se inscreve entre um número mínimo e máximo de páginas que, evidentemente, variaram ao longo da história). A antecipação do dispositivo não significa, contudo, a passividade do texto. Se o jornal gerou os títulos, como a cidade gerou as vitrines e as tabuletas, os títulos “fazem” o jornal e as tabuletas da cidade, da qual elas são a receita. (MOUILLAUD, 2002, p. 33)

Neste sentido, o autor sustenta que cada jornal pode ser considerado uma expectativa de acontecimentos. O jornal faz parte de uma rede de informações que desde o seu nascimento elaborou sua própria forma aos acontecimentos. É na relação dinâmica entre o dispositivo e seus enunciados que se dá sua identidade, a forma como ele configura os acontecimentos do mundo, processo engendrado pela movimentação de pelo menos três tipos de enunciados, de acordo com Mouillaud: o nome do jornal, seus títulos e o sistema de citações a que recorre.

O autor nos diz que o nome é o “primeiro enunciado que um jornal oferece à visão no espaço do tempo” (MOUILLAUD, 2002, p. 86). Também funciona como um título que sustenta os demais títulos e sob o qual o jornal se fecha sobre si mesmo; como uma assinatura, que determina a responsabilidade sobre os textos; e, por fim, como um nome próprio, que em torno de si gera e encerra sentidos produzidos pelos enunciados. “O nome-de-jornal empresta seu olho ao leitor para ver o mundo. O olho do leitor enxerga em seu lugar como um olho mágico, um buraco cujo lugar qualquer olho pode ocupar” (MOUILLAUD, 2002, p. 97).

Os títulos são analisados pelo autor como inscrições que representam uma região-chave de articulação do discurso. Aqui, ele propõe uma divisão entre *título referencial* (que no jargão jornalístico são comumente chamados “títulos de revista”) e o *título informacional* (objetivos e noticiosos). O *título informacional* cristaliza algo que

já passou como um momento do presente, apresentando-se como um instante entre duas enunciações opostas: uma narrativa histórica representada pelo conteúdo do texto da matéria e uma classificação que encerra um presente. “O título informacional opera, a cada número, uma atualização que é, ao mesmo tempo (aquele da presença), um fechamento e uma abertura” (MOUILLAUD, 2002, p. 112). Dessa forma, o autor sustenta que o jornal pode ser lido em três níveis:

“O primeiro é um processo sem começo nem fim que, a cada dia, extingue um passado (aquele do número precedente) e abre um novo presente. O segundo permite ler, a cada dia, o mapa do mundo em suas linhas divisórias, algumas móveis (históricas), outras permanentes (temáticas). Por último, o terceiro liga os presentes da informação aos anéis da história que os encadeia”. (MOUILLAUD, 2002, p. 116)

O terceiro enunciado que dá identidade ao jornal é o sistema de citações, isto é, as modalidades pelas quais traz o discurso de outros atores – sejam fontes, agências de notícias etc. – para compor um discurso que é seu: “Vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizadas para se fazer escutar. Mas o jornal também tem uma voz, que lhe é própria” (MOUILLAUD, 2002, p. 117).

Por fim, Mouillaud alerta para a influência da periodicidade, posto que a temporalidade da mídia define a programação do acontecimento em função de seu ciclo: “Atribuindo previamente uma duração ao acontecimento, esta prescreve a natureza do mesmo. Aparecerão apenas os acontecimentos cuja duração corresponda à periodicidade dos mesmos” (MOUILLAUD, 2002, p. 75).

Como vimos, são variados os caminhos de entrada para a interpretação de um jornal. Os conceitos trazidos por estes autores são complementares e, articulados, nos permitem elaborar uma interpretação do *Brasil de Fato* que dê conta de todas suas complexidades e particularidades.

A análise que decidimos fazer do *Brasil de Fato* segue a idéia de *interpretar* o jornal, ou seja, analisar os diferentes aspectos que nos permitam compreender seu lugar na sociedade. Promover o diálogo com este variado leque de autores apresentados acima pode causar uma certa confusão. Porém, o estudo de diferentes trabalhos e pesquisas

sobre o objeto nos ajudaram a compor uma metodologia que nos desse a segurança do rigor acadêmico e nos afastasse do risco de simplesmente tentar atestar pré-conceitos nossos sobre o *Brasil de Fato*.

Assim, buscamos apreender sua fisionomia, sua identidade, como ele se apresenta ao leitor, como dispõe e que peso dá às matérias, além de interpretar seus textos na relação de mão dupla com os tempos de crise. Porém, a compreensão da totalidade significa lançar o olhar também para aspectos da produção, que contribuem para que o jornal tenha determinada visão de mundo. No caso da imprensa popular alternativa, sempre afetada por problemas financeiros e administrativos, é importante prestarmos atenção para aspectos da produção, ainda que as dificuldades operacionais não nos tenham permitido uma análise mais aprofundada.

5.4 Funcionamento e morfologia do *Brasil de Fato*

“Brasil de Fato – uma visão popular do Brasil e do mundo”. Eis como o jornal se apresenta, todas as semanas, no topo da primeira página. Primeiro enunciado oferecido ao leitor, seu nome próprio carrega uma identidade, uma promessa ao leitor quanto ao que irá encontrar.

À primeira vista, soa contraditório que o nome e o lema tragam, juntos, o vício da objetividade do jornalismo (a promessa de um Brasil “de fato”) e a declaração da parcialidade do jornal (“uma visão popular”). O jornal sugere que vai se apegar aos fatos ao mesmo tempo em que promete “uma visão”, não apenas parcial no sentido de possuir um lado, mas que prioriza a análise dos acontecimentos, a partir da ótica popular.

No entanto, parece-nos que há uma outra ideia subjacente ao nome do jornal e seu *slogan*. Em primeiro lugar, o nome *Brasil de Fato* traz a noção de que existe um Brasil de mentira, manipulado pelos grandes meios de comunicação – pela imprensa burguesa, na linguagem do jornal. É justamente o que está expresso no editorial da edição número zero, quando o jornal afirma que “procurará mostrar um país ocultado e aviltado pela ‘grande mídia’” (BRASIL DE FATO, 2003a). E é exatamente o que disse o teatrólogo Augusto Boal no lançamento do jornal em 2003, quando afirmou que os

donos dos jornais, rádios e televisões mostram um Brasil de mentira, sendo preciso, para que os trabalhadores conheçam a verdade, a criação de um jornal próprio. Assim o *Brasil de Fato* se apresenta como uma alternativa aos jornais de referência, no sentido mais de contrapô-la do que substituí-la, por seu curto poder de alcance, ainda que esboce pretensões de expansão hegemônica, apresentando-se às vezes como um jornal de “interesse geral”.

A frase “uma visão popular do Brasil e do mundo” revela, logicamente, a postura política e ideológica à qual o jornal se alinha. As ideias, juntas, nos permitem concluir que, para o jornal, o Brasil “de fato” só é possível com a “visão popular”.



Imagem 3: Charge para os cinco anos do *Brasil de Fato*

No momento de nossa pesquisa, o *Brasil de Fato* mantém uma periodicidade semanal, possui uma tiragem em torno dos dez mil exemplares e circula com 12 páginas, todas em cores, divididas em dois cadernos. É impresso em formato semelhante ao *standard*², mesmo tamanho dos jornais de referência de São Paulo, como o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*. Funciona sob a personalidade jurídica de “sociedade editorial”, sem fins lucrativos.

² Jornais com formato *standard* tem 29,7 x 53cm. No Brasil, os jornais de referência que possuem este tamanho são O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo. O *Brasil de Fato* possui 29 x 64 cm.

Em sua morfologia, estrutura-se como os jornais de referência. A editoria de opinião, com o editorial e dois artigos de convidados, aparece na segunda página do primeiro caderno, que tem oito páginas. No restante do primeiro caderno, aparece a editoria de “Brasil”, sob a qual são publicadas matérias sobre política, economia, movimentos sociais, meio-ambiente, etc. A contracapa do primeiro caderno é reservada para a editoria de “Cultura”. Já no segundo caderno, de quatro páginas, estão as matérias internacionais, publicadas sob três diferentes editoriais: “Internacional”, “África” e “América Latina”. O jornalista e professor Hamilton Octávio de Souza mantém uma coluna fixa, intitulada “Fatos em Foco”, onde comenta os acontecimentos da semana. Durante um período, o jornal chegou a publicar uma outra coluna fixa, chamada “Saiu na Agência”, em que elencava as notícias mais importantes veiculadas ao longo da semana no site da *Agência Brasil de Fato*.

O formato faz com que o jornal seja exposto dobrado pela metade, ou seja, deixando à primeira observação sempre a manchete e a foto principais, dispostas normalmente na parte superior da dobra. A foto em destaque não necessariamente corresponde à manchete de capa. Nas edições mais recentes, o *Brasil de Fato* vem utilizando-se de destaques, no topo da página, para chamar atenção principalmente de reportagens da editoria de cultura. O restante da capa é utilizado para destacar manchetes secundárias. A capa sempre traz uma charge, de conteúdo político, assinada por diferentes autores. Em certos aspectos, a primeira página do *Brasil de Fato* não se difere muito dos jornais que busca combater, como a *Folha de São Paulo*.



Imagem 4: Capa da edição 295, 23 a 29 de outubro de 2008

Os profissionais da redação, localizada em São Paulo (SP), são divididos entre as funções do impresso e da página na internet, transformada em *Agência Brasil de Fato* em 2005. Trabalham mais diretamente com o impresso três repórteres, dois editores e um diagramador, enquanto que para a agência trabalham dois repórteres e um estagiário, ainda que as funções se confundam de acordo com a necessidade de cada um dos veículos. O jornal também conta com funcionários dedicados à administração interna e controle de assinaturas.

Além da equipe fixa em São Paulo, o jornal conta com colaboradores relativamente efetivos em alguns Estados do Brasil e em países da América do Sul. Até o final de 2009, mantinha um correspondente remunerado na Bolívia, e ao mesmo tempo contava com colaborações diretas de uma repórter da Venezuela e outra nos Estados Unidos. No primeiro semestre de 2009 contou com um correspondente no Paraguai. Boa parte dos textos da editoria de “Internacional” vêm destes correspondentes e de outros veículos alternativos – principalmente sites – com os quais mantém parceria. A tarefa de correspondentes no Brasil é normalmente cumprida por jornalistas apoiadores do jornal, não remunerados, e por assessores de imprensa de entidades e movimentos sociais.

Pelo projeto original, a idéia era que pelo menos os estados mais importantes organizassem comitês de apoio, reunindo jornalistas e militantes para contribuírem com a produção de conteúdo, divulgação e venda de assinaturas. Em alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, estes comitês chegaram a manter um funcionamento orgânico, mas por pouco tempo. O *Brasil de Fato* realizou pelo menos uma grande reunião nacional de jornalistas apoiadores, da qual participamos, em 2006. Hoje em dia, porém, os comitês de apoio nos estados já não funcionam organicamente.

A edição semanal é fechada sempre às terças-feiras – o editor-chefe se orgulha de jamais ter atrasado o fechamento desde a primeira edição. É só na quinta-feira, porém, que passa a circular em São Paulo e em algumas bancas espalhadas pelo Brasil. Em alguns estados, o jornal só chegará ao assinante na semana seguinte.

A reunião de pauta da redação, realizada sempre às quartas-feiras, subordina-se à instância do Conselho Editorial. Desde sua fundação, o *Brasil de Fato* mantém duas instâncias políticas com o objetivo de estreitar o diálogo entre sua linha editorial e o que pensam as esquerdas. A idéia inicial era a de um Conselho Político amplo, que contemplasse diferentes personalidades da esquerda brasileira e que se reunisse anualmente para avaliar o jornal, e um Conselho Editorial mais restrito, que faria o acompanhamento mais sistemático, em reuniões mensais, para orientar a linha política da publicação³.

³ A edição zero do jornal trazia os seguintes nomes no **Conselho Político**: Alípio Freire, Ari Alberti, Arioaldo Umbelino, Assunção Ernandes, Aton Fon Filho, Augusto Boal, Áurea Lopes, Beto Almeida, Cácia Cortez, Carlos Marés, Carlos Nelson Coutinho, Celso Membrides Sávio, César Benjamim, César Sansson, Francisco De Oliveira, Claus Germer, Dom Demétrio Valentini, Dom Mauro Morelli, Dom Tomás Balduino, Douglas Mansur, Edmilson Costa, Elena Vettorazzo, Emir Sader, Ergon Krakek, Erick Schunig Fernandes, Fábio De Barros Pereira, Fernando Altemeyer, Fernando Morais, Flávio Cannalonga, Frederico Santana Rick, Frei Betto, Frei Sérgio Gorgen, Hamilton Octávio De Souza, Horácio Martins, Ivan Valente, Jasper Lopes Bastos, João Capibaribe, João José Reis, João José Sady, João Pedro Stedile, João Roberto Ripper, João Zinclar, José Arbex Jr., Kenarik Boujikian Felipe, Laurindo Lalo Leal Filho, Leandro Konder, Leonardo Melgarejo, Luís Alberto, Luís Arnaldo, Luís Carlos Guedes Pinto, Luís Eduardo Greenhalg, Luís Fernandes, Luiz Bassegio, Luis Gonzaga (Gegê), Marcelo Goulart, Marcos Arruda, Maria Dirlene Marques, Maria Luisa Mendonça, Mário Augusto Jakobskind, Mário Maestri, Milton Viário, Neuri Rosseto, Nilmário Miranda, Nilo Batista, Oscar Niemeyer, Pastor Werner Fuchs, Paulo Arantes, Paulo Pereira Lima, Paulo Ramos Barbosa, Pedro Ivo, Plínio De Arruda Sampaio Jr., Reinaldo Gonçalves, Renato Tapajós, Ricardo Antunes, Ricardo Gebrim, Ricardo Rezende Figueira, Roberto Romano, Rodolfo Salmo, Samuel Yavelberg, Sebastião Salgado, Sérgio Barbosa De Almeida, Sérgio Carvalho, Sérgio Haddad, Tatau Godinho, Tiago Rodrigo Dória, Valério Arcari, Valter Uzzo, Vito Gianotti, Vladimir Araújo e Zilda Cosme Ferreira. Já o **Conselho Editorial** tinha a seguinte composição: Alípio Freire, César Benjamim, Hamilton Octávio De Souza, Kenarik Boujikian Felipe, Luiz Antônio Magalhães, Luís Eduardo Greenhalg, Luiz Bassegio, Maria Luísa Mendonça, Milton Viário, Neuri

Na prática, porém, o amplo grupo listado no expediente da edição zero nunca se reuniu. Atualmente, o *Brasil de Fato* mantém as reuniões mensais do Conselho Editorial, que não possui mais uma composição fixa – intelectuais e dirigentes de entidades, movimentos sociais e partidos, não necessariamente representando as organizações, são convidados de acordo com o seu grau de colaboração com o jornal.

Em novembro de 2008, realizamos uma pesquisa exploratória, acompanhando a reunião do Conselho Editorial. Coordenada por João Pedro Stedile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a reunião contou com a participação de jornalistas e integrantes de organizações de esquerda⁴. O encontro partiu de uma análise das conjunturas internacional e nacional para fazer sugestões de pauta, sistematizadas pelo coordenador da reunião e anotadas pelo editor-chefe, presente à reunião.

Na reunião em questão, três temas dominaram os debates: as eleições presidenciais nos Estados Unidos, a crise financeira e o resultado das eleições municipais no Brasil. Cada participante fazia sua análise e, eventualmente, indicava que determinado assunto deveria ser abordado ou determinada pessoa deveria ser entrevistada pelo jornal. “O *Brasil de Fato* poderia se debruçar mais sobre os efeitos da crise”, “esse é um ponto que pode ser explorado”, “aliás, é um bom assunto para o *Brasil de Fato* repercutir”, “temos que ir para a frente no jornal, fazer o debate, construir a unidade”, “não sei se o *Brasil de Fato* já entrou nessa matéria, se não entrou, deve entrar e aprofundar”, “nisso aqui eu acho que o jornal deve entrar de malas e bagagens, de todas as formas”, foram algumas das frases ditas pelos participantes da reunião⁵.

Segundo o editor-chefe, a maioria das sugestões de pauta do Conselho Editorial são aceitas, a depender da urgência de cada tema. Podemos pontuar, aqui, que os

Rosseto, Plínio De Arruda Sampaio Jr e Ricardo Gebrim.

⁴ Participaram da reunião do Conselho Editorial, no dia 1º de Novembro de 2008, em São Paulo (SP), as seguintes pessoas: João Pedro Stedile (MST), Neuri Rossetto (MST), Temístocles Neto (CUT), Marcela Moreira (PSOL), Altamiro Borges (PC do B), Maria Luiz Mendonça (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos), Ivan Pinheiro (PCB), os jornalistas Igor Fuser e José Arbex Jr, o editor-chefe Nilton Viana, além de repórteres e funcionários do jornal. Alípio Freire, editor especial do jornal, e Ricardo Gebrim, dirigente da Consulta Popular, mandaram informar que não poderiam participar daquela reunião.

⁵ Anotações do autor.

critérios de noticiabilidade do *Brasil de Fato* passam necessariamente por um filtro importante: a análise de conjuntura do Conselho Editorial. Ainda que o jornal possua suas rotinas e lógicas internas, próprias do jornalismo, e que a própria reunião do Conselho Editorial se oriente pelos fatos da atualidade, parece que mais que os critérios tradicionalmente jornalísticos vale o critério da estratégia política, que acaba definindo a orientação editorial, como fica claro na fala do editor-chefe.

Ou seja, a partir da reunião do Conselho eu tenho um norte político para pelo menos um mês, tanto para as pautas quanto para a direção, a linha política que eu vou adotar no jornal. Os principais fatos, como eu trato determinados temas políticos e ideológicos, como é que eu vou retratar isso internamente, nas páginas do jornal. Então serve como um pente fino na conjuntura. (VIANA, 2008)

Pode constituir um equívoco falar em critério político e critério jornalístico, na medida em que todo o jornal é político. A diferenciação se faz válida, porém, para termos claro em que medida se confundem ou se conflitam duas posições diferentes em relação ao fazer jornalístico: a posição do jornalista e a posição do estrategista político. No dia-a-dia, é possível verificar que essas duas lógicas se misturam, como na escolha da manchete e da foto que vão ser estampadas na capa, e na escrita do editorial.

Apesar de tomar as análises do Conselho Editorial como referência para a construção das pautas ao longo do mês seguinte, o *Brasil de Fato* muitas vezes é obrigado a antecipar, em relação aos movimentos sociais, a análise de determinados fatos. Se escândalos, crises e denúncias estouram antes da reunião mensal do Conselho Editorial, é o jornal que precisa em pouco tempo estabelecer uma leitura mínima dos fatos, já que fecha uma edição regularmente a cada terça-feira.

Nas palavras de Nilton Viana, a capa é a última a ser fechada, na terça à noite, quando a equipe presente na redação se reúne para discutir qual matéria sustentará a edição da semana. Sua fala dá a entender que uma determinada reportagem será manchete de capa se for “importante politicamente”, se for um assunto “quente” ou mesmo se tiver mais qualidade editorial que as demais da edição.

Às vezes a gente determina, no decorrer da semana, que tal matéria vai ser a manchete. Mas a conjuntura muda ou a matéria não rendeu para segurar uma manchete, pintou uma pauta mais quente, ou mais importante politicamente, e nós mudamos em cima da hora. (...) Eu tenho a manchete, eu tenho uma “sub” que eu quero dar um peso

político ou jornalístico para ela na capa, então eu chamo a equipe inteira para avaliar todas as matérias que vão estar com mais destaque na capa. (VIANA, 2008)

Na escolha da foto principal, cujo tema não necessariamente é o mesmo da manchete, a qualidade do material acaba sendo determinante. O jornal utiliza fotos de agências nacionais e internacionais e também muito material produzido por fotógrafos voluntários e por assessores de movimentos sociais. O editorial, que vem sempre à página 2 de cada edição, é produzido de forma mais ou menos coletiva, dependendo do assunto eleito como tema. Depois de um período em que só o jornalista Alípio Freire escrevia, o *Brasil de Fato* voltou à dinâmica de revezamento nos redatores do editorial, alternando normalmente entre o próprio Freire, Nilton Viana, João Pedro Stedile, Neuri Rossetto, o jornalista Beto Almeida e o advogado Ricardo Gebrim, dirigente do Movimento Consulta Popular.

[...] por este caráter que o jornal tem de ser um veículo que expresse a pluralidade da esquerda, não é bom que ficasse uma pessoa responsável por fazer o editorial. Então a gente retomou a dinâmica que a gente tinha, no começo do *Brasil de Fato*, de sempre três, quatro companheiros do Conselho ficarem revezando nos editoriais. Então, eu faço editorial, aí tem semana que é o João Pedro, tem semana que é o Neuri, tem semana que é o Ricardo Gebrim, tem semana que é o Alípio, tem semana que é o Beto Almeida. A gente procura revezar, ter um leque, dependendo muito do tema que a gente vai abordar no editorial. (VIANA, 2008)

Outro aspecto que mostra a relação com a dinâmica dos movimentos sociais são os cadernos especiais, lançados ocasionalmente para subsidiar campanhas e mobilizações nacionais. No período que escolhemos para análise, o *Brasil de Fato* lançou sete edições especiais para acompanhar determinada campanhas nacionais e jornada de lutas dos movimentos parceiros:

- a) Povo vota pela retomada da Companhia Vale do Rio Doce (Outubro de 2007)
- b) As perspectivas e os desafios da agroenergia no Brasil (Dezembro de 2007)
- c) O monocultivo da cana causa morte e destruição (Fevereiro de 2008)
- d) Alimento mais caro é culpa das grandes empresas transnacionais (Junho de 2008)
- e) O petróleo tem que ser nosso (Setembro de 2008)
- f) Desafios e perspectivas para o Nordeste (Junho 2009)
- g) O povo brasileiro não deve pagar a crise (Julho de 2009)

São essas características que levam Viana a definir o *Brasil de Fato* como, mais do que um jornal, um projeto político: “Nós queremos transformar o País, nós queremos construir uma outra sociedade, e deixamos isso claro permanentemente. Então, é um projeto político, calcado nos movimentos sociais e nasceu desta necessidade de se construir um projeto popular para o Brasil” (VIANA, 2008).

Criado a partir do esforço coletivo de movimentos sociais e intelectuais de esquerda, sob a liderança do MST, o *Brasil de Fato* nasce com o objetivo de servir de ferramenta para alavancar um processo de reascenso dos movimentos sociais, divulgando e estimulando as lutas sociais e provendo a militância com análises e informações. Esta missão aparece não apenas nos documentos anteriores à sua criação e nas falas de seus dirigentes, mas o próprio jornal se apresenta assim, recorrentemente. No editorial da edição 254, o *Brasil de Fato* faz um balanço do ano de 2007 e reafirma sua “obrigação” de refletir as lutas populares e sociais.

Fazer balanços de períodos históricos e de lutas sociais de forma sucinta é muito difícil. Pode-se incorrer em reduções e pouco aprofundamento. Mas o *Brasil de Fato*, que nasceu e se desenvolve colado às lutas dos movimentos sociais, tem a obrigação de refletir em suas páginas e em sua linha editorial sobre as lutas populares e sociais que ocorreram em nosso país em 2007. (BRASIL DE FATO, 2008a)

Internamente, as presenças de um Conselho Político amplo e de um Conselho Editorial que reúne mensalmente intelectuais e dirigentes de partidos e movimentos sociais para avaliar e sugerir pautas ao jornal sugerem que o *Brasil de Fato* possui, em parte, uma postura de “jornal de frente”, como definiu Kucisnki (1991) em relação a alternativos da ditadura militar como *Movimento e Opinião*. As falas de Viana (2008) e Stedile (2009), assim como a observação da reunião do Conselho Editorial e das reportagens e entrevistas que, no jornal, buscam refletir as diferentes opiniões no campo da esquerda brasileira, corroboram esta percepção. Porém, os tempos são outros. No período militar, os jornais alternativos desempenhavam o papel de articular as organizações clandestinas, chegando até mesmo a substituí-las, no sentido de serem os últimos espaços de discussão e articulação política contra a repressão. Nos tempos de crise da esquerda vividos pelo *Brasil de Fato*, e com cada partido, organização ou movimento desenvolvendo seus próprios meios de comunicação (jornais, páginas na

internet, etc.), a postura pública de um jornal de frente aparece mais como intenção e menos como realização na prática. Esta é a opinião de Hamilton Octávio de Souza:

O jornal procura ter uma proposta de frente de movimentos sociais de esquerda. Tem procurado contemplar espaços para várias correntes de pensamento no campo da esquerda, tanto nos conselhos quanto no material editorial. No entanto, as organizações políticas de esquerda (partidos e movimentos) tratam de fortalecer os seus veículos e os seus esquemas. O jornal de frente hoje é diferente de jornal de frente na época da ditadura militar. O *Movimento* era uma frente com maior esforço coletivo e solidário, mesmo quem não participava diretamente da direção do jornal, era cotista e comprava o jornal para dar força à imprensa popular, alternativa e democrática. (SOUZA, 2009)

A fala de Nilton Viana (2008) também corrobora a ideia de que o Conselho Editorial do *Brasil de Fato*, embora o assemelhe a um “jornal de frente” como os da resistência à ditadura militar, tem um papel mais consultivo e menos orgânico em relação ao funcionamento do jornal. Mesmo assim, a atenção às análises de conjuntura elaboradas no Conselho Editorial causam uma certa “confusão” na linha editorial do jornal, em virtude das diferentes posições sobre determinados temas que surgem nas reuniões.

O Conselho não tem papel do ponto de vista de agrupamento partidário, embora as pessoas muitas vezes venham com suas expectativas partidárias para expressar dentro do Conselho, mas nosso papel não é esse. O Conselho é para a gente justamente afinar a conjuntura, tirar o que é de consenso de mais importante na conjuntura da esquerda para a semana ou para o mês. E a gente procura refletir, nas páginas do *Brasil de Fato*. Interessante que alguns companheiros às vezes dizem que o *Brasil de Fato* parece meio esquizofrênico. Numa semana bate numa coisa, na semana seguinte já dá uma guinada. Mas é um pouco porque o *Brasil de Fato* expressa mesmo o Conselho. (VIANA, 2008)

Souza (2009) ainda aponta um outro fator, relacionado à crise das esquerdas, que dificulta a concretização da proposta de um jornal de frente capaz de aglutinar amplos setores progressistas do país: a ausência de jornalistas experientes e intelectuais dispostos a colaborar com o jornal, que acaba sendo tocado por jornalistas jovens e fica mais subordinado à direção política do MST.

O jornal *Movimento* era feito por jornalistas experientes que tinham passado pela imprensa empresarial-corporativa. O jornal *Brasil de Fato* é feito por jovens jornalistas com pouca experiência. O *Movimento* recebia colaborações de grandes intelectuais que faziam oposição à ditadura. Atualmente muitos intelectuais estão em silêncio, com produção apenas acadêmica, muitos se renderam ao pensamento

dominante e muitos se tornaram defensores do governo atual - de composição com o empresariado e as oligarquias. Os jornalistas do *Movimento*, pela própria organização do jornal (cotas e assembléia de acionistas), tinham uma interferência maior na linha e na pauta do jornal. O *Brasil de Fato* foi organizado pelo MST, que é a força dirigente do jornal. Os jornalistas têm menor peso na linha política do jornal. (SOUZA, 2009)

Mesmo que atribua a perenidade do jornal à forte atuação do MST, Souza acredita que o movimento consegue fazer com que diferentes organizações sociais e políticas se agreguem à construção do *Brasil de Fato*, seja na sugestão de pautas, nas avaliações mensais ou em outros momentos de sua realização. Por isso, não acha que o jornal se submeta a uma “lógica de partido”, ou seja, não se trata de um jornal “do MST”.

O *Brasil de Fato* vive com essa ambiguidade. É o jornal do MST? É o jornal da Consulta Popular? Qual o peso do Conselho Editorial, integrado por pessoas de vários partidos e organizações de esquerda, na condução do jornal? Acredito que o jornal *Brasil de Fato* procura conciliar esse tipo de comando, procura comprometer várias forças com o projeto, e, por isso, mesmo, não tem a característica de uma jornal submetido à lógica do partido. Mesmo porque sabemos que na atual conjuntura uma postura exclusivista, sectária, não agrega, não soma e não é suficiente para sustentar o jornal. Há vários jornais e revistas de partidos, todos com pouca expressão, todos sem grande inserção na sociedade. O que o Brasil precisa é um jornal de frente de esquerda, que possa expressar e defender as posições mais consensuais da luta contra o capital. E, claro, fazer bom jornalismo, no sentido da apuração e da edição. (SOUZA, 2009)

5.5 A “visão popular” do Brasil e do mundo

A estrutura de base do jornal é um dos elementos que faz o veículo construir uma ou outra visão do mundo. Porém, não é o único. Se as características estruturais do dispositivo jornal dão sentido aos textos, por não serem passivos os textos também dão sentido ao jornal. França (1998) explica que o processo de reconhecimento do jornal, ou seja, o processo pelo qual o leitor identifica e se identifica com o jornal, se dá por outros pontos de ancoragem, além de sua fisionomia.

A fisionomia, estrutura global do jornal, é um dos mais importantes, mas não é o único. Outro aspecto, igualmente importante, é a palavra do jornal, uma palavra que se constrói em estreita relação com a palavra social. (FRANÇA, 1998, pp. 132-133)

A autora usa “palavra” em termos de “discurso”, sugerindo que a compreensão do jornal se dá pela análise cuidadosa de suas características e de sua estabilidade, isto é, pela sua estrutura de base e pelos elementos que o constroem. Em outras palavras, é preciso saber quais são os assuntos sobre os quais fala o jornal, como eles aparecem no espaço e no tempo, o que diz sobre os temas e a que autores recorre para a configuração deste discurso.

É na primeira página que um jornal começa a processar sua configuração dos acontecimentos do mundo. Por sua morfologia, o jornal destaca na capa os assuntos que considera mais importantes. Fausto Neto (1991) dá o nome de “tematização” a este processo de redução da complexidade da vida social aos temas que os jornais definem como mais relevantes, “na medida em que é através dela [*tematização*] que os media se apresentam como um sistema não apenas classificador, mas de interpretação da realidade” (FAUSTO NETO, 1991, p. 330).

Dispostos no alto da capa, as manchetes do *Brasil de Fato* reúnem as características de um jornal popular alternativo e semanal. São valorativas, promovendo uma interpretação dos acontecimentos da semana, e possuem uma roupagem ora mais jornalística (mais informativa e menos argumentativa) ora mais assertiva (emitindo uma posição política clara), situando-se numa posição ambígua entre um jornal de interesse geral ou militante.

E, pelo jornal ser muito colado à conjuntura dos movimentos sociais, o que norteia muito mais o *Brasil de Fato* é sempre a conjuntura de mobilizações e lutas dos principais movimentos sociais. Um deles é o MST, que sempre baliza muito a nossa cobertura, seja para estar saindo em defesa da luta dos movimentos, seja para estar repercutindo. (VIANA, 2008)

É interessante notar que, nos editoriais, o jornal torna claro para quem está se dirigindo: para um público militante, iniciado nas questões mais prementes da esquerda brasileira, alinhado ou não às ideias da Consulta Popular. Isso fica evidente no exemplo a seguir, no qual o editorial aborda as perspectivas da esquerda brasileira para o ano de 2007, que se iniciava:

Estamos ainda em tempo de plantar. Precisamos colocar nossas energias para retomar o trabalho de base, que eleve o nível de consciência das massas. Formar mais e melhores militantes. Estimular todo tipo de luta social, como única forma capaz de obter conquistas

de melhoria de vida, e fazer a disputa na sociedade. (BRASIL DE FATO, 2006b)

As manchetes de capa seguem a tendência de se dirigir a um público específico, mas por vezes demonstram uma necessidade de afirmação dos movimentos sociais, na oposição com os inimigos de classe, como se fosse preciso mostrar para a sociedade como um todo – e para os próprios inimigos, talvez – as virtudes das demandas da esquerda social.

Em nossa análise, realizamos primeiramente um levantamento quantitativo nos 134 jornais publicados entre janeiro de 2007 e julho de 2009, anotando os títulos das manchetes de capa, dos editoriais e das matérias internas. Assim, chegamos à conclusão de que as manchetes de capa do *Brasil de Fato* podem ser divididas em cinco grandes eixos, segundo os objetivos políticos que as orientam:

a) Estímulo às lutas sociais: coberturas de mobilizações e campanhas dos movimentos sociais (exemplos: “Mulheres camponesas lutam contra a crise e o agronegócio”; “Lutas se intensificam em abril”; “Movimentos denunciam ação do agronegócio e das transnacionais”).

b) Formação: análises e reportagens sobre temas de interesse dos movimentos sociais, não necessariamente ligados a uma mobilização específica em andamento (exemplos: “Estado brasileiro extermina juventude negra e pobre”; “Juros bancários altos freiam produção e geram desemprego”; “Alimento mais caro é culpa das grandes empresas transnacionais”).

c) Refundação da esquerda: debate sobre a crise da esquerda e os desafios das organizações (exemplos: “Dividida nas eleições, esquerda perde espaço”; “O desafio da esquerda é construir a unidade e intensificar as lutas”).

d) Visibilidade a pautas escondidas pela grande imprensa: matérias que ou não aparecem nos jornais de referência ou não ganham grande destaque, mas que interessam à estratégia política do jornal (exemplos: “Lugo denuncia tentativa de golpe de Estado no Paraguai”; “Com corrupção e repressão, Yeda Crusius desmonta Estado gaúcho”;

“Tucanos são acusados de receber propina em obras do Metrô em SP”; “Prefeitura de SP expulsa pobres de áreas nobres para beneficiar construtoras”; “Governo Lula tenta abafar greve de fome de frei Luiz”).

e) Visão popular do Brasil e do mundo: análise, desde o ponto de vista das organizações sociais, de assuntos que ocuparam a pauta da grande imprensa, funcionando como contraponto (exemplos: “Na crise aérea, as empresas põem a vida em último plano”; “O desastre da privatização do metrô”; “Governo Lula legaliza grilagem na Amazônia”; “Uma 'guerra' em que só os pobres morrem”; “Leilão ameaça soberania da Amazônia”).



Imagem 5: Na edição 301, enchentes em Santa Catarina são analisadas pela “visão popular”.

Dentro destes cinco eixos, é possível observar um padrão que orienta as manchetes do *Brasil de Fato*: uma oposição entre o mundo positivo do “nós”, os movimentos sociais, os pobres, os povos, massacrados pelas elites e organizando-se para a luta, e o mundo negativo do “eles”, a direita, as transnacionais, o imperialismo, inimigos a serem combatidos.

Neste sentido, as “lutas se intensificam”, a “esquerda vai à luta”, os “movimentos unem forças”, o “povo brasileiro sofre”, a “esquerda celebra”, o “socialismo cubano segue”, as “mulheres protestam”, a “esquerda promete radicalizar”,

os “indígenas reagem”, os “movimentos denunciam”, “Lugo denuncia”, os “movimentos se unem”, “Evo Morales erradica analfabetismo”, os “povos condenam terror”, os “movimentos se articulam”, as “mulheres camponesas lutam”, os “trabalhadores saem às ruas”, os “movimentos não darão trégua”, o “povo hondurenho resiste”.

Por outro lado, o “governo mente”, as “transnacionais causam fome”, os “EUA impõem”, as “empreiteiras e políticos envolvidos em corrupção”, as “usinas ameaçam”, o “governo quer privatizar”, os “bancos intensificam exploração”, os “tucanos preparam privatizações”, a “Syngenta contrata milícia”, o “Estado policial persegue”, a “indústria da cana produz extermínio”, o “Governo Lula tenta abafar”, a “prefeitura de SP expulsa pobres”, o “monocultivo da cana causa morte”, a “Colômbia abre crise”, o “Governo Lula legaliza grilagem”, os “tucanos são acusados”, “Lula libera exploração”, “Yeda Crusius desmonta Estado”, os “EUA incentivam guerra”, as “elites tentam golpes”, o “Estado brasileiro extermina”, as “transnacionais corrompem”, o “agronegócio é o setor que mais desemprega”, as “transnacionais são denunciadas”, a “direita dá golpe”.

É possível, ainda, selecionar as manchetes de capa do *Brasil de Fato* segundo grandes temáticas, que em parte se relacionam com a divisão segundo os objetivos: lutas sociais, inimigos de classe, Governo Lula, América Latina e outras.

Entre as bandeiras relacionadas às lutas sociais que mais aparecem nas manchetes, podemos destacar: reforma agrária, transposição do rio São Francisco, luta contra o agronegócio, refundação da esquerda, campanha do petróleo, campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce e questão indígena.

Os inimigos de classe mais visados pelas manchetes do *Brasil de Fato* são as empresas privadas e transnacionais, os tucanos, o agronegócio e o latifúndio, e o imperialismo dos Estados Unidos.

Já a América Latina aparece personificada na figura de seus presidentes, sejam eles do campo popular (especialmente Hugo Chávez, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, Rafael Correa, do Equador e Fernando Lugo, do Paraguai) ou alinhados aos Estados Unidos (especialmente Álvaro Uribe, da Colômbia). Os presidentes

progressistas são destacados nas políticas sociais que desenvolvem ou nas ameaças que sofrem da direita. A Colômbia, por sua vez, aparece como entreposto dos Estados Unidos no continente.

No quadro a seguir, podemos ter uma noção mais clara do mundo ao qual o *Brasil de Fato* joga sua visão popular. O levantamento, nas 134 edições analisadas, procurou assinalar as matérias de acordo com os temas, para identificar quais assuntos são mais abordados pelo jornal. À exceção dos editoriais, das colunas de opinião e das seções “Saiu na Agência” e “Fatos em Foco”, o levantamento abrange todas as matérias no período analisado.

“América Latina”, “Movimentos Sociais”, “Cultura” e “África” são, na realidade, subeditorias, por isso aparecem mais vezes no número de ocorrências. Optamos por colocá-las assim por dois motivos: no caso de “América Latina” e “Movimentos Sociais”, mantivemos os temas como grandes “guarda-chuvas” para depois destrinchá-los. Já no caso de “Cultura” e “África”, consideramos mais difícil e em certa medida desnecessário para a pesquisa classificar as matérias internamente.

TABELA 1: Temas das matérias do *Brasil de Fato*

TEMAS	OCORRÊNCIAS
América Latina	281
Movimentos Sociais	153
Cultura	135
África	83
Empresas/Transnacionais	61
Energia	55
Reforma Agrária	47
Agronegócio	43
Política Econômica Gov. Lula	40
Democratização da Comunicação	39
Oriente Médio	35
Tucanos/Privatizações	34
Estados Unidos	33
Europa	32
DHs/Direitos das Minorias	32
Crise Financeira	32
Transposição do São Francisco	30
Ditadura Militar	30
Política Nacional	28
Violência Policial	24

Questão Indígena	21
Meio Ambiente	20
Direitos Sociais	19
Lutadores do Povo	18
Esquerda/Crise da Esquerda	17
Questão Urbana	16
Educação	11
Economia e Geopolítica Mundial	11
Direitos Trabalhistas/Trabalho	11
Futebol	8
Governo Lula	8
Agricultura Camponesa	5
Religião/Teologia da Libertação	4
Tráfico/Combate às Drogas	3
Quilombolas	3
Justiça	2
Amazônia	2
Direita	2
Políticas Públicas	2
Ásia	1
Barragens	1
Funcionalismo Público	1
Trabalho Escravo	1

A primeira observação em relação a este levantamento diz respeito à prioridade absoluta a temas politizáveis, no sentido de que contribuem para desnudar a luta de classes e denunciar a exploração capitalista e o imperialismo. Temas do cotidiano são raros, quase inexistentes. As oito ocorrências sobre “Futebol”, um tema pertencente ao imaginário popular, não abordam o resultado de jogos, a declaração de algum jogador famoso ou o momento de determinado time em uma competição. A torcida organizada que tem uma atuação política, os possíveis desvios de recursos com a Copa do Mundo no Brasil, a denúncia contra uma ação da Polícia Militar de São Paulo contra torcedores: o futebol, elemento da cultura popular, aparece como exemplo necessário à politização do leitor. Da mesma forma, o tema da religião aparece quando da visita do Papa Bento XVI ao Brasil, servindo de ponto de partida para uma discussão sobre o conservadorismo da Igreja Católica e a perseguição à Teologia da Libertação.



Imagem 6: detalhe da capa, com o jogador de futebol Ronaldo.

Nos demais temas, nota-se a predominância daqueles relacionados às disputas estratégicas por território e recursos naturais/energéticos, relacionados ao meio rural. Se Guillermo Sunkel (1987) identificava nos diários populares de massa do Chile uma prioridade ao operário no conflito com o patrão e do camponês no conflito com o latifundiário, os conflitos de classe expressos no *Brasil de Fato* são, por assim dizer, mais abstratos, no sentido de que não estão personificados. No lugar do latifundiário, o agronegócio. No lugar do patrão, o capital financeiro internacional. Se de um lado aparecem como preocupação importante dos movimentos sociais temas como reforma agrária, produção de energia e a transposição do Rio São Francisco, os inimigos são o agronegócio e as transnacionais.

Se pensarmos o *Brasil de Fato* a partir das categorias propostas por Sunkel, notaremos que os conflitos tratados já não se efetivam na relação capital/trabalho, isto é, na tradicional oposição entre o operário fabril contra o patrão. Assinalando algumas palavras-chave que organizam o discurso do jornal em suas manchetes, veremos que a “luta” dos “trabalhadores” e do “povo” é contra outro tipo de inimigo, que não é uma pessoa, mas entes às vezes não concretos, como o “agronegócio”, o “capital internacional”, o “imperialismo”.

A “luta de classes” está no “campo”, uma palavra recorrente: indígenas e pequenos agricultores são apresentados como grupos atacados na sua cultura e em luta pela subsistência. Os trabalhadores urbanos representados no jornal são, em grande

parte, servidores públicos, sempre em conflito com governos – seja estadual ou federal – lutando por “direitos” e contra “privatizações”.

Os conflitos entre o proletariado urbano ou rural contra o patrão, por melhores condições de trabalho, dão lugar a novos tipos de conflito: “água”, “energia”, “soberania alimentar”, “hidrelétricas”, “transgênicos” e “reforma agrária” são temas recorrentes nas pautas relacionadas ao meio rural. Em relação aos trabalhadores urbanos, igualmente, o conflito não é com o patrão: os trabalhadores do serviço público aparecem denunciando, com greves e manifestações, a ameaça dos seus “direitos” e os riscos de “privatização”. Muitos dos conflitos, segundo o jornal, devem ser resolvidos no âmbito do “Congresso Nacional”, ou no enfrentamento com os governos estaduais e federal.

Nota-se, também, uma espécie de ideal de “povo”, que só tem voz no *Brasil de Fato* se se tratar de “povo organizado”. Podemos lembrar que Peruzzo (1998) apontava que um das concepções de povo que orienta a comunicação popular e alternativa é a da oposição entre as classes subalternas e classes dominantes. No caso do *Brasil de Fato*, acrescentamos que o povo representado pelo jornal é, basicamente, o povo organizado em associações e movimentos sociais em processos de luta contra os inimigos de classe. O popular representado pelo jornal é o “povo”, os “trabalhadores”, mas sobretudo os organizados em “movimentos”, “sindicatos”, “partidos” e “organizações” e que atuam no espaço das “ruas”, das “mobilizações”, dos “protestos”, das “ocupações”, da “resistência”.

A caracterização do “povo” no jornal se dá sempre numa relação de subordinação e conflito com um grupo dominante. Invariavelmente, o *Brasil de Fato* apresenta os setores populares seja enfrentando um inimigo numa situação de “injustiça social”, seja sendo ameaçado nos seus “direitos”. Aqui, há de certo modo uma visão estática da sociedade, em que as classes subalternas aparecem sempre em oposição às classes dominantes, com um predomínio das reivindicações econômicas dos setores populares, sem que apareçam suas reivindicações culturais, seus desejos subjetivos e os diferentes aspectos de sua vida cotidiana. Para ser “povo”, neste Brasil de verdade, é preciso estar em “luta”.

É preciso se considerar que o *Brasil de Fato*, apesar de reivindicar para si a visão popular da realidade, é um jornal produzido por jornalistas profissionalizados, que apenas mantêm um vínculo de identidade política com os movimentos sociais e parece se dirigir muito mais à militância política e a intelectuais do que às grandes massas populacionais, a julgar por sua pequena tiragem. Trata-se, portanto, de um jornal popular que não vem do povo, nem a ele se dirige.

Nota-se, aí, uma dificuldade em se identificar o que seriam os novos agentes da transformação social, o que talvez seja um dilema enfrentado não apenas pelo jornal, mas pela própria esquerda. Como não poderia deixar de ser, o mundo contemporâneo também assiste à sua “rebelión del coro” de que falava Sunkel: nas favelas das grandes cidades, no submundo do tráfico de drogas e da criminalidade, nas legiões de desempregados e subempregados, emergem vastos setores da população pobre cujo método para a interpelação parece ainda não ter sido encontrado pela esquerda brasileira. O *Brasil de Fato* faz apenas pequenos ensaios de abordagem a outros atores e questões sociais que não aquelas mais caras à tradição da esquerda.

Há que se destacar ainda as referências à crise da esquerda, que não estão apenas naquelas reportagens e entrevistas que abordam diretamente o tema. O *Brasil de Fato* publica diversas matérias sobre figuras históricas da esquerda mundial, dialogando com o objetivo de formação política e cultivo dos valores socialistas, além de procurar mapear alguns atores sociais e bandeiras de luta ainda não considerados pelos movimentos sociais: a juventude das periferias, as minorias sociais (como negros, homossexuais, mulheres, por exemplo) e a problemática da violência urbana e do tráfico de drogas, entre outros temas. Do mesmo modo, o jornal lança seu olhar sobre o Nordeste brasileiro, sobre as periferias das grandes cidades e também sobre a África, espaços quase sempre ignorados pela imprensa tradicional.

Em relação ao Governo Lula, no período que analisamos o *Brasil de Fato*, entre 2007 e 2009, foi possível perceber uma postura crítica, no sentido de tentar apontar as ambigüidades do governo federal e “puxar” as ações mais para o campo da esquerda. Temas como política econômica, reforma agrária, transposição do rio São Francisco, crimes da ditadura militar, agronegócio e relação com empresas e transnacionais aparecem como os mais condenáveis pelo jornal. Mesmo assim, em períodos em que a

oposição faz ataques ao Governo Lula, o jornal costuma se alinhar, se não à defesa do presidente, pelo menos o combate à direita brasileira (exemplos: “CPI da Petrobras: desespero do PSDB”; “A elite sai às ruas contra Lula”).

Ao detalharmos as matérias publicadas sob a subeditoria de “Movimentos Sociais” – publicadas normalmente na editoria de “Brasil” – veremos que algumas das observações acima se confirmam. Assinalamos como “Movimentos Sociais” aquelas matérias que envolvem diretamente uma mobilização, denúncia ou reivindicação de um movimento. Assim, por exemplo, se uma reportagem analisou o problema da concentração fundiária no Brasil, ela entrou no tema “Reforma Agrária”, mas se foi relato de uma ocupação do MST, entrou no tema “Movimentos Sociais”.

TABELA 2: Temas das matérias de “Movimentos Sociais”

MST/Luta pela Terra	24
Sindicatos/Centrais Sindicais	12
Movimento Estudantil	10
Plebiscito Vale do Rio Doce	9
Fórum Social Mundial	9
Movimento dos Atingidos por Barragens	9
Mobilizações conjuntas da esquerda	8
Sem teto/Moradia	4
Campanha do Petróleo	4
Professores	4
Petroleiros	3
Educação	3
Via Campesina	3
Fórum Social pelo Direito à Alimentação	3
Funcionalismo Público	2
Luta antiglobalização	2
Mulheres	2
Jovens	2
Consulta Popular	2
Fórum Social Carajás	2
Fórum Social Migrações	2
Movimento dos Trabalhadores Desempregados	1
Assembléia Popular	1
Fábricas Ocupadas	1
Contra reformas	1
Congresso da Participação Popular	1
Economia Solidária	1
Estivadores	1

PT/PSOL	1
Associação de Moradores	1
Movimento Pequenos Agricultores	1
Negros	1
Grito dos Excluídos	1
Infraero	1
Defesa de Jackson Lago	1
Partidos Comunistas	1
Faixa de Gaza	1
Policiais militares	1
Contestado (SC)	1
Multas contra movimentos	1

Na tabela, aparecem com destaque as mobilizações conjuntas realizadas por organizações de esquerda, em processo de luta unificada contra os efeitos da crise financeira, além das manifestações das centrais sindicais brasileiras, principalmente em favor da redução da jornada do trabalho. No entanto, não há quase matérias sobre operários em lutas contra o patrão – à exceção de uma reportagem sobre uma fábrica assumida por ex-empregados, uma sobre estivadores de um porto e três que retratam as mobilizações dos petroleiros da Petrobras. Os demais conflitos entre trabalhadores e empregadores se dão no contexto do funcionalismo público, em luta contra governos.

Em relação a movimento estudantil, o número de ocorrências se deve em grande medida à ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) por estudantes, fato que gerou diversas reportagens do *Brasil de Fato*. As matérias sobre o plebiscito popular da Vale do Rio Doce mostra mais uma vez a relação da pauta do jornal com as demandas imediatas dos movimentos sociais.

Como já havíamos assinalado, nota-se uma abordagem mais frequente a reivindicações cujo ponto central não é a questão econômica, como o direito à moradia e à alimentação. Os conflitos estratégicos, por território, recursos naturais e energéticos, são regularmente acompanhados pelo *Brasil de Fato*, seja nas matérias sobre as usinas hidrelétricas, o plebiscito da Vale do Rio Doce e a campanha do petróleo.

Bastante voltadas para pautas do mundo rural, o *Brasil de Fato* empreende um certo esforço para dar atenção a reivindicações minoritárias de jovens, negros, mulheres

e associações de moradores. No entanto, estes setores aparecem em menor grau nas reportagens, que priorizam fortemente o mundo rural e pouco o mundo urbano.

Além disso, chama a atenção à forte presença do Movimento Sem Terra (MST) nas pautas do jornal. Das 24 reportagens dedicadas ao movimento, quatro foram manchetes de capa: “MST se prepara para novas lutas”, “Fortalecidos para enfrentar as transnacionais e o agronegócio”, “MP gaúcho pede o fim do MST, em decisão política sem base jurídica” e “Perseguição ao MST traz de volta o velho autoritarismo”. Vale destacar que, na capa, além das manchetes, o MST aparece em pelo menos 18 fotografias estampadas na primeira página no período analisado. A forte presença do MST nas páginas do *Brasil de Fato* não deve ser explicada, ao nosso ver, apenas pelo fato de que o movimento tem maior peso na organização do jornal. Isto ocorre, também, porque o MST sintetiza o tripé necessário à refundação da esquerda (formação política, unidade e lutas sociais), sendo justamente uma das organizações que teoriza sobre a crise da esquerda e, assim, aparece mais procurando alternativas no interior do próprio movimento.

Outra pauta frequente no *Brasil de Fato*, a presença da América Latina nas páginas do jornal também revela muito de sua visão de mundo. Na tabela a seguir, aparecem os países mais abordados pelas reportagens, além daquelas que trataram de temas gerais, como integração econômica, presença dos Estados Unidos e processos de articulação política entre países.

TABELA 3: Temas das matérias de “América Latina”

Bolívia	59
Conjuntura geral	32
Venezuela	30
Paraguai	24
México	19
Colômbia	18
Cuba	17
Equador	14
Argentina	13
Haiti	11
Honduras	7
Chile	6
Peru	6
El Salvador	4

Uruguai	3
Costa Rica	2
Nicarágua	2
Guatemala	1

A maior predominância da Bolívia pode ser explicada, em parte, pelo fato de que no período analisado o jornal sempre manteve um correspondente fixo naquele país, produzindo reportagens quase semanais. No entanto, revela também a importância dada ao processo de transformação boliviana comandado por Evo Morales.

De forma geral, o *Brasil de Fato* aborda os países da América Latina de três diferentes modos, a partir do alinhamento ou não destes países ao projeto socialista. No caso, podemos verificar que existe uma abordagem aos países integrantes da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba)⁶ – Bolívia, Cuba e Venezuela, além do Equador, que não pertence oficialmente à coalizão. Por outro lado, existem aqueles países alinhados aos Estados Unidos, tendo como caso mais importante a Colômbia, mas também o México e o Peru. Por fim, há um terceiro grupo de países, por assim dizer, intermediários.

No caso dos países da Alba, nota-se o protagonismo central dos seus governantes, principalmente Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), os propulsores do “socialismo do século 21”. Com abordagem positiva, o jornal retrata estes presidentes implementando políticas sociais, atuando pela transformação do Estado, enfrentando transnacionais e o imperialismo norte-americano e em situação de conflito contra as oligarquias locais.

Já a Colômbia, e em menor grau o México e o Peru, aparecem como correia de transmissão dos interesses dos Estados Unidos na região. Aqui, a figura de Álvaro Uribe (Colômbia) aparece de forma oposta à imagem feita dos presidentes da Alba.

Por fim, naqueles países onde o alinhamento político-ideológico dos governos não é exatamente claro, é interessante notar que seus presidentes perdem relevância nas

⁶ A Alba, antiga Aliança Bolivariana para as Américas, é uma coalizão política liderada pela Venezuela que se orienta pela integração social, política, cultural e econômica dos países da América Latina e Caribe.

páginas do *Brasil de Fato*, que opta por falar das lutas sociais em curso em cada país. São retratados os processos de resistência dos movimentos sociais (como os indígenas mapuche no Chile e assembleia dos povos em Oxaca, no México) e são denunciadas as repressões contra os movimentos. Também no caso destes países, o *Brasil de Fato* alerta para a interferência dos Estados Unidos, como na assinatura de Tratados de Livre Comércio em países da América Central e tentativas de golpe de Estado (Paraguai e Honduras). Já a Argentina e o Chile merecem análises sobre a conjuntura de uma forma crítica em relação aos governos.

Em relação às matérias de Cultura, é interessante notar que elas, de certa forma, seguem à lógica das outras categorias, ou seja, são priorizadas aqueles produtos e processos artísticos que se inserem num contexto de resistência social ou que contribuem para a politização do leitor. Além disso, a página de Cultura do *Brasil de Fato* contribui no esforço de olhar para as periferias e para o nordeste brasileiro: além de reportagens que tratam dos problemas do semi-árido, principalmente aquelas que envolvem o projeto de transposição do rio São Francisco, o jornal também retrata personagens do nordeste na página de cultura.

Observando as matérias da editoria, verificamos que elas abordam os seguintes temas: expressões artísticas (teatro e música, principalmente) ligadas a movimentos sociais; arte da periferia das grandes cidades; memória de lutadores sociais e intelectuais históricos da esquerda; manifestações do folclore; crítica da indústria cultural; e resenhas e críticas de livros e filmes.

Diante de um mundo em crise, o *Brasil de Fato* lança sua “visão popular” sobre a atualidade como se estivesse elaborando um mapa de orientação para os militantes sociais e as organizações de esquerda. A crise aparece para além das referências diretas: nas bandeiras levantadas, nos temas discutidos, nos atores sociais interpelados, o *Brasil de Fato* parece apresentar um caminho possível para a esquerda sair de sua crise.

Desse modo, as pautas do *Brasil de Fato* são, na maioria das vezes, as pautas que interessam às organizações sociais. Priorizando temas politizados, constrói um mundo dividido entre “nós” e eles”, e se ocupa de questões do cotidiano, da cultura popular, da religiosidade, no sentido de sua politização. Quanto aos espaços, atores e

conflitos interpelados pelo discurso do jornal, ainda que tenhamos feito uma observação a partir apenas dos títulos, é possível perceber a predominância das questões mais estratégicas, como disputa por territórios, energia e recursos naturais, além de um esforço, incipiente, por conhecer mundos pouco abordados pela esquerda, como as periferias das grandes cidades e as minorias sociais.

5.6 As notícias no *Brasil de Fato*

A periodicidade semanal do *Brasil de Fato* explica em parte o modo como constrói as notícias e, antes, os critérios de escolha das matérias que serão publicadas. Por ser semanal, o jornal se propõe a fazer análises de temas que ocuparam a pauta da grande imprensa e também trazer reportagens e debates que interessam à linha político-editorial do jornal. O tamanho reduzido, de apenas 12 páginas, também impõe certas escolhas do que irá ou não ser publicado na edição impressa semanalmente.

No entanto, mais importante que os limites impostos pela periodicidade e pelo espaço disponível no jornal, jogam peso maior sobre os critérios de escolha das pautas a análise política feita pelas organizações, especialmente no âmbito do Conselho Editorial. Por outro lado, o *Brasil de Fato*, além de ser produzido por jornalistas profissionais possui latente um desejo de expansão hegemônica, buscando ocupar-se de “assuntos da atualidade e do interesse dos mais variados segmentos da sociedade” (SOUZA, 2002). Assim, é possível dizer que a visão política convive e concorre muitas vezes com a visão jornalística no que diz respeito à escolha, elaboração e construção das matérias no jornal. Percepção óbvia, mas que traz conseqüências ao fazer jornalístico do *Brasil de Fato*.

No jornalismo comercial tradicional, é o novo, o inusitado, o imprevisível que vira notícia. Adriano Rodrigues (1999) aponta como critérios para a noticiabilidade dos fatos o excesso, como irrupção do funcionamento anormal da norma; a falha, como defeito no funcionamento dos corpos; e a inversão no funcionamento dos corpos, exemplificada na clássica anedota sobre o homem que mordeu o cachorro. Em outras palavras, é mais provável que o fato se torne notícia quanto mais improvável for sua ocorrência.

Por isso, a notícia no mundo moderno é o negativo da razão, no sentido fotográfico deste termo. O racional é da ordem do previsível, da sucessão monótona das causas, regida por regularidades e por leis; o acontecimento é imprevisível, irrompe acidentalmente à superfície epidérmica dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo. (RODRIGUES, 1999, p. 29)

No *Brasil de Fato*, como já assinalamos neste capítulo, o critério para escolha das matérias que serão publicadas segue a lógica das organizações políticas e movimentos sociais que fazem a análise de conjuntura. Assim, vira matéria no *Brasil de Fato* aqueles temas que seguem a linha político-editorial do jornal de estimular as lutas sociais, formar politicamente a militância social, elevar o nível de consciência dos leitores, denunciar e combater os inimigos de classe, ou seja, em resumo, como expressa um documento de 2002, que sintetiza algumas orientações editoriais a serem seguidas pela publicação ainda em formação:

Na política, na economia e nos demais assuntos nacionais é preciso não apenas selecionar o que tem mais relevância e abrangência para o povo, o que interfere mais na vida das pessoas, mas sobretudo o que expressa o conflito de classes. (SOUZA, 2002)

Depois do levantamento das temáticas mais visadas pelo jornal, uma análise mais qualitativa de algumas matérias nos ajuda a compreender o modo de construção das notícias no *Brasil de Fato*. Um modo próprio de um jornal popular alternativo, que pode nos trazer algumas pistas sobre seus dilemas enquanto veículo jornalístico.

Além de verificarmos as manchetes e as temáticas das matérias das 134 edições entre 2007 e 2009, reduzimos a um *corpus* de 26 jornais, pinçados segundo a cronologia das publicações. Neste grupo mais reduzido de jornais, buscamos realizar uma análise mais detalhada de como são construídas as notícias no *Brasil de Fato*, observando alguns padrões na apresentação dos temas, nas fontes ouvidas nas matérias e nos tipos de informações trazidas, entre outros aspectos.

Assim, é possível observar um primeiro padrão, já assinalado anteriormente. No *Brasil de Fato*, os movimentos sociais denunciam, ocupam, protestam e, por fim, conquistam. Já os inimigos de classe (as transnacionais, o agronegócio, os tucanos, os Estados Unidos) agriDEM, atacam, privatizam e ameaçam.

Dentro desta lógica, talvez para referendar uma opinião dada de antemão pelo jornal, já no título da matéria, o fato é brevemente apresentado para ser explicado pelo especialista e pelo dirigente. Há casos de analistas e dirigentes, cujos nomes optamos por não citar, que aparecem duas, três e até quatro vezes ao longo das 26 edições pinçadas no período de 2007 e 2009.

Prática condenável nos jornais tradicionais, o recurso a especialistas para referendar determinada posição do veículo, é aplicada também pelo *Brasil de Fato*. Alguns exemplos encontrados no *corpus* reduzido ilustram esta situação.

Na edição 204, a reportagem “Violência no Centro, contra os pobres”, cobre uma manifestação da Pastoral do Povo da Rua pedindo a punição a guardas civis de São Paulo por ataques a moradores de rua. A reportagem não ouve os pobres, nem os guardas, nem as autoridades públicas, mas constrói sua argumentação a partir da fala de lideranças das entidades sociais.

Trata-se de uma constante no jornal: as fontes preferenciais são aquelas pessoas que lideram algum tipo de organização social, ou seja: o povo tem voz no *Brasil de Fato*, desde que seja povo organizado. A reportagem “Máquina pública pró-hidrelétricas coage funcionários e alunos”, que denuncia pressões do governo de Rondônia a funcionários para participarem de um abaixo-assinado, traz primeiramente o relato de uma pessoa “comum”, o inspetor de uma escola estadual de Rondônia. A fala da pessoa comum, porém, não aparece sozinha: precisa ser referendada ou mesmo legitimada pela liderança de movimento social ou, no caso, por um intelectual pertencente a uma organização não-governamental. O mesmo ocorre na matéria “Cinco mil marcham e conquistam vitória”, sobre uma manifestação de sem-teto em São Paulo, na edição 214. A reportagem ouve lideranças do movimento mas também pessoas que pertencem à base – ao final, porém, a matéria ruma para a explicação da estrutura da questão, com a ajuda de um especialista.

Resultado do caráter mais analítico de uma publicação semanal, a opção por explicar o mundo a partir da sua visão acaba, por vezes, incorrendo em matérias que não dão “chance” ao leitor de ter sua própria compreensão. A reportagem “Leilão ameaça

soberania da Amazônia”, na edição 274, já apresenta no primeiro parágrafo a tese sustentada pelo jornal: “O leilão da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, abre a fronteira amazônica para a construção de grandes empreendimentos energéticos na região e representa uma ameaça à soberania nacional. De acordo com o sociólogo...” Ou seja, na segunda frase já traz a voz de um especialista, que se juntará a de lideranças de movimentos sociais e outros intelectuais.

Trazendo estes exemplos, não estamos querendo dizer que o *Brasil de Fato* manipula as informações em nome de sua visão de mundo. O que questionamos é se priorizar a análise, em detrimento das informações, não incorre em uma imposição ao leitor e, ao mesmo tempo, não resulta em menor qualidade jornalística, na medida em que o jornal incorre aos mesmos vícios da chamada “grande imprensa” e repete outros cacoetes do jornalismo de esquerda. Sustentamos, e pretendemos abordar esta questão no capítulo final, que o *Brasil de Fato* pratica muitas vezes um jornalismo “parcial”, não no sentido de possuir um lado definido, mas de ver apenas uma parte da realidade, falando de si para si e ignorando a complexidade dos fatos e a diversidade de atores envolvidos.

Alguns exemplos no próprio jornal demonstram a possibilidade de se fazer jornalismo sem deixar de lado a posição política. São algumas matérias selecionadas intencionalmente de modo a demonstrar as potencialidades do *Brasil de Fato* quando se propõe a abordagens criativas e menos dogmáticas de certos temas.

A edição 325 traz dois exemplos distintos desta situação. Na página 4, a reportagem “CPI da Petrobras: desespero do PSDB” traz um assunto da semana para ser analisado pelo jornal. Ao lado, na página 5, a reportagem “Rio, uma cidade oficialmente partida” conta um fato da semana no Rio de Janeiro, com muito mais força e riqueza de detalhes.

A reportagem sobre a CPI da Petrobrás parte de um fato da semana, qual seja, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional para investigar a estatal Petrobrás. O *Brasil de Fato* ouve dois sindicalistas petroleiros para, depois de apresentar o fato, passar a afirmar que a CPI não passa de uma estratégia da oposição para atacar o Governo Lula e prejudicar a estatal, lembrando ainda as ações do

governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para privatizar a Petrobrás. Não há muita chance para o leitor, a não ser concordar ou discordar com a análise proposta.

Por outro lado, a reportagem “Rio, uma cidade oficialmente partida” começa com a mera descrição de um fato, recheado de significação. Em parceria com a prefeitura, o governo do Estado estava construindo um muro entre favelas e bairros nobres do Rio de Janeiro, com o objetivo oficial de proteger a Mata Atlântica. O texto do jornal, em vez de fazer um juízo de valor sobre o caso, opta por trazer informações: o plebiscito realizado pela Rocinha, o fato de as comunidades cercadas não terem se expandido sobre a mata nos últimos anos, além das falas de dois *rappers*, lideranças das favelas.

Em outro exemplo, duas reportagens abordam uma questão importante para o *Brasil de Fato*: o esvaziamento dos processos eleitorais como instrumentos para transformação da sociedade. E faz duas abordagens distintas, uma que peca pelo dogmatismo, não oferecendo uma leitura original e interessante, e outra que chama a atenção pelo esforço de reportagem, pela originalidade da abordagem e pelo modo como são apresentadas as informações.

A reportagem “Mito do bom administrador despolitiza processo eleitoral”, manchete da edição 287, é uma opinião do jornal, referendada pela presença de analistas políticos que colaboram com a tese. Já no primeiro parágrafo, o jornal não deixa nenhuma chance para o leitor: “O início da campanha eleitoral na televisão e nas ruas revela o recrudescimento de um quadro já existente nos últimos pleitos”. Ou seja: lendo a manchete e a primeira frase da matéria, não é preciso ler mais nada.

Uma abordagem mais criativa, sem abandonar a ideia da perda de importância das eleições no processo de transformação social, está na edição 290. Criativamente, a reportagem “Será que votar muda a vida de alguém?” publica diálogos tomados pela repórter nas ruas de São Paulo, em que o tema é o que o entrevistado pensa sobre o uso do poder do voto para mudar sua própria condição de vida. Longe de propor uma resposta “científica” por escutar a “voz do povo”, a matéria se propõe a buscar uma informação interessante, dialogando com trabalhadores e trazendo elementos ricos para um debate a ser feito pelos leitores.

As reportagens do *Brasil de Fato* ganham força e repercussão, aliás, quando trazem uma informação singular em uma denúncia, por exemplo, ou quando o repórter vai a campo. É o caso da série de reportagens sobre a transposição do rio São Francisco, para a qual o jornal enviou uma repórter e um fotógrafo para percorrerem as margens do rio e conversar com as populações que serão afetadas – e beneficiadas – pelo projeto do governo federal.

Note-se que o jornal tem uma posição clara, contrária à transposição, mas a ida a campo, o relato das histórias de vida, sem pré-conceitos em nada enfraquece a tese do jornal, pelo contrário, enriquece a questão com vozes vivas captadas pela repórter. Isso ocorre pois a pergunta à qual se propõe responder é “quais as reais necessidades do povo que vive no semi-árido brasileiro”, sem a preocupação de emitir juízo de valor, tanto é que houve lideranças municipais favoráveis ao projeto. Logicamente, traz diversas histórias de comunidades tradicionais que serão afetadas pela transposição e de gente pobre que sofre com a falta de uma política séria de combate à seca.

Por outro lado, a informação factual tem mais força que qualquer análise estrutural promovida pelos especialistas e dirigentes. Na edição 284, sob a singela manchete “Monsanto na USP; Halliburton na ANP”, o jornal traz evidências concretas da influência de duas multinacionais na Universidade de São Paulo e sobre questões estratégicas da Agência Nacional de Petróleo. As duas denúncias partem de sindicatos, mas o jornal busca evidências de sua veracidade, bem como procura as instituições públicas para as devidas explicações.

5.7 Notícia de uma tragédia no *Brasil de Fato* e na *Folha de São Paulo*

O *Brasil de Fato* elabora alguns ensaios do que seriam linguagens e narrativas alternativas, a partir de abordagens mais criativas e menos dogmáticas, como vimos acima. Há casos, porém, em que encontra dificuldades em superar a linguagem dos jornais hegemônicos que busca combater. A comparação entre duas matérias, do *Brasil de Fato* e da *Folha de São Paulo*, sobre um mesmo acontecimento – uma tragédia com duas mortes durante um ataque de seguranças particulares a um acampamento do MST – mostra as semelhanças e diferenças entre modos opostos de se fazer jornalismo.

No dia 21 de outubro de 2007, integrantes do MST ocupavam uma área experimental da multinacional Syngenta Seeds em ação de protesto contra o plantio de transgênicos no local, que seria proibido. Contratados por ruralistas ou pela própria multinacional, seguranças privados atacaram o acampamento do MST e, na troca de tiros, duas pessoas morreram – uma liderança do movimento e um segurança. A *Folha*, no dia seguinte, e o *Brasil de Fato* semanal, três dias depois, noticiaram o fato da seguinte maneira.

FOLHA DE SÃO PAULO (22/10/2007)

Confronto entre sem-terra e segurança mata 2 no PR

*Duas pessoas morreram e oito ficaram feridas durante **confronto** entre trabalhadores rurais sem-terra e seguranças na **fazenda experimental da multinacional Syngenta Seeds**, em Santa Tereza do Oeste (540 km de Curitiba-PR).*

*A fazenda -que faz experiências com material geneticamente modificado- foi **invadida** na manhã de ontem por aproximadamente 200 integrantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).*

*Entre os mortos está Valmir Mota de Oliveira, 32, conhecido como Keno, um dos principais líderes do MST na região oeste do Paraná. **O segurança Fábio Ferreira, 25, também morreu.** Segundo a PM, as duas mortes foram provocadas por disparos de arma de fogo.*

*Celso Ribeiro, um dos líderes da **invasão**, disse que os sem-terra chegaram à fazenda às 6h para "**ocupar**" a área de 127 hectares. O grupo estava acampado próximo à fazenda, que já havia sido **invadida** em março de 2006 e desocupada em julho deste ano.*

*No momento da **invasão**, oito seguranças foram expulsos pelo grupo. Por volta das 13h30, um microônibus com aproximadamente 35 seguranças chegaram à propriedade, **segundo os sem-terra.** Eles relatam que os seguranças estavam armados e chegaram atirando. O tiroteio durou cerca de 30 minutos. Em seguida, a maioria dos seguranças deixou a área.*

Keno, que estava na entrada da fazenda, foi alvejado na perna e no tórax. Ele chegou a ser socorrido com vida, mas morreu a caminho do hospital. O segurança morreu no local.

"Questão de honra"

No final da tarde, lideranças dos sem-terra entregaram à Polícia Militar um revólver calibre 38 e três cassetetes, armas que dizem ter tomado dos seguranças durante o confronto.

*O grupo que invadiu a área não pretende deixar o local. **Sem citar nomes, Ribeiro acusa ruralistas** da região que teriam apoio da multinacional pelo confronto. O governo do Estado determinou que a polícia fique de prontidão nas imediações da fazenda para evitar novos confrontos.*

"Eles vieram dispostos a matar eu e o Keno", diz o líder sem-terra. "Agora é uma questão de honra manter a área ocupada", complementa.

Em nota, a Syngenta disse que "lamenta profundamente o incidente ocorrido (...) durante nova invasão".

"A empresa está colaborando com as autoridades locais na apuração do que, de fato, ocorreu na unidade. Portanto, ainda é prematuro para uma avaliação definitiva sobre o ocorrido", afirma a nota. "A Syngenta reforça que a política global da companhia determina que não se use força ou armas para proteger suas unidades."

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, sete seguranças foram presos e autuados por formação de quadrilha, homicídio e exercício arbitrário das próprias razões, na delegacia de Cascavel.

Segundo seguranças presos, eles foram contratados por produtores rurais para expulsar os sem-terra da fazenda.

Histórico

A fazenda da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, já havia sido invadida em março de 2006 por trabalhadores rurais sem-terra ligados à Via Campesina. Desde então, é alvo de disputa judicial e política.

O governador Roberto Requião (PMDB) chegou a desapropriar a área para transformá-la numa unidade de pesquisas em agricultura.

Para justificar o decreto, o governo alegou que a fazenda está em área proibida para o plantio de sementes geneticamente modificadas. A empresa alegou que detinha autorização para realizar pesquisas na região, e a desapropriação foi anulada.

A fazenda da multinacional só foi totalmente desocupada em julho deste ano, após uma decisão da Justiça. O site da Syngenta diz que ela é "uma das líderes mundiais na área de agribusiness". O texto informa que suas vendas em 2006 foram de cerca de US\$ 8,1 bilhões.

Fazenda é alvo de disputa judicial e política

BRASIL DE FATO (24/10/2007)

Syngenta Seeds investe contra trabalhadores no Paraná

Um novo massacre atingiu os trabalhadores do campo quando, uma vez mais, a **propriedade foi colocada acima da vida**. Em Santa Tereza do Oeste (PR), na tarde do dia 21, um acampamento da Via Campesina foi atacado por uma **milícia armada**, com cerca de 40 pistoleiros. Isso aconteceu horas depois de os trabalhadores **ocuparem** o campo de **experimentos transgênicos da transnacional** suíça Syngenta Seeds.

Durante o ataque da milícia, Valmir Mota de Oliveira foi executado à queima roupa, com dois tiros. Conhecido como Keno, o militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina tinha 34 anos. Outros cinco trabalhadores foram feridos: Gentil Couto Viera, Jonas Gomes de Queiroz, Domingos Barretos e Hudson Cardin. A sem-terra Izabel Nascimento de Souza, atingida por três tiros e espancada pelos seguranças privados, encontra-se hospitalizada em estado grave. Um dos **paramilitares** foi morto e a **polícia investiga a causa da sua morte**.

Ao ocupar a área no amanhecer do dia 21, os trabalhadores sem terra espantaram os quatro seguranças presentes no local com fogos de artifício. Por volta de 150 famílias levantaram acampamento e a ocupação da área se repetia. A **primeira ocupação** do campo experimental da Syngenta aconteceu em março de 2006 com o intuito de denunciar o cultivo ilegal de sementes de milho e soja transgênicos dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu.

Depois de os quatro seguranças que estavam no local terem fugido, suas armas foram apreendidas pelos membros da Via Campesina de modo a serem entregues à polícia. Porém, sem que o Judiciário tivesse se manifestado, um ônibus retornou carregado de 40 **pistoleiros armados**.

Os milicianos usavam o colete da NF Segurança, empresa que executou a ação, contratada oficialmente pela Syngenta. Em nota, a Via Campesina denuncia a relação entre a **milícia armada** e a **Sociedade Rural da Região Oeste (SRO)** e o **Movimento dos Produtores Rurais (MPR)**, que são respectivamente os braços político e militar do agronegócio, comandados pelo latifundiário Alessandro Meneghel. Já faz seis meses que as duas organizações, ao lado da transnacional Syngenta, vêm ameaçando de morte dirigentes do MST, como Valmir Mota.

"Keno havia sido ameaçado, os seguranças sabiam bem quem eram as pessoas que eles queriam matar", comenta um advogado da organização Terra de Direitos. "O MPR arrecada dinheiro para contratar milícias para despejos. O primeiro ato foi em abril deste ano e os mesmos milicianos que participaram naquela época foram reconhecidos atuando na Syngenta", denuncia.

No Paraná, existe um contexto de repressão por parte de grupos privados, no campo e na cidade. Em 2006, o Estado computou 91 casos de violência apenas no campo, afetando milhares de pessoas, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A situação das milícias no campo já havia sido denunciada em uma audiência pública, realizada no dia 18.

A Via Campesina manifesta-se pela punição dos responsáveis pelos crimes, pede a desarticulação da milícia armada na região e o fechamento da empresa de segurança NF. Existem suspeitas de que a empresa é de fachada e que, na hora das operações, são contratados mais seguranças de forma ilegal. Segundo nota veiculada na página eletrônica do MST, "em setembro de 2007, a Polícia Federal fez uma operação na empresa de segurança NF Segurança. A diretora da empresa – Maria Ivanete Campos de

Freitas – foi presa e seu proprietário fugiu. A munição e as armas utilizadas pela empresa eram ilegais. Foi instaurado um inquérito policial (IPL 383/07) para apurar os fatos”.

A Via Campesina também pede segurança e proteção das vidas dos dirigentes e trabalhadores da entidade na região.

Cronologia do embate contra a transnacional

A luta do acampamento Terra Livre é para que a área de experimentos ilegais de transgênicos da Syngenta seja transformada em um Centro de Agroecologia e de reprodução de sementes crioulas para a agricultura familiar e a reforma agrária.

Na opinião de Roberto Baggio, da coordenação estadual da Via Campesina, o acampamento Terra Livre tem um caráter simbólico, pela resistência ao agronegócio internacional vinculado à burguesia regional, representada pela SRO.

8 de março de 2006. O Ibama encontra soja e milho transgênico em 14 áreas dentre as 18 denunciadas na região do Parque Nacional do Iguaçu.

14 de março de 2006. Área de experimentos da Syngenta é ocupada por cerca de 600 integrantes da Via Campesina.

16 de março de 2006. A Syngenta consegue na Justiça a reintegração de posse da área.

21 de março de 2006. A transnacional é multada pelo Ibama em R\$ 1 milhão por crime grave contra a biossegurança, ao plantar milho e soja transgênicos na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu.

Outubro de 2006. O Poder Judiciário local determina a desocupação da área e o pagamento de multa de R\$ 50 mil ao Estado do Paraná por cada dia de descumprimento, caso o governador não fizesse o despejo.

31 de outubro de 2006. O governo federal edita uma medida provisória feita especialmente para a transnacional Syngenta. A nova legislação determina que as zonas de amortecimento (perímetro que circunda unidades de conservação ambiental) sejam definidas caso a caso. Antes, o raio fixo era de 10 quilômetros.

13 de novembro de 2006. O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), anuncia a desapropriação por interesse público da área de 127 hectares da transnacional suíça.

Fevereiro de 2007. O Judiciário do Paraná suspende a desapropriação da área, de 127 hectares. A partir daí, iniciou-se um embate entre o governo do Estado e o Judiciário, que buscava cumprir a reintegração de posse. Os acampados da Via Campesina chegaram a deixar uma vez a área, para retornar novamente.

Julho de 2007. Os membros da Via Campesina deixam o acampamento e se deslocam para o assentamento Olga Benário, próximo à propriedade da Syngenta.

Keno, 17 anos de militância, 34 de vida

Um brigadista do MST, responsável por tarefas de articulação e formação do movimento, dedicado em tempo integral para isso. Essa é a definição de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, de acordo com o coordenador estadual da Via Campesina no Paraná, Roberto Baggio.

Keno tinha 34 anos, três filhos e militava no MST desde os 17. Teve importância na construção do movimento no Estado. Em 1994, foi para Brasília, onde ajudou a organizar o movimento no entorno da capital. Baggio, ao falar de Keno, ressalta o seu ânimo, competência e firmeza na luta. Depois da experiência em Brasília, ele regressou para o Paraná.

O militante do MST e da Via Campesina vinha recebendo ameaças. No dia 21, elas se cumpriram e Keno foi executado por pistoleiros de uma milícia armada, com dois tiros no peito, no acampamento Terra Livre, na área de experimentos ilegais da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste (PR).

Histórico da repressão no Norte do Paraná

No mês de novembro de 2006, em Cascavel (PR), durante a Jornada de Educação organizada pelo MST, uma marcha foi realizada até a fazenda experimental da Syngenta Seeds, defendendo a educação e a biodiversidade. Os manifestantes foram parados em um bloqueio feito pela Sociedade Rural do Oeste, onde os integrantes, liderados pelo presidente Alessandro Meneghel, impediam a passagem com pedaços de pau, barras de ferro e armas de fogo.

No dia 25 de abril, um grupo de ruralistas da região oeste do Paraná, comandados pelo Meneghel, criou o Movimento dos Produtores Rurais (MPR). De acordo com declarações de seus membros à imprensa, o MPR tem o objetivo de patrocinar milícias privadas contra os trabalhadores rurais sem terra e promover ações de desocupações ilegais em áreas ocupadas pelos trabalhadores.

Como informa documento da Terra de Direitos, o grande contrasenso do MPR é: embora criado para “contratar empresas de segurança para proteger as propriedades”, sua função, na realidade, é patrocinar milícias para promover despejos ilegais, “o que caracteriza crime e é inconstitucional”.

O primeiro atentado do MPR ocorreu ainda no final de abril, quando um grupo de “seguranças” contratados pela entidade ruralista promoveu ilegalmente a desocupação da fazenda Gasparetto, em Lindoeste, deixando vários feridos. A área estava ocupada por aproximadamente 60 famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

Apesar de não termos condições nem pretensões de realizar uma análise mais aprofundada entre as duas matérias, a observação delas nos permite perceber que o *Brasil de Fato* recorre também a fórmulas próprias do jornalismo hegemônico, porém, dando um significado contrário aos fatos a partir de outras palavras-chave que organizam seu discurso.

Enquanto a *Folha de São Paulo* parece tentar naturalizar e despolitizar os fatos, como se a questão fosse saber quem deu o primeiro tiro, o *Brasil de Fato* já dá de antemão a sua análise dos fatos. Se a *Folha de São Paulo* fala em “confronto”, o *Brasil de Fato* diz que é “massacre”. A “invasão” no jornal de referência é “ocupação” no jornal popular alternativo. Os “seguranças” são denominados “paramilitares”, “milícia” e “pistoleiros”. Os “ruralistas” na *Folha* recebem nomes no *Brasil de Fato*: “Sociedade Rural do Oeste”, “Movimento dos Produtores Rurais”, “Alessandro Meneghel”.

Apesar de se diferenciarem no que toca ao significado dado aos fatos narrados, ambas as matérias se assemelham em suas estruturas. Ambas se baseiam em relatos de testemunhas, uma vez que no momento do acontecimento só estavam seguranças e sem terra. E assim constroem uma narrativa que constrói argumentos no sentido de afirmar ou negar a “razão” aos lados envolvidos na questão.

Para a *Folha de São Paulo*, um dos sem terra, “sem citar nomes”, “acusa” ruralistas da região. Além disso, os sem terra “dizem ter” tomado armas dos seguranças e entregado à polícia. E questiona a alegação de que, na “fazenda experimental da multinacional”, se estivesse plantando sementes geneticamente unificadas de forma ilegal, ao dizer que “para justificar o decreto, o governo alegou”.

Tentando contrapor o jornalismo hegemônico – pois promete contar um Brasil “de fato”, ou seja, não de mentira – o *Brasil de Fato* segue a característica da imprensa popular alternativa de buscar revelar as estruturas por trás dos acontecimentos. “Um novo massacre atingiu os trabalhadores do campo quando, uma vez mais, a propriedade foi colocada acima da vida”, diz o jornal já na primeira frase do texto, que segue com um relato do que ocorreu no dia 21 de outubro de 2007 e passa a descrever o histórico da repressão dos ruralistas na região Norte do Paraná e os crimes praticados pela multinacional.

Ao assumir uma posição e afirmá-la desde a primeira linha, o *Brasil de Fato* acaba desconsiderando a complexidade do fato ocorrido, reduzindo-a em função da necessidade de fazer a explicação política.

5.8 O leitor do *Brasil de Fato*

Uma das explicações, mas certamente não a única, para as opções editoriais do *Brasil de Fato*, pode ser encontrada na aparente indefinição quanto ao seu público leitor. A partir de nossas observações, é possível observar uma oscilação no tom das matérias a partir do público imaginado, sejam eles militantes sociais ou leitores comuns.

Nos editoriais, o *Brasil de Fato* deixa claro para quem está se dirigindo: o leitor é o militante de movimento social, partido ou sindicato, ou ainda, aquelas pessoas com ideias de esquerda mas que não militam organicamente em nenhuma organização.

No entanto, os movimentos sociais apenas se farão ouvir se lograrem uma maior unidade das forças populares e progressistas e realmente conseguirem colocar o povo nas ruas com jornadas nacionais de lutas. Os desafios são grandes. Por isso mesmo, há sim perspectivas de grandes vitórias em 2009. (BRASIL DE FATO, 2009b)

De fato, na maior parte das matérias fica evidente que o leitor imaginado pelo *Brasil de Fato* é composto por pessoas mais ou menos iniciadas nas questões importantes da esquerda brasileira. No entanto, existem marcas que nos permitem identificar uma certa confusão do próprio jornal sobre quem seria seu público leitor. Matérias tituladas como “Leilão ameaça soberania da Amazônia”, “Privatização do Metrô: tragédia anunciada” e “A elite sai às ruas contra Lula”, desempenham o papel de “afinar” o discurso da esquerda e “convencer” os não iniciados na justeza das afirmações do jornal. Do mesmo modo, há ocasiões em que o *Brasil de Fato* dá a impressão de estar se dirigindo aos integrantes da classe dominante, talvez buscando demonstrar que “eles” estão errados e “nós”, certos.

Na entrevista realizada com o editor Nilton Viana (2008), ele revela uma mudança no público alvo do jornal no decorrer do tempo desde sua fundação. Em um primeiro momento, o *Brasil de Fato* mirou no eleitor de Lula como seu leitor possível. Com o tempo, foi percebendo que a conjuntura não era tão favorável a transformações e que o voto em Lula foi menos ideológico e mais baseado no carisma do presidente e no desgaste dos governos neoliberais. A decepção com Lula e as crises pelas quais o governo passou trouxeram dificuldades ao jornal.

Primeiro, colocamos que não seríamos correia de transmissão do governo federal e, ao mesmo tempo, não faríamos oposição meramente por fazer oposição. Não era papel do jornal ser situação ou oposição. [...] E, como foi se caracterizando como um governo que atendia muito mais aos interesses das elites, o jornal foi fazendo muito mais a crítica ao governo. Então, a gente recebia muitas cartas dos leitores. Uns dizendo que quem tinha amigos como nós não precisava de inimigos, que batíamos muito no governo. Por outro lado, outros escreviam para nós dizendo que estávamos sendo muito pelegos. (VIANA, 2008)

Para o editor-chefe do *Brasil de Fato*, o leitor médio do jornal é a pessoa “progressista”, não necessariamente pertencente a uma organização.

Nosso leitor hoje, nosso assinante, não são militantes organizados, de partidos, sindicatos. São pessoas de esquerda, mas não organicamente. São progressistas. O que é um pouco da primeira concepção que a gente tinha. Advogados, professores, profissionais liberais, que não estão necessariamente ligados a um partido. (VIANA, 2008)

Dados do *Brasil de Fato* corroboram a afirmação de Nilton Viana. Na lista de assinantes discriminados de acordo com a profissão informada nas fichas de assinatura, do total de 3101 assinantes, elencamos os mais significativos numericamente.

TABELA 4: Perfil dos assinantes do *Brasil de Fato*

ENTIDADES	687
PROFESSOR (A)	621
NÃO DEFINIDO	464
ESTUDANTE	210
JORNALISTA	122
SINDICATO	77
MILITANTE	74
RELIGIOSO	74
FUNC. PÚBLICO	66
ADVOGADO (A)	54
APOSENTADO (A)	50
ASSISTENTE SOCIAL	41
ENGENHEIRO (A)	39
MÉDICO (A)	33
BANCÁRIO	32
TECNÓLOGO (A)	30
ADMINISTRADOR (A)	29
SOCIÓLOGO (A)	26
ECONOMISTA	22
PETROLEIRO (A)	20
ARQUITETO (A)	16
ANALISTA	15
OPERADOR	11
AGRICULTOR (A)	10
ASSESSOR (A)	10
ENFERMEIRO (A)	10
SINDICALISTA	10

Fonte: Administrativo do *Brasil de Fato*, em dezembro de 2009.

Percebe-se que o jornal é enviado para entidades, sindicatos e “militantes”, mas tem nos profissionais liberais a maior parte de seu quadro de assinantes. Logicamente, parte considerável deles tem alguma relação com movimento social. Mirando este tipo de leitor, que varia entre o militante e o simpatizante, o jornal utiliza uma linguagem que busca, de um lado, “afinar” e qualificar os discursos da esquerda, e, de outro, convencer o público da justeza das reivindicações.

A questão que fica é se a linguagem do *Brasil de Fato* não se situa em um meio termo que, em vez de torná-la mais abrangente, provoca uma redução na qualidade dos textos. Há que se considerar, ainda, a vocação originária de veículo massivo, mesmo que não tenha se concretizado ao longo dos sete anos. Assim, ao tentar falar para o militante político, para o simpatizante e até mesmo para as massas, os textos do jornal incorrem numa linguagem mais pedagógica – doutrinária, talvez, seja forte demais – no sentido de que busca suprir de argumentos os militantes, convencer os simpatizantes e esclarecer as massas.

TABELA 5: Distribuição de assinantes por Estados:

SUL	
RS	279
SC	124
PR	160
TOTAL	563
SUDESTE	
SP	1182
MG	243
RJ	312
ES	53
TOTAL	1790
CENTRO-OESTE	
MS	17
MT	23
GO	39
DF	62
TOTAL	141
NORDESTE	
BA	98
SE	37
AL	65
PE	43
PB	32
RN	28
CE	138
PI	10
MA	34
TOTAL	485
NORTE	
TO	5
AM	14
PA	51

AP	1
RR	1
RO	41
AC	3
TOTAL	116
Internacional	6

Fonte: Administrativo do *Brasil de Fato*, em dezembro de 2009.

Apesar de alcançar todas as regiões do Brasil, o jornal ainda padece do vício dos demais jornais produzidos no centro do país, ou seja, uma pauta muito voltada às questões de São Paulo e do Rio de Janeiro. São comuns, no *Brasil de Fato*, matérias relacionadas às gestões de Gilberto Kassab (DEM) à frente da prefeitura de São Paulo e de José Serra (PSDB) no governo do Estado. Além disso, há uma atenção do jornal para as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo assim, há que se apontar que o *Brasil de Fato* tem como proposta um olhar diferenciado para o nordeste e o norte brasileiro, sendo a Amazônia, o semi-árido nordestino e a cultura popular destas regiões abordadas com certa frequência pelo semanário.

5.9 O *Brasil de Fato* enfrenta sua própria crise

Criado com o objetivo de reaglutinar uma esquerda em crise, o próprio *Brasil de Fato* sofreu os efeitos desta crise na esquerda, seja na falta de apoio das organizações sociais, seja nos dilemas relacionados à conjuntura política que resultaram em divergências quanto ao posicionamento do jornal.

O primeiro aspecto da crise do *Brasil de Fato* diz respeito às dificuldades financeiras que fizeram o jornal quase fechar as portas em 2006. Em março daquele ano, o comitê dirigente divulgou um “Informe da situação do jornal *Brasil de Fato*” dando ciência de que o jornal havia fechado 2005 no vermelho. A análise era de que, além de um contexto político adverso a uma publicação de esquerda massiva, o jornal ainda sofria com problemas administrativos e operacionais, fruto talvez das dificuldades históricas de a esquerda gerenciar um jornal.

A crise interna do *Brasil de Fato* tem a ver com a crise da esquerda, na avaliação dos próprios responsáveis pelo jornal. Ao final do primeiro ano de jornal em 2003, o Conselho Político avaliava que o jornal já havia se tornado referência para a esquerda

brasileira, porém não conseguia avançar por diferentes motivos, da falta de dinheiro das organizações e dos militantes, passando pela presença muito forte do MST na organização e na pauta, até uma crise ideológica da esquerda que resultaria inclusive na incapacidade dos militantes sociais buscarem informações.

O que impressiona é que a crise política da militância social e partidária é tão grande, que há um baixo nível geral de leitura de qualquer jornal, de qualquer livro, e isso reflete no nosso jornal também. Perdeu-se o costume da leitura diária, do debate de idéias, do confronto ideológico. (BRASIL DE FATO, 2003c)

Para não fechar as portas, o jornal reduz o número de páginas e diminui a equipe de jornalistas, além de outras providências de ordem financeira e administrativa. Assim, o jornal consegue se manter, em condições precárias e bem abaixo da expectativa inicial de se tornar um jornal diário. No balanço realizado em 2006, três anos depois de sua fundação, portanto, o Conselho Político volta a apontar na crise da esquerda uma das razões para o *Brasil de Fato* não haver se ampliado.

Não tivemos o reascenso do movimento de massas; os movimentos sociais não compreenderam a natureza do projeto e não deram o apoio e respaldo necessário, em especial para sua utilização como veículo de suas notícias e como formador. Ou seja, o jornal não conseguiu cumprir papel de propagandista e de formador, como se queria. Mantivemos uma linha plural, mas não foi suficiente para construir unidade. (BRASIL DE FATO, 2006a)

Em razão do alto custo financeiro para se manter um impresso com circulação nacional e do baixo número de assinaturas, se decide por colocar mais peso nas ações na internet, melhorando a cobertura da *Agência Brasil de Fato*, ampliando o número de endereços cadastrados no boletim eletrônico enviado semanalmente por e-mail, entre outras ações.

Já no final de 2009, as orientações expressas no documento de balanço do ano se voltam mais uma vez à internet. De fato, a *Agência Brasil de Fato* adquire maior importância na estratégia, tendo sua página reformulada em 2009. Em tempo: decidimos por não estender nossa análise para os conteúdos editoriais da página na internet, a fim de delimitarmos um *corpus* de análise mas também porque, em linhas gerais, eles não diferem do que é publicado no impresso, a não ser o caráter mais factual das matérias, em razão da temporalidade da internet.

Para João Pedro Stedile, a manutenção do jornal em pé até hoje é uma vitória. Além disso, a expansão do *Brasil de Fato* na internet garantiria sua maior penetração na sociedade, desempenhando assim um de seus objetivos expressos no projeto editorial. Transparece também, em sua fala, a noção de que o fetiche da esquerda pelo jornal vai perdendo espaço na medida em que se vai conhecendo as potencialidades da internet.

O balanço é de que conseguimos resistir. E termos conseguido sobreviver, durante sete anos, em condições tão adversas, de um jornal ser mantido apenas de forma militante, já é uma vitória por si só. Muitos apoiadores, mesmo os mais idealistas, não acreditavam que sobrevivêssemos ao primeiro ano. Por outro lado, passamos a dar mais importância à internet. O boletim semanal eletrônico, vai para mais de cem mil destinatários. Temos uma página na internet acessada por formadores de opinião. Temos a agência de notícias para rádios, que tem uma abrangência mais de massa. Acho que estamos cumprindo, modestamente, o papel de ser um referente para um setor da militância social, que tem onde buscar notícias e análises, na perspectiva da esquerda. (STEDILE, 2009)

Um outro aspecto da crise vivida pelo *Brasil de Fato* também diz respeito à crise da esquerda, no caso específico das divisões geradas quanto ao posicionamento em relação ao Governo Lula. Estas divisões na esquerda se acentuaram após o chamado “escândalo do mensalão”, entre 2005 e 2006, com denúncias de pagamento de propina a deputados que envolveriam o alto escalão do governo federal. O editor-chefe Nilton Viana (2008) relata que o jornal optou por um posicionamento crítico, mas sem cair no “moralismo”, o que lhe causou problemas na medida em que os setores de esquerda não teriam compreendido a postura do jornal. Problemas deste tipo geram dificuldades ao jornal, ainda que os mais difíceis de enfrentar sejam mesmo os financeiros.

Vou citar um exemplo em que isso se expressou, nos nossos momentos cruciais: a crise grave do Governo Lula, de corrupção. Por mais que toda a esquerda tenhamos a concepção de que é corrupção, tem que ser apurado, os responsáveis têm que ser punidos, essa coisa meio moral, mas ideologicamente a forma de cobrir esses escândalos, para nós, era uma dificuldade, porque até mesmo esse espectro da esquerda não sabia como cobrar ou se posicionar politicamente. Porque é um governo de esquerda, que acabou gerando um problema político para nós que é difícil. Então, em determinado momento o problema político é complicado, mas fundamentalmente, do ponto de vista estrutural, para manter o produto jornal, é o financeiro. (VIANA, 2008).

A divergência sobre o posicionamento em relação ao Governo Lula gerou inclusive um pedido de desligamento público, em 2006, do ex-editor e na época colaborador do jornal, José Arbex Jr. Para o jornalista, o *Brasil de Fato* havia acertado

na tese de que o governo estava em disputa no seu início, mas em 2006, em meio às eleições presidenciais, era inaceitável apoiar Lula, mesmo que fosse “menos pior” que seu opositor Geraldo Alckmin, candidato pelo PSDB.

Para Arbex, apoiar Lula declaradamente, como fez o *Brasil de Fato* ao lançar um caderno especial de apoio à reeleição do presidente, era um suicídio político.

[...] sequer é o caso de propor o voto no "menos pior", por uma razão muito simples e trágica: o preço que teremos que pagar por essa proposta. Governos de colaboração de classe são, historicamente, a ante-sala do fascismo. [...] Pedir o voto em Lula, em 2006, é manter as ilusões no mais espetacular e eficaz governo de colaboração de classe instituído na América Latina contemporânea. É um ato de suicídio político. (ARBEX, 2006)

Arbex segue, no entanto, participando das reuniões do Conselho Editorial do *Brasil de Fato*. A divergência sobre a questão expõe com muita clareza as formas pelas quais a crise da esquerda se abate sobre um jornal popular alternativo, já que as diferentes correntes de esquerda se dividem em razão dos posicionamentos conflitantes sobre o Governo Lula, o que resulta em menos comprometimento com o projeto de um jornal que se propõe a ser plural no campo da esquerda.

Essa fragmentação da esquerda, essa apatia da militância, a desilusão que criou no povo de esquerda, a decepção que o governo criou, tudo são fatores que influenciam no engajamento com o jornal, na disposição de luta das pessoas. Influenciou na organização da esquerda como um espectro que pudesse juntar e fazer os debates políticos efervescentes, tudo isso. Cada um desses elementos determina, e para nós está sendo crucial. Por isso que concluímos que o *Brasil de Fato* está num momento de resistência, nós temos que resistir, porque é um período delicado para a esquerda, de conjuntura política. E como o jornal é político, ele vai sofrer nesta conjuntura delicada para a esquerda. (VIANA, 2008)

Entre crise ideológicas e financeiras, chama a atenção a longevidade do *Brasil de Fato*, que apesar das dificuldades mantém-se em funcionamento regular desde 2003, sem interrupções. Na comparação com as demais experiências do campo da esquerda no período da ditadura militar, o *Brasil de Fato* consegue ser mais duradouro, apesar da dispersão das organizações de esquerda nestes tempos de crise. Para Hamilton de Souza (2009), um dos motivos está na liderança do MST frente ao projeto.

O que sustenta o jornal política e financeiramente é a força do MST e dos movimentos que se identificam com o MST. As outras correntes de esquerda não promovem o *Brasil de Fato*. O que garante a

durabilidade da proposta é que o *Brasil de Fato* mantém o espírito da luta anticapitalista e antiimperialista, o jornal representa o espaço dos que não aderiram ao neoliberalismo e à conciliação com as forças do capital. O que dá vida ao *Brasil de Fato* é o seu papel de trincheira da resistência. (SOUZA, 2009)

6. Considerações finais

Quando iniciamos este projeto de dissertação, tínhamos como objetivo geral para a nossa pesquisa buscar compreender o lugar da imprensa popular alternativa nestes tempos de crise, a partir da análise do jornal *Brasil de Fato* na sua relação com um contexto adverso para os projetos de transformação social. Sem a pretensão de tentar solucionar os problemas históricos enfrentados pela imprensa popular alternativa, nossa intenção era refletir sobre os dilemas e desafios impostos a este tipo de jornalismo num momento histórico em que, aparentemente, ele se mostra inviável.

O que podemos afirmar, em linhas gerais, depois de concluído este primeiro esforço de pesquisa, é que os “tempos de crise” não resultam simplesmente em dificuldades materiais e estruturais para o jornalismo popular alternativo, no caso específico do *Brasil de Fato*. Os diferentes fatores que compõem isto que chamamos de tempos de crise atravessam o jornal de forma profunda, tanto que se tornam objeto de sua reflexão no sentido compreendê-los e buscar alternativas. Mais do que isso, eles se refletem nas dificuldades em se encontrar um modo próprio de falar. Se a imprensa alternativa que fez a resistência ao regime militar no Brasil consagrou determinado modo de dizer as coisas muito próprio daquela época, o *Brasil de Fato* parece enfrentar um dilema, na medida em que dialoga tanto com a tradição de se fazer jornalismo desde uma perspectiva contra-hegemônica como com as formas hegemônicas de jornalismo, ambiguidade que se reflete no modo de narrar os tempos de crise.

6.1 *Brasil de Fato*: um jornal popular alternativo em tempos de crise

Os trabalhos acadêmicos sobre a imprensa alternativa no período da ditadura militar e sobre a comunicação popular no período da redemocratização política no Brasil, que trouxemos em nossa revisão bibliográfica a fim de aprofundarmos os conceitos sobre o jornalismo popular alternativo, identificam fases do jornalismo e da comunicação contra-hegemônica de acordo com a capacidade de articulação das forças sociais. Se em cada período histórico era possível evidenciar determinadas características da comunicação de resistência, permanecia por outro lado uma inquietação quando ao futuro da imprensa alternativa naquele tempo em que já se anunciava um período de crise da esquerda, representada pela queda do Muro de Berlim

em 1989 e pela derrota do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais brasileiras daquele ano.

O *Brasil de Fato* nasce ainda neste período histórico de derrota dos projetos de transformação social protagonizados pelas classes populares. O objetivo de sua criação é, justamente, o de contribuir para o processo de reorganização de uma esquerda que se vê fragmentada, afastada da realidade concreta do povo e sem capacidade de elaborar e articular um projeto estratégico de sociedade.

Neste sentido, o próprio jornal identifica aspectos destes tempos de crise e procura enfrentá-los com as ferramentas que possui. Mas sofre os efeitos da crise e é atravessado por ela de diferentes maneiras.

Sintoma mais evidente da crise, o *Brasil de Fato* é afetado pela falta de recursos e de apoio junto ao amplo setor da esquerda brasileira, o que faz assumir determinadas características que o afastam, inclusive, do projeto original de sua fundação. Criado em 2003 na perspectiva de se tornar massivo e diário, dialogando pelo menos com as parcelas progressistas da população, mas com grandes pretensões de expansão, o *Brasil de Fato* mantém, em 2010, uma postura de resistência, reduzido em sua capacidade de intervenção e voltando-se mais para o debate entre a esquerda, ainda que sua linguagem expresse, muitas vezes, o desejo de falar a parcelas mais amplas da sociedade. Mesmo buscando ser um espaço de reflexão de diferentes movimentos, partidos e intelectuais de esquerda, o jornal tem pouca vida orgânica o sustentando, como evidenciado no fim dos comitês de apoio nos estados.

A crise que lhe confere determinadas características também se torna objeto de seu discurso. Por um lado, o jornal elabora diretamente sobre a natureza da crise e suas alternativas, momentos nos quais conclama as organizações sociais a recuperarem práticas históricas da esquerda – formação política, trabalho de base e lutas sociais. Muitas vezes, em razão da imediatividade dos fatos, o jornal cumpre o papel de fazer a primeira análise da conjuntura, modificando-a com o decorrer das semanas, o que chega a provocar certa confusão quanto às posturas do jornal em relação a determinados temas. Por outro, o *Brasil de Fato* busca compreender as causas da crise financeira

desencadeada em 2008, participando da disputa política quanto às propostas de superação.

Para além das referências diretas aos tempos de crise, o jornal também tenta promover uma “agenda mínima” para a esquerda brasileira na medida em que reflete, em suas páginas, aquelas temáticas e bandeiras que seriam prioritárias para a retomada das lutas sociais, elaborando um mapa de ação para as organizações sociais. No entanto, apesar de o movimento político pregar a necessidade de diálogo com novos atores sociais, o jornal parece ainda atrelado a temáticas tradicionais da esquerda, o que talvez seja resultado da incapacidade da própria esquerda em dialogar com as parcelas marginalizadas da sociedade.

Na tensão entre sua vocação massiva e o recuo para uma postura de resistência, o jornal parece não definir exatamente o tipo de público para o qual se dirige. Assim, acaba adotando uma linguagem ambígua, ora parecendo voltar-se para públicos iniciados nas questões da esquerda, ora buscando “convencer” outros setores e até mesmo reafirmando determinadas posições diante de seus opositores. Uma indefinição que também é sintoma dos tempos de crise, na medida em que o jornal popular alternativo parece não ter encontrado a linguagem necessária para os novos desafios que lhe são impostos.

O *Brasil de Fato* é um herdeiro legítimo da tradição pela qual a esquerda historicamente lidou com a imprensa. Nesta tradição, o jornal é tomado como um instrumento por meio do qual as lideranças políticas fazem as denúncias e interpretam os acontecimentos do mundo no sentido de elevar o nível de consciência da população. E os textos do *Brasil de Fato* parecem ser muitas vezes destinados a equalizar os argumentos da esquerda sobre a conjuntura política, repetindo o que já é de conhecimento da vanguarda e recorrendo a uma linguagem que flerta com o autoritarismo no sentido de que impõe a sua verdade sobre os acontecimentos. E se a própria esquerda se diz em crise, deveria dar-se conta de que a mesma crise também afeta este modo tradicional de se fazer jornalismo.

De outra parte, ao mesmo tempo em que bebe nesta tradição, o *Brasil de Fato* é um jornal nascido e criado no século 21 e, assim, possui marcas muito fortes dos modos

de fazer e dos modos de dizer do jornalismo moderno. Gestado em uma sociedade hegemônica por lógicas midiáticas, o *Brasil de Fato* busca também adotar uma cara que possa ser considerada “normal” pelo público leitor, dialogando com as práticas e linguagens do jornalismo convencional. Essa ambigüidade no modo de se fazer jornalismo desde uma perspectiva contra-hegemônica expressa, ao nosso ver, uma das facetas destes tempos de crise.

6.2 Da parcialidade do jornalismo e do jornalismo parcial

No início deste texto de dissertação, ao apresentarmos nossa visão sobre a natureza do conhecimento proporcionado pelo jornalismo, afirmamos que a impossibilidade de objetividade no jornalismo não pode ser encarada como uma limitação da atividade. Pelo contrário, resguarda justamente a riqueza de todo processo de produção de conhecimento, na medida em que a apreensão da realidade só se dá na relação dos sujeitos com os objetos.

No entanto, a ideologia liberal da imprensa carrega consigo um preconceito em relação ao jornalismo popular alternativo, como se o posicionamento político diante dos fatos representasse menor qualidade e credibilidade no trato com as informações. Por esta ideologia, que orienta fortemente a percepção da sociedade sobre a atividade, somente o jornalismo “imparcial” seria digno de confiabilidade. E assim, ocultam-se interesses da classe dominante em nome do uso de técnicas jornalísticas que acabam por naturalizar o modo de funcionamento da sociedade.

No entanto, ao tentar contrapor a chamada “imprensa burguesa”, a imprensa popular alternativa igualmente submete as potencialidades do jornalismo à sua visão de mundo, recolhendo-se ao campo restrito dos interesses das organizações sociais. Por isso sustentamos que o *Brasil de Fato* empreende um jornalismo parcial, não no sentido de possuir um lado, mas de levar em consideração apenas uma parte da vida em sociedade.

a) Os temas abordados nas reportagens, colunas e editoriais estão de acordo, em sua maioria, com o horizonte imediato e estratégico dos movimentos sociais. Logicamente, as limitações de ordem estrutural o impeliram, ao longo dos anos, a

voltar-se para o público mais específico de militantes sociais e interessados em geral nas questões da esquerda brasileira. Porém, se o jornal possui uma pretensão de expandir-se hegemonicamente, como de fato possui, sua linguagem não detém a capacidade de dialogar com os diferentes setores da sociedade e pode encontrar dificuldade até mesmo para dialogar com os setores próximos à linguagem do jornal.

b) Ao falar somente do que interessa à esquerda, o *Brasil de Fato* promove uma visão dicotômica do mundo, dividido em “nós” e “eles”, e sujeitando os fatos à sua análise política sem deixar margem para a autonomia do leitor. Por outro lado, ao abordar determinado fato, o jornal acaba limitando-se à visão da esquerda sobre este fato, não levando em consideração a diversidade de atores envolvidos, as questões em jogo e a complexidade das contradições colocadas.

c) O jornal reduz seu campo de ação ao horizonte das ações dos movimentos sociais, ignorando os diferentes aspectos da vida em sociedade. Ao interpelar prioritariamente as questões e sujeitos sociais politizados ou politizáveis, o *Brasil de Fato* deixa de lado temas do cotidiano que dizem respeito à vida das pessoas que também são espaços onde ocorrem formas de opressão e exclusão.

d) O *Brasil de Fato* mantém como característica a opção pela análise em detrimento dos relatos, em outras palavras, busca revelar as estruturas e relações de poder por trás dos fatos. Nitidamente, está comprovando sua vinculação à tradição histórica do jornalismo praticado pela esquerda, segundo a qual caberia à vanguarda das organizações políticas o papel de esclarecer e conscientizar as massas ignorantes.

O jornalismo contemporâneo é uma forma de conhecimento que nos proporciona relatos sobre a atualidade. E a atualidade é feita não apenas de conflitos econômicos entre dominantes e dominados. No entanto, o jornalismo popular alternativo parece não querer ou não conseguir abordar os aspectos da realidade que não sejam estritamente politizados ou politizáveis, como o cotidiano, o lazer, a religiosidade, a vida afetiva, as aspirações pessoais. Ao priorizar as questões restritas ao universo dos movimentos sociais organizados, o *Brasil de Fato* deixa de falar com as pessoas que sofrem problemas mais “comuns” do dia-a-dia, nos quais também aparecem a exploração, a opressão e a exclusão.

É de se notar, por outro lado, que o próprio *Brasil de Fato* promove ensaios de abordagens criativas, temas diferentes aos tradicionalmente abordados e uma abertura maior em termos de afirmações políticas. Porém, tais ensaios parecem ser mais o resultado dos esforços pessoais dos jornalistas, não representando a linha mestra de orientação do jornal.

6.3 Que jornalismo para os tempos de crise?

Embora nas considerações finais de uma pesquisa sintamos a tentação de referendar algumas posições pré-concebidas antes do início da dissertação, nossa pretensão nunca foi tentar encontrar respostas e saídas para os problemas historicamente enfrentados pela imprensa popular alternativa, mas sim, elaborar e aprofundar perguntas.

Observamos que grande parte das pesquisas acadêmicas sobre o tema, e mesmo as reflexões dos profissionais envolvidos diretamente na construção de veículos de comunicação alternativa, recorrentemente atribuem as limitações a causas externas. Dificuldades financeiras, contextos de repressão política e até mesmo a fragmentação e dispersão das forças sociais explicam muitas das dificuldades enfrentadas pelo jornalismo popular alternativo ao longo da história brasileira, como não poderia deixar de ser, já que este tipo de atividade situa-se historicamente ao lado dos mais fracos e em situação de desvantagem na luta hegemônica.

O *Brasil de Fato* busca superar a fragmentação e as divergências entre os diferentes setores da esquerda na medida em que procura apontar, em suas páginas, um “programa mínimo” para as organizações sociais brasileiras. Por outro lado, tem nos movimentos sociais que o sustentam politicamente a força necessária para sobreviver ao longo dos últimos sete anos, não passando por problemas como aqueles observados por Kucinski (1991) nos alternativos do período militar, que sucumbiram, em parte, devido às disputas fratricidas entre correntes.

O que sentíamos falta, porém, era de uma reflexão que levasse em consideração as questões próprias do jornalismo popular alternativo nos tempos atuais, os quais

identificamos como um período de crise. Isto porque, se de um lado costumamos fazer críticas ao jornalismo praticado pelos meios de comunicação hegemônicos, de outro pouco temos nos questionado sobre as possibilidades de um jornalismo informativo contra-hegemônico, que não se limite à mera análise dos fatos sobre outra visão política e à propagação e difusão desta visão. Nas palavras de Adelmo Genro Filho (1987), um jornalismo informativo elaborado desde outros pressupostos ideológicos e teóricos, mas cuja missão não seja apenas a de propagandear tais pressupostos.

Quando Genro Filho defende a realização de um *jornalismo informativo antiburguês*, está afirmando que a saída para a imprensa popular alternativa não deve ser um regresso à etapa anterior ao jornalismo moderno, quando os jornais se dedicavam às polêmicas políticas. Ainda que reconheça a importância deste tipo de jornalismo, analítico e opinativo, o autor defende que a esquerda deve considerar a possibilidade de disputar hegemonia no jornalismo informativo constituído ao longo do século XX.

Guillermo Sunkel (1987) faz uma menção na mesma direção em sua obra. Ao afirmar que a capacidade hegemônica da imprensa alternativa chilena não era expansiva, em razão do discurso reducionista incapaz de dialogar com a cultura popular, o autor sugere a apropriação dos meios de comunicação massiva para um uso alternativo.

Em certa medida, as duas propostas são semelhantes. Travar a luta no terreno do moderno jornalismo e apropriar-se dos meios de comunicação de massa para um uso alternativo significam, enfim, reconhecer a autonomia e potencialidade do jornalismo enquanto forma de conhecimento, para além de sua instrumentalização para “orientação” da população.

Há que se considerar, portanto, a possibilidade de realização de um jornalismo de novo tipo, reconhecendo a presença da ideologia não como uma limitação e sim como potencialidade, mas ao mesmo tempo evitando pensar a atividade como uma mera ferramenta para a ampliação da voz de uma organização política. Neste sentido, a imprensa popular alternativa deve superar esta “negação” do jornalismo, o que limita sua capacidade de expansão hegemônica: situando-se à

margem e negando-se a travar a luta no terreno do moderno jornalismo, resigna-se com a condição de continuar falando para poucos.

A reflexão sobre o jornalismo informativo contra-hegemônico passa, por fim, pela compreensão da necessidade de superação das antigas formas de pensamento e narração do mundo, baseadas em linguagens muitas vezes dogmáticas e autoritárias. Se identificamos que os tempos vividos hoje são de crise, talvez o jornalismo popular alternativo deva repensar também suas formas de narrar o mundo, que também estão em crise. Boaventura de Souza Santos (2007), ao afirmar a necessidade de renovação da teoria crítica e de reinvenção da emancipação social, sustenta que as narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas da realidade não conseguem dar conta de compreender e apontar alternativas no mundo em crise. “[...] não é apenas de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas” (SOUZA SANTOS, 2007, p. 20).

Se os tempos são de crise, como de fato o são, é possível que seja o momento para repensar as alternativas, tarefa que passa pelo jornalismo. Ao final deste projeto de dissertação, acreditamos termos dado nossa parcela de contribuição para as reflexões teóricas sobre os desafios impostos ao jornalismo popular alternativo e à pesquisa acadêmica deste campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu (1988). **Imprensa alternativa: alcances e limites**. In: Revista Tempo e Presença, nº 233, agosto de 1988. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=48>>. Acesso em Fevereiro de 2009.

ALSINA, Miquel Rodrigo (1989). **La construcción de la noticia**. Paidós: Barcelona, 1989.

AGUIAR, Flávio (2008). **Imprensa alternativa**. In: MARTINS, Ana Luiz & DE LUCA, Tânia Regina (orgs). História da imprensa no Brasil. Contexto: São Paulo, 2008.

BENEDETI, Carina Andrade (2009). **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Insular: Florianópolis, 2009.

BERGER, Christa (1988). **Comunicação Emergente: popular e alternativa no Brasil**. Comunicação ao I Colóquio Brasil/México de Pesquisa em Comunicação. Intercom. São Paulo, 1 a 4 de dezembro de 1988.

_____ (1990). Movimentos sociales y comunicación en Brasil. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, nº 9, mai/ago 1990, p. 9-27.

_____ (1995). **A Pesquisa em Comunicação Popular e Alternativa**. In: PERUZZO, Cicília (org). Comunicação e Culturas Populares. Intercom: São Paulo, 1995.

_____ (2003). **Campos em confronto: a terra e o texto**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2003.

BRAGA, José Luiz (1991). **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Editora UnB: Brasília, 1991.

BORÓN, Atilio. **Socialismo siglo XXI: ¿hay vida después del neoliberalismo?** Luxemburg: Buenos Aires, 2008.

BRECHT, Bertold (1934). **As cinco dificuldades para escrever a verdade**. Disponível em <http://resistir.info/brecht/brecht_a_verdade.html>. Acesso em Fevereiro de 2009.

BURKE, Peter (1992). **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. In: _____ (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Ed. UNESP: São Paulo, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. Brasiliense: São Paulo, 1982.

CAPARELLI, Sérgio (1986). **Comunicação de Massa sem Massa**. Summus: São Paulo, 1986.

CHAUÍ, Marilena (1980). **O que é ideologia**. Brasiliense: São Paulo, 1980.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos Estudos Culturais** – uma versão latino-americana. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman (2001). **Discurso e Mudança Social**. Editora UnB: Brasília, 2001.

FAUSTO NETO, Antonio (1991). **Mortes em derrapagem: Os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

_____ (2007). **Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos**. In: Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

FESTA, Regina (1986). **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa**. In: FESTA, Regina & LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. Paulinas: São Paulo, 1986.

FRANÇA, Vera Veiga (1998). **Jornalismo e Vida Social: a história amena de um jornal mineiro**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

GEBRIM, Ricardo (2005). **A Organização Consulta Popular**. Novembro de 2005. Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/sobre/o-movimento-consulta-popular/>. Acesso em outubro de 2008.

GENRO FILHO, Adelmo; ROLIM, Marcos e WEIGERT, Sérgio (1981). **Hora do Povo: Uma vertente para o fascismo**. Brasil Debates: São Paulo, 1981.

GENRO FILHO, Adelmo (1987). **O Segredo da Pirâmide: por uma teoria marxista do jornalismo**. Editora Tchê: Porto Alegre, 1987.

GOMES, Pedro Gilberto (1990). **Jornalismo Alternativo no Projeto Popular**. Editora Paulinas: São Paulo, 1990.

GOMES, Wilson (2009). **Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo**. Insular, Florianópolis, 2009.

GRAMSCI, Antonio (1978). **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Civilização Brasileira: São Paulo, 1978.

GRIMBERG, Máximo Simpson (1987). **Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades**. Vozes: Petrópolis, 1987

KARAM, Francisco J. C. (2007) **20 anos de O Segredo da Pirâmide**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. IV, Nº 1, 1º semestre de 2007, pp. 67-176.

KLEIN, Eloísa (2008). **Nas veias do jornalismo, a política: resistência à ditadura no Informação**. Dissertação: Unisinos, 2008.

KUCINSKI, Bernardo (1991). **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. Página Aberta: São Paulo, 1991.

KUCINSKI, Bernardo & LIMA, Venício A (2009). **Diálogos da perplexidade**: reflexões críticas sobre a mídia. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2009.

LENIN, Vladimir (1901). **Por onde começar?** Disponível em <http://rapidshare.com/files/156320943/Por_onde_come_ar_em_portugues.pdf> Acesso em Fevereiro de 2009.

LENIN, _____ (1902). **Que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. Disponível em <<http://www.pco.org.br/biblioteca/partido/quefazer.pdf>> Acesso em Fevereiro de 2009.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (1981). **Jornalismo Popular no Rio Grande do Norte**. In: Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo. IMS, 6:61-71, set, 1981.

MARX, Karl (2006). **O papel da imprensa como crítica de funcionários governamentais**. In: MARX, Karl. Liberdade de Imprensa. L&PM: Porto Alegre, 2006.

MATTELART, Armand. **Comunicacion y Nueva Hegemonia**. Celadec: Lima, 1981.

MEDITSCH, Eduardo (2001). **Ferramentas para uma fisiologia normal do jornalismo**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>> Acesso em dezembro de 2009.

MOUILLAUD, Maurice (2002). **O jornal: da forma ao sentido**. Editora da UnB: Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Denis (2008). **Uma práxis jornalística alternativa**. Disponível em <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp846/pag13.htm>> Acesso em dezembro de 2009.

PAIVA, Raquel (2008). **Contra-mídia-hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo Granja. Comunicação e contra-hegemonia. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2008.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa & MAROCCO, Beatriz (orgs). A Era Glacial do jornalismo. Sulina: Porto Alegre, 2008, volume 2.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues (1986). **Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!** In: FESTA, Regina & LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. Paulinas: São Paulo, 1986.

PERUZZO, Cicília M. K. (1995) **Comunicação Popular em seus Aspectos Teóricos**. In: PERUZZO, Cicília M. K. (org.). Comunicação e Culturas Populares. Intercom: São Paulo, 1995.

PERUZZO, _____ (1998). **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Vozes: Petrópolis, 1998.

RICCI, Rudá (2009). **Identidades da esquerda: o que é ser de esquerda no século XXI?** In: Revista Espaço Acadêmico, n. 99, vol. 9, agosto de 2009. UEM: Maringá, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O Acontecimento.** In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”.** Vega: Lisboa, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Boitempo: São Paulo, 2007.

SARDÁ, Amparo Moreno (1998). **La Mirada Informativa.** Bosch Casa Editorial: Barcelona, 1998.

SOUZA, Hamilton Octavio de (2009). Entrevista ao autor.

STEDILE, João Pedro (2006). **Sair da crise com a energia do povo.** In: GUIMARÃES, Juarez (org). **Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo.** Entrevista a Juarez Guimarães. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2006.

_____ (2009). Entrevista ao autor.

SUNKEL, Guillermo (1985). **Razón y Pasión en la Prensa Popular.** Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales: Santiago, 1985.

TAUFIC, Camilo (1977). **Periodismo y Lucha de Clases: la información como forma del poder político.** Editorial Nueva Imagem: Cidade do México, 1977.

TRAQUINA, Nelson (1999). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Vega: Lisboa, 1999.

TROTSKY, Leon (1979). **O jornal e o seu leitor.** In: **Questões do Modo de Vida.** Editora Antídoto: Lisboa, 1979. Disponível em <http://www.pstu.org.br/cont/textosseminario/trotsky_ojornaleseuleitor.doc>. Acesso em Fevereiro de 2009.

VIANA, Nilton (2008). **Entrevista ao autor.** Novembro de 2008.

DOCUMENTOS E EDITORIAIS

BRASIL DE FATO, sem data. Projeto editorial do jornal Brasil de Fato. Documento disponibilizado pelo jornal ao autor.

BRASIL DE FATO (2002). Aos interessados em democratizar a comunicação. São Paulo, setembro de 2002. Documento disponibilizado pelo jornal ao autor.

BRASIL DE FATO (2003a). Porque um jornal popular. Edição 0, 25 de janeiro de 2003.

BRASIL DE FATOb (2003b). Quem Somos. Edição 0, 25 de janeiro de 2003.

BRASIL DE FATOc (2003c). Balanço político e encaminhamentos gerais sobre o jornal Brasil de Fato. 5 de dezembro de 2003. Documento disponibilizado pelo jornal ao autor.

BRASIL DE FATO (2006a). Balanço do jornal Brasil de Fato (2003-2006). Documento disponibilizado pelo jornal ao autor

BRASIL DE FATO (2006b). Editorial: Segue a luta de classes. Edição 200, 28 a dezembro de 2006 a 3 de janeiro de 2007.

BRASIL DE FATO (2007a). Brasil de Fato - Informe aos movimentos, dirigentes e militantes sociais que o sustentam. Documento disponibilizado pelo jornal ao autor.

BRASIL DE FATO (2007b). Editorial: Em busca de unidade na luta. Edição 213, 29 de março a 4 de abril de 2007.

BRASIL DE FATO (2007c). Editorial: Energia para integrar ou dominar? Edição 217, (26 de abril a 2 de maio de 2007.

BRASIL DE FATO (2007d). Editorial: Organizar o povo e enfrentar o capital. Edição 218, 3 a 9 de maio de 2007.

BRASIL DE FATO (2007e). Editorial: Organizar o povo e enfrentar o capital. Edição 218, 17 a 23 de maio de 2007.

BRASIL DE FATO (2007f). Editorial: O Brasil precisa de um projeto popular. Edição 228, 12 a 18 de julho de 2007.

BRASIL DE FATO (2008a). Editorial: Balanço de 2007 dos movimentos sociais brasileiros. Edição 254, 10 a 16 de janeiro de 2008.

BRASIL DE FATO (2008b). Editorial: Como os trabalhadores e o povo podem vencer a crise dos EUA. Edição 258, 7 a 13 de fevereiro de 2008.

BRASIL DE FATO (2008c). Editorial: Em meio à quebradeira - nós e eles. Edição 264, 20 a 26 de março de 2008.

BRASIL DE FATO (2008d). Editorial: A crise capitalista e os novos caminhos para América Latina. Edição 295, 23 a 29 de outubro de 2008.

BRASIL DE FATO (2008e). Editorial: Ano novo, novas lutas. Edição 304, 25 a 31 de dezembro de 2008.

BRASIL DE FATO (2009a). Editorial: 2009 e o novo ciclo que iniciaremos. Edição 305, 1º a 7 de janeiro de 2009.

BRASIL DE FATO (2009b). Editorial: O 2008 para os movimentos sociais e os desafios de 2009. Edição 306, de 8 a 14 de janeiro de 2009;

BRASIL DE FATO (2009c). Editorial: O recado do 8 de março: as mulheres não pagam pela crise. Edição 315, 12 a 18 de março 2009

BRASIL DE FATO (2009d). Editorial: Mobilização e luta, únicas alternativas dos trabalhadores. Edição 317, 26 de março a 1º de abril de 2009.

BRASIL DE FATO (2009e). Editorial: A classe trabalhadora se faz ouvir. Edição 318, 2 a 8 de abril de 2009.

BRASIL DE FATO (2009f). Editorial: A atual crise exige unidade dos trabalhadores e firmeza na luta. Edição 323, 7 a 13 de maio de 2009.

CONSULTA POPULAR (2005). Quem Somos: Texto elaborado para o Seminário “Partidos de Esquerda na América Latina”, Fundação Rosa Luxemburgo, outubro de 2005. Disponível em <<http://www.consultapopular.org.br/sobre/quem-somos/>>. Acesso em setembro de 2008.

CONSULTA POPULAR (2007). Resoluções da 3ª Assembléia Nacional. Cartilha 19, 1ª Edição. Consulta Popular: São Paulo, 2007.

SOUZA, Hamilton Octavio de (2002). **Jornal das Esquerdas**. Documento obtido pelo autor.